Luca Pacioli

Um mestre do Renascimento

Antônio Lopes de Sá

Brasília-DF

2004

EDITOR

Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC

SAS Quadra 5 - Bloco “J” – Ed. CFC

Telefone: (61) 314-9673

Fax: (61) 314-9506

70070-920 - Brasília-DF

www.fbc.org.br

Tiragem: 7.000 exemplares

Distribuição gratuita

LUCA PACIOLI – UM MESTRE DO RENASCIMENTO

FICHA TÉCNICA

Autor

Antônio Lopes de Sá

Revisão

Maria do Carmo Nóbrega

Projeto Gráfico e Diagramação

Gráfica Qualidade

Capa

Silvia Neves

Ficha Catalográfica

C1111

Sá, Antônio Lopes de

Luca Pacioli : um mestre do renascimento / Antônio Lopes de Sá. -- 2. ed., rev. e amp. -- Brasília : Fundação Brasileira de Contabilidade, 2004.

196 p.

1. Luca Pacioli . 2. Partida dobrada - História. I. Título.

CDU – 657.12

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo – CRB 1/1.401

APRESENTAÇÃO

Cinco séculos separam o nascimento de Luca Pacioli do de Antônio Lopes de Sá. Apesar da diferença de ordem cronológica, estes dois mestres das Ciências Contábeis têm muita coisa em comum. Resgatemos apenas duas características, que podem resumir bem o legado de contribuição que deixaram para a sociedade.

Luca Pacioli, nascido por volta de 1445, foi um homem "a serviço da cultura e da Contabilidade". Lopes de Sá ainda o é. O frei italiano produziu sua primeira obra aos 25 anos de idade. Já o brasileiro, quando tinha 31 anos, elaborou o "Dicionário de Contabilidade", publicação obrigatória em qualquer curso da área em todo o território nacional e que já se encontra em sua nona edição.

Acrescentemos apenas mais uma contribuição: o mestre do período da Renascença foi o autor da primeira obra impressa que divulgou o processo das Partidas Dobradas, enquanto que o nosso mestre dos séculos XX e XXI possui mais de 170 livros e 11 mil artigos editados em jornais e revistas do Brasil, Argentina, Colômbia, Estados Unidos, Itália, Espanha, Colômbia e Portugal.

Nada mais completo do que um gênio para falar de outro gênio. Assim é "Luca Pacioli – Um mestre do Renascimento", publicação que leva a assinatura do professor Antônio Lopes de Sá. O livro está sendo reeditado, desta vez, pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), com o objetivo de ampliar os conhecimentos daqueles que buscam aprender um pouco mais sobre a vida e a obra do mestre que ajudou a lançar os fundamentos das Ciências Contábeis, vigentes até os dias de hoje. O autor faz, ainda, um resgate do "ambiente histórico" em que se formou a era das Partidas Dobradas.

Sendo assim, convido-os a este rico passeio pelas teorias e pelas técnicas de um dos maiores conhecedores da ciência – trabalho conduzido, brilhantemente, pelo mestre Antônio Lopes de Sá, este uma lenda viva da Contabilidade.

Maria Clara Cavalcante Bugarim

Presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

O AMBIENTE HISTÓRICO DA ERA DAS PARTIDAS DOBRADAS

O capítulo que se segue descreve, em linhas gerais, o ambiente histórico em que se desenvolveu e se consolidou a Partida Dobrada na Itália e parte daquele em que Luca Pacioli viveu.

Procura enfocar as mudanças culturais, políticas, sociais e econômicas, oferecendo ao leitor uma noção ampla sobre os acontecimentos de uma época fecunda em cultura.

Os fatos narrados oferecem uma idéia da atmosfera cultural que sugeriu o amadurecimento e a afirmação de um dos mais importantes procedimentos da escrita contábil e que ofereceu bases para uma tendência de doutrinas.

A era do desenvolvimento das partidas dobradas é de mudanças profundas e do aparecimento de grandes gênios do pensamento humano.

Esta introdução visa conduzir a mente do leitor para o “clima histórico” no qual amadureceu o notável sistema de registros, este que até hoje perdura.

I

O AMBIENTE HISTÓRICO DA ERA EVOLUTIVA DAS PARTIDAS DOBRADAS (1250 - 1494)

1.1. O INÍCIO DAS TRANSFORMAÇÕES

A partida dobrada evoluiu na Itália em uma era de início dos chamados “Anos de Ouro”, defluentes de profundas modificações das

estruturas do regime medieval, sob a égide de uma mescla de culturas.

Havendo Frederico, o Grande, da Alemanha, permanecido na península itálica com seus filhos Enzo e Manfredo, após haver cedido seu trono ao filho Conrado IV, destruiu-se um sistema feudal e abriram-se as portas a uma nova era de luz; em verdade, ele implantou um Estado, com uma corte de elite intelectual que, sem dúvida, inspirou as administrações italianas dos séculos XIV ao XVI.

Quando Frederico morreu, em 1250, aos 56 anos (nasceu na Alemanha, em 1194), tinham já abaladas as instituições rígidas medievais e também a consciência das Comunas, estas que davam ao país um caráter apenas municipalista.

Doou à Itália não só um processo avançado de gestão racional, mas mostrou que o progresso dependia da cultura e que só esta é competente para ensejar governos eficazes, estes que modificam épocas e contribuem para o progresso.

O Poder, antes da interferência germânica referida, era quase, exclusivamente, da Igreja e o dinheiro de toda a Europa fluía para Roma. O Vaticano lutava, pois, para não dividir o seu prestígio e foi em razão disso que excomungou o invasor estrangeiro.

O filho de Frederico, Manfredo, após a morte do pai, unido aos gibelinos (partido político), derrotou os guelfos (partido político) em Montaperti, em 1260, e, governando Florença por cerca de seis anos, aplainou todo um terreno que seria fertilíssimo à cultura e que imitaria o estilo das raízes germânicas.

Morreu em Benevento, em 1266, ao enfrentar um exército com o dobro de homens, comandado por Carlos D'Anjou, que viera à Itália por influência do Papa Urbano IV, este sequioso por assumir o poder sozinho e de novo conseguir todo o domínio de uma Itália fracionada, para isto lançando os estrangeiros uns contra os outros (germânicos contra franceses).

Manfredo morreu lutando, pois, ao ver-se ferido, muito ao estilo heróico de seu tempo e das tradições de seu povo, lançou-se, desesperadamente, contra o inimigo.

Em Nápoles, no sul da Itália, pouco depois, iniciava-se o Reino D'Anjou, tendo sido o neto de Frederico, de 15 anos, filho de Conrado, decapitado pelos franceses que àquele se opunham e, como escreve Montanelli (Storia D'Itália), com um infanticídio iniciou-se tal reino.

1.2. O FIM DO SÉCULO XIII E AS GRANDES POTÊNCIAS ITALIANAS

A predominância francesa na Itália consolidou-se com a maior participação de cardeais (fruto dos acordos e pagamentos de favores com a eliminação de Frederico e descendentes) e com os Anjous, encontrando na Sicília um ponto de solidez apreciável, com a conquista da grande ilha, representando volumosa soma ao domínio.

Carlos, rei da França, já contava com a simpatia de todo o norte italiano e também com a do centro (notadamente Florença que o aclamara prefeito), tendo isto tornado, relativamente, fácil a sua permanência na península.

Como o Anjou não tinha dotes finos de espírito, cultura e tino administrativo, como o possuíra Frederico, a sua obtusidade, grosseirisse e falta de sensibilidade o levariam a desatinos.

Com tão curta visão, em vez de dedicar-se à Itália, onde gozava de pleno apoio, pretendeu dominar a Grécia e a Tunísia, mas os erros que cometeu foram tantos que acabou por perder até as graças do papado (que era francês).

Com o gibelino Otão Visconti assumindo o arcebispado de Milão, Florença é então convocada para acomodar a situação.

Com o advento da morte do Papa italiano Gregório X (que interrompera a hegemonia francesa), em 1276, o papado enfraqueceu-se e, de novo, os franceses dominaram, em 1280, apoiados pelos soldados de Carlos D'Anjou.

Simão de Brie, o novo papa, denominado Martinho IV, consolidou então em Roma o poder dos franceses.

O reino italiano, todavia, já não era o que Frederico plantara, com cultura e inteligência, com rara capacidade de organização. As coisas estavam mal, as finanças em decadência, as estradas em ruínas, a produção em declínio e a miséria se ampliara.

Palermo, centro básico de uma Sicília então poderosa, vivia em pleno descontentamento e sob forte pressão. Carlos instalara-se em Nápoles e relegara a ilha a uma província, mas mantinha a grande cidade insular sob forte domínio e em permanente estado de sítio.

Em 1282, em 31 de março, uma nova mudança ocorreria, quando uma enorme multidão encheu as praças na Sicília para as comemorações da Páscoa.

Deu-se, então, aí uma rebelião poderosa popular, denominada de as "Vésperas Sicilianas", quando um popular, ao ver sua esposa tocada por um francês, mata-o e instiga a massa contra os soldados de Carlos.

As violências angevinas foram o fermento que gerou a resposta patriótica dos italianos, mas, muito mais que isto, um embrião de uma autêntica guerra que os franceses responderam com um poderoso exército de 50.000 homens contra um povo apenas inflamado e rebelde, mas, cheio de brio.

Para livrar-se dos Anjous, os sicilianos convocaram, então, os espanhóis de Aragão, e Pedro, o Grande, desembarcou na ilha, vencendo os franceses e coroando-se como Rei da Sicília.

Ocorreu aí outro envolvimento de valores culturais, não obstante às fortes tradições autóctones. O Papa francês, ao qual os ilhotas haviam apelado, nada fez para ajudá-los, limitando-se a excomungar Pedro de Aragão.

A excomunhão não teve qualquer efeito e mais uma barreira moveu-se no comportamento italiano e da cavalaria, pois Pedro, desafiado por Carlos, não compareceu ao duelo que deveria decidir a sorte do reino.

O Papa postou-se ao lado de Carlos, mas, Dante Alighieri, na Divina Comédia, preferiu honrar a Pedro, definindo um julgamento histórico.

O filho de Pedro, Jaime, foi a seguir o outro rei da Sicília e daí por diante novas rebeliões ocorreram e mudanças também se sucederam.

No fim do século XIII, a Itália estava toda dividida, com algumas regiões assumindo o predomínio sobre as demais, com supremacias disputadas entre famílias poderosas que constituíam também comunas fortes.

Duas grandes potências marítimas despontaram ao norte da península nessa época (fim dos anos de 1200) e estas foram Gênova e Veneza, sendo que a primeira, em 1283, tirou o privilégio de Pisa, o grande porto italiano, toscano, da alta Idade Média (Marina di Pisa), que tão importante domínio havia exercido.

A rivalidade entre Genoveses e Pisanos, de muitos anos, culminou com uma guerra na qual Gênova saiu vitoriosa. A Toscana, local de grande evolução das Partidas Dobradas (1250-1280) fez progredir, pois, tal processo, em plena florescência do domínio de Pisa.

O enriquecimento das cidades de Gênova e Veneza chegou a altíssimo padrão, mas Veneza terminou por eliminar o poder de Gênova para, a seguir, assumir o domínio da navegação marítima.

Essa cidade tinha a seu favor a não-influência das lutas de dominação estrangeira dos alemães, franceses e espanhóis por estar isolada e protegida por suas lagunas e areias, estas que impediam o acesso e formavam uma natural defesa.

Além do mais, os venezianos buscavam longe não só mercadorias, mas cultura, como ocorreu com Marco Polo, em 1261, ao trazer do extremo oriente um rico acervo, tal como seu pai o fizera em outras longas expedições.

A navegação de Veneza expandiu-se, igualmente, ao alcançar as costas da Dalmácia e da Grécia, levando uma política inteligente e amena.

Paralelamente, em Florença, os banqueiros se fortaleceram, aproveitando-se da divisão das cidades-estado (cada uma com a sua moeda) para se firmarem no mercado do câmbio, tirando largas vantagens nas conversões monetárias.

Politicamente, se estava Florença dividida em guelfos e gobelinos, por outro lado progredia industrial, comercial e financeiramente, sem abandonar o lado social que também era fortemente assistido.

A referida cidade-estado custou a libertar-se de uma burguesia cruel; manteve, todavia, dois partidos políticos: os guelfos e os gobelinos, e partiu para sua independência, em 1252, imprimindo sua própria moeda, o “florim”.

Manfredo, que apoiara os senhores gibelinos em Montaperti, em 1260, ao morrer e ao ceder o domínio aos Anjous, ensejou o ressurgir a força dos guelfos, estes que haviam sido antes derrotados.

Tais lutas, todavia, não impediram o veloz crescimento da região italiana da Toscana e suas cidades tornaram-se cada vez mais prósperas (Florença, Pisallena, Arezzo, Luca, etc.).

Em 1290, com a grande vitória florentina, em Campalelino, os guelfos afirmaram-se e isto libertou toda a expansão da região. Nápoles, por outro lado, era outra potência e Roma vivia da captação das contribuições financeiras de toda a Europa e que fluíam para lá, por intermédio do clero. Também Milão tinha sua força, estribada em forte aristocracia.

Os últimos anos do século XIII mostram uma Itália já formada para um grande clima cultural que desabrocharia nos séculos XIV e XV, com raro vigor.

Em 1265, nasceu Dante, cujo nome verdadeiro era Durante, de família guelfa e que se tornaria uma das mais expressivas forças não só da literatura mundial, mas especialmente responsável por influência cultural relevante.

Teve ele por mestre um homem sábio e de profundos conhecimentos: Brunette Latini. Não obstante à influência "provençal", Dante, pai do idioma italiano, seguiu sua trilha luminosa, embora sofrida, até a morte, que ocorreu em setembro de 1321, sem que lhe dessem a fama e a honra que merecia.

Entre seus 18 e 29 anos, escreveu "Vita Nova", mas o seu "Tratado" sobre a língua italiana, tão pouco difundido, é, na realidade, uma das suas maiores contribuições à cultura do seu tempo (*De vulgari eloquentia*); reconheceu o latim como língua morta e elaborou o primeiro "Tratado" científico do idioma italiano.

Escreveu uma obra política, "De Monarchia", de cunho científico e outros pequenos trabalhos, mas todos de qualidade, competentes para fomentar cultura.

Admite-se, todavia, que foi no inaugurar dos jubileus, em 1300, em Roma, que Aliguieri inspirou-se para escrever "La Commedia", esta que se transformaria, pelo título que lhe deram, em "Divina Comédia", uma das mais primorosas produções do engenho humano, com cerca de 5.000 versos. Essa obra filosófica foi competente para expressar toda a grandeza a que pode chegar o espírito.

Existem os que admitem ser as obras de Abelardo (também do século XIII) superiores à concepção de Dante, mas não é preciso muito esforço para observar que o teólogo francês não teve capacidade para arquitetar com arte o que o pensamento produz e nem demonstrou possuir a erudição profunda do florentino.

Dante tinha seus sonhos; não se arvorou em pai da Renascença e nem pretendeu superar ninguém; o que fez, todavia, mostra-nos bem toda a atmosfera intelectual que caracterizou a passagem de um século de rompimento de tradições para um outro que caminharia veloz para um ápice do refinamento da cultura.

Analisando todos esses fatos, é possível imaginar em que ambiente a inspiração evolutiva das partidas dobradas encontrou berço.

1.3. NO SÉCULO XIV, UM GRANDE PROBLEMA ITALIANO

O papado instalou-se em Avinhão, em 1305. Clemente V, temendo por sua segurança em Roma, sob tal pretexto, desloca a sede católica para o sul da França. A Itália perdeu, portanto, na época, um importante ponto de seu apoio político e financeiro.

Clemente era francês; a maioria dos cardeais era também de franceses e a influência que se iniciara nos meados do século anterior, quando da luta contra Frederico, atingiu o seu amadurecimento.

A igreja, com a morte de Clemente, sucedendo-o João XXII, ganhou muito economicamente, mas perdeu em qualidade humana (muitas concessões haviam-se negociado).

O caráter mercenário do papado, no início dos anos 300, havia inflamado um frade da cidade de Novara, chamado Dolcino, que, ganhando adeptos, fundou a “Fraternidade Apostólica”, da cidade de Parma.

O Papa reagiu; convocou a Inquisição para punir a “Fraternidade”, mas os inquisidores não obtiveram sucesso; armaram-se, então, com um exército de mercenários (prática que se consagrara com Frederico, na Itália) que acantoou Dolcino nos alpes piemonteses, sendo depois o frei barbaramente trucidado, de forma crudelíssima, arrancando-se, a ferro em brasa, pedaços de seu corpo, em espetáculo popular.

Para salvar as aparências de tal brutalidade, a Igreja viu aparecer, na época, Tomás de Aquino, Francisco e Domingos que são santificados.

Roma, todavia, além do prestígio que se fracionou, perdeu as influências financeiras e políticas e debilitou-se (o que fortaleceu, de certa forma, outros centros de Poder como os já grandes e prósperos instalados: Veneza, Milão, Gênova, Florença e Nápoles).

Os italianos desejaram a volta do papado, mas nada puderam contra a maioria francesa que ia revigorando a posição de Avinhão.

Em 1327, Roma recebe Ludovico IV, da Baviera, que assume o reinado em Milão e é titulado como Imperador de Roma. O clero de Avinhão excomungou o bávaro, mas isto só a este somou em prestígio entre os descontentes com o papado francês.

Ludovico não teve poderes materiais, mas os nobres italianos (Visconti, Delia Scala e Castrocani) a ele forneceram largas somas.

O objetivo foi claro: fazer um outro papa; e surgiu, então, Nicoláu V, consagrado por Ludovico, sendo excomungado João XXII.

Os franceses, receosos, apelam para Roberto D'Anjou que, do sul da Itália, os acudiu com um exército poderoso, que expulsou os bávaros.

Nicoláu, o novo Papa, pediu asilo a Pisa, mas esta não fez senão mandá-lo para Avinhão, que o confinou.

O fracasso de Ludovico e a extorsão que fez no norte da península retumbaram forte, fortalecendo os franceses e sepultando Roma, mais uma vez.

O caminho da força esgotou-se. Restou o da inteligência, da diplomacia; mandou-se então a Avinhão uma missão, tendo à frente Nicola de Rienzi Cabrini, dito Cola di Rienzi, jovem advogado de algum talento; falava com desenvoltura, tinha opiniões próprias, mas provinha de uma plebe revoltada, do Trastevere (bairro de Roma que abrigava a populacha, na época).

Cola era eloqüente, todavia, antes de ir para Avinhão, procurou Petrarca (emérito poeta e literato, um dos grandes vultos do século), que sabia ter boas relações políticas com o clero e, especialmente, com os cardeais.

Petrarca sonhava com uma Roma de novo esplendorosa e apoiou Nicola, dando-lhe estímulos e traçando formas inteligentes de conduzir os assuntos.

João XXII, entretanto, já não era mais o Papa e o sucedera Clemente VI, homem calculista, fino de tratamento, mas impenetrável e de tino político.

Recebeu Cola muito bem, estimulou-o em suas idéias de quebrar lanças contra a aristocracia romana e até presenteou o jovem advogado com somas em dinheiro para que se movesse em seus ideais.

Rienzi voltou estimulado e convocou a população no dia de uma festa religiosa, em 1344, para restaurar a "sagrada República Romana", e, para isto, usou de toda a sua força demagógica e capacidade de oratória.

Armou um pequeno exército para insurgir-se contra a aristocracia romana e que ele julgava responsável pela saída do Papado, obtendo

sucesso em sua investida. Os nobres, simulando aceitar, deixaram Roma, ao saber dos feitos de Rienzi. Cola assumiu a direção, reorganizou a Fazenda e a Justiça e mostrou-se capaz de administrar.

O Poder, todavia, subiu-lhe demais à cabeça e em atos tresloucados começou a julgar-se um grande Imperador, capaz de dominar o mundo.

As manifestações desequilibradas de Cola foram, todavia, sem fim, pois o próprio Papa, ao perceber o que o jovem fazia, o apoio sonegou-lhe, em face dos excessos.

Os nobres armaram-se contra ele e quando Rienzi convocou o povo para enfrentá-los, também aí o apoio faltou-lhe. Abandonou Roma, apressadamente. Refugiou-se, a seguir, na Alemanha. Mais tarde voltou a Avinhão, confiado no apoio de Petrarca, mas este estava fora e só uma carta em favor de Cola escreveu.

Na ausência de Cola, outro líder popular surgiu: Baroncelli, pois o descontentamento fermentado era alimento para protestos.

O Papa (que já era Inocêncio VI) admitiu que só um líder poderia neutralizar outro e enviou Cola a Roma, para evitar surpresas maiores.

Com o retorno de Cola, Baroncelli perdeu seu posto, por vontade do povo, que passou a acolher o antigo ídolo, conduzindo-o ao Senado.

Já com 40 anos, Cola não era o mesmo e muitas arbitrariedades havia cometido que de loucura lhe atribuíram os procedimentos, além de embriaguês constante, destruindo-lhe o prestígio.

O povo voltou-se contra ele e o condenou; levado pela pela multidão ao Capitólio, ali foi apunhalado e seu corpo dependurado em um balcão.

Os golpes, portanto, não haviam em Roma se limitado à perda da sede papal e vítimas outras sangravam nas mãos do próprio povo revoltado.

O grande problema italiano pareceu sem solução. Roma, a poderosa, a milenar, sucumbiu aos poucos; fez suas vítimas e sofreu pela incompetência de uma elite nobre que a ela nada devolveu; habituada às grandezas religiosas, sufocou-se inerte em decorrência da própria inabilidade com que no século anterior, para evitar a divisão do Poder, não fizera senão arregimentar os que a tolheriam do mesmo – os franceses.

O século, na Itália, entretanto, não fora só de problemas como os de Roma.

Em 1304, nasceu Petrarca; em 1313, Boccaccio (que iniciou a vida como contabilista), dois grandes gênios que muito influiriam no processo cultural.

A morte de Dante, em 1321, contudo, não deixou completamente órfão o ambiente, pois, a seguir, se iluminou com os outros dois referidos.

Em 1377, o papado voltou a Roma e, em 1378, eclodiu, em Florença, o tumulto dos Ciompis (operários das indústrias de lã, chefiado por Miguei di Lando).

Um ano depois ocorreu o cisma da igreja. O século XIV teve ainda outras influências econômicas e sociais defluentes da grande peste que dizimou grande parte da população européia em 1348.

1.4. SÉCULO XV – O SÉCULO DE PACIOLO

Muitos eventos importantes de natureza política, social e econômica envolveram a Itália no século XV, no qual nasceu Luca Pacioli.

A Toscana assumiu um primado de rara expressão e que durou até o século seguinte, por meio, notadamente, de Florença, embora Pisa, Luca, Siena, Arezzo e Prato tivessem contribuído eficazmente.

Pobre como seu solo, instável politicamente, sem qualquer poder nos mares (por ser central), com discriminações de classes em “maiores” e “menores”, com uma tradição de sofrimento feudal até o fim do século XIII, Florença, em princípio, nada possuía para assumir a grandeza histórica que lhe estava reservada.

Os tumultos do século XIV (dos obreiros das indústrias), o mal-estar que se seguiu, nada impediu o poderio florentino e que foi superior, economicamente, até o de grandes nações da época.

Os banqueiros da Toscana haviam inventado as apólices, os cheques, as cambiais, os bônus do tesouro e não seria, pois, demais, que também fizessem evoluir a Partida Dobrada, nesse grande movimento de força econômica e cultural.

O capitalismo estava maduro no século XV e a burguesia dos Bardi, Peruzzi, Strozzi, Pitti, Rucellai, Ricci, Ridolfi, Valori, Caponi, Soderini e Aibizzi tinha alicerçado essa imensa força.

O destino, todavia, fez com que toda essa potência tivesse direção no sentido de sustentar e expandir a cultura (único caminho para a dignidade verdadeira dos povos perante a História).

Quando, em 1428, João de Medici morreu, deixou a seu filho uma prodigiosa fortuna e este a aplicou, em parte razoável, embora sem nada abalar-lhe, financiando os gênios da época como Donatello, Ghiberti, Bruneleschi, Gozzolli, Lippi, Frei Angélico, Pico della Mirandola, Ficino, Alberti e outros.

Florença tornou-se ídolo da cultura, alimentando o desenvolvimento desta. Cosme não só era rico, mas exímio diplomata, sua passagem pela História é das mais significativas pelo que se lhe atribuíram o nome de “Pai da Pátria”.

Era tão hábil que, ao entender que o equilíbrio de sua nação dependia de quatro grandes centros (Milão, Veneza, Florença e Nápoles), procurou intermediar entre eles o bom entendimento.

Sabe-se que quando Milão perdeu forças, com a morte de Felipe, disto tentou aproveitar-se Veneza para expandir seu domínio no norte; Cosme, estrategicamente, apoiou os Sforzas, outra família milanesa, para que resistisse à pressão que ocorrera.

Veneza, então, no sentido de revide, tentou a união com Nápoles para enfraquecer Florença, mas Cosme, por meio de seu Banco, pressionou os devedores de ambas as cidades que se haviam aliado e a crise financeira obrigou a desistirem do conluio.

Tal episódio exemplifica bem toda a sagacidade de quem usava a sua força para a Paz e não contra ela.

Em 1494, a comuna Florentina (quando Paciolo edita a “Summa”) já havia abrangido vasta área e chegara até o mar.

Todo o apogeu dos Medicis, entretanto, foi obra de planejamentos de base.

Cosme, quando morreu, em 1464, sabendo da pouca saúde de seu filho Piero, visando à continuidade, já havia educado, suficientemente, o seu neto Lourenço, que pelo seu valor viria a ganhar o cognome de “Magnífico”.

Florença esbanjou em cultura e em inequívoco poder, abrangendo, inclusive, cidades que adotavam a mesma filosofia, como foi exemplo Prato.

Lourenço seguiu os passos do avô que tanto admirou e que lhe moldou a mente.

Muitos episódios pontilharam a sorte do referido grande Medici, inclusive um atentado contra a sua vida, por inspiração do clero, além de ter sido excomungado e lutado contra o Papa Sixto.

O grande tato político, todavia, que do avô herdara, fez com que Lourenço superasse todos os problemas. A opor-lhe, além dos fatos referidos, veio o religioso Savonarola (nascido em 1452, em Florença), mas também a este Lourenço buscou superar com diplomacia até a morte, que ocorreu em 1492 (aos 43 anos de idade).

Alguns episódios dessa grande figura histórica mesclam-se também com os da vida do excelso Maquiavel, quando este foi consultor do Medici e ao qual dedicou sua obra “O Príncipe”.

Alguns historiadores admitem que Florença foi fruto, como berço de cultura, de sua própria gente, não só de seus dirigentes, mas ninguém nega que os Medici, notadamente Cosme (que faz reviver Platão) e Lourenço, tenham exercido uma determinante influência no renascimento do pensamento clássico.

Outros valores, também, como Poliziano e Alberti (mestre de Paciolo), foram frutos diretos da ajuda dos Medicis.

Leão Batista Alberti, que era também pintor, tinha uma peculiar “prova” para o que fazia: ao terminar um afresco mostrava-o às crianças e só o exibia em público se aquelas tivessem “gostado” da pintura. Leão Batista nasceu em Veneza, mas seus pais eram florentinos.

Descrever, todavia, todos os grandes nomes de tal época não é tarefa para uma obra da natureza desta, mas é possível afirmar que a época de Paciolo foi a das mais vigorosas em genialidades, bastando citar o expoente máximo: Leonardo da Vinci (que se tornou amigo do frei), em meu modo de entender, um dos maiores prodígios que a inteligência humana poderia ter manifestado.

O século operou sensíveis transformações no mundo, não só pelos gênios, mas, também, em razão da queda de Constantinopla, em 1453, tomada por Maomé II, e as descobertas navais que culminaram com a da América, em 1492.

A região de Luca Pacioli viveu, por quase todo o século, sob a influência dos Medicis (de João, em 1421, a Lourenço, até 1492) e, logicamente, sob o apoio à cultura (a união do recurso financeiro ao da inteligência fez uma associação poderosa que marcou a história da

humanidade), o que motivou a outros poderosos também a agirem em favor da evolução intelectual.

1.5. AS ORIGENS E O AMBIENTE DE VENEZA ONDE PACIOLO EDITOU A "SUMMA"

Para entender a obra de Frei Luca é preciso que nos inteiremos do que Veneza de fato significou. Desde os fins do século XI, Veneza começou a se firmar com as vitórias de Durazzo e Valona (que a liberta do jogo da dívida externa).

Daí por diante, o crescimento acumulou-se sem retrocessos que comprometessem o destino histórico da comuna e ela passou a dominar o mar Adriático, ajudada pela sua privilegiada situação geográfica.
Da região conquistada aos Balcãs e aos arquipélagos gregos foi, para os venezianos, apenas uma conseqüência natural.

A rota de Constantinopla, o grande centro do Oriente Médio, esteve a seguir, em suas mãos e Veneza possuiu a simpatia e a isenção tributária dos orientais, esta que permitiu praticar bons preços, conquistando o mercado (a partir da carta de 1082 de Alejo Comeno).

Donos do comércio de Bizâncio, os venezianos se enriqueceram prodigiosamente (porque a Idade Média do Oriente foi de riquezas e não de trevas econômicas como a do Ocidente).

O que os venezianos colhiam na Europa repassavam ao Oriente Médio e, de lá, também, traziam mercadorias raras para o mesmo mercado fornecedor (marfim, pedras preciosas, âmbar, frutos exóticos, açúcar e até trigo da Rússia do sul, além de mercadorias sofisticadas, como brocados de ouro, púrpura, tapetes de Bagdad e Damasco, etc.).

Não faltaram a Veneza a inveja dos inimigos gratuitos e as dificuldades (como a retirada dos privilégios de Bizâncio, em 1171), notadamente por parte de Pisa e Gênova, outras duas grandes potências marítimas.

Favorecimentos do clero, como as Cruzadas, em 1201 (inspirada por Inocêncio III), recuperaram, todavia, as perdas anteriores e tornaram Veneza ainda mais poderosa.

O dodge Enrique Dandolo, na época, captou somas vultosas, garantindo o tráfego das cruzadas, a partir de São Marcos.

A aventura da 4ª Cruzada trouxe altos dividendos a Veneza, inclusive o restabelecimento dos privilégios cassados em 1171 pela Carta de Alejo Comeno.

O movimento assegurou aos venezianos os pontos estratégicos do Adríático, inclusive Zara (onde Paciolo esteve, no século XV, como consta de seus dados biográficos que mais adiante daremos).

Gênova nunca se conformou com a supremacia de Veneza e sobre esta conseguiu vantagens quando, em 1261, tirou do império grego grandes proveitos (com a ocupação de Quios e Lesbos).

Transitoriamente, Veneza aparentou ceder e por 40 anos uma guerra fria abalou as partes (em 1278, tais prejuízos materiais inspiraram até a criação de um Tribunal, em Veneza, para avaliá-los).

Só em 1299, por interferência e intermediação dos Viscontis, chegou-se a uma “paz de conveniência” entre Gênova e Veneza. Dividiram elas as rotas e conviveram, por algum tempo, repartindo os proveitos.

Em 1284, Veneza imprimiu sua moeda própria, o DUCADO.

No Século XIV, houve, todavia, um esfriamento comercial, em relação às expansões do século XIII, embora não um retrocesso; o motivo foi um certo marasmo ou recessão nas economias.

A guerra dos 100 anos é apontada por vários historiadores como a grande causadora do arrefecimento comercial, que não só atingiu as potências marítimas, mas afetou a Inglaterra, Flandres e grande parte da França, ou seja, grandes pontos do comércio europeu.

Gênova e Veneza, todavia, continuaram a ser as grandes intermediárias entre a Europa e o oriente até Bagdad.

Na Itália, as lutas internas completaram o quadro de decadência, atingindo, duramente, seu comércio no século XIV. A Alemanha passou, também, por um quadro de anarquia.

Os venezianos, todavia, mantiveram-se operosos e, no início do século, já expandiam seu poder no Mediterrâneo (1301), o que continuaria sempre em ascensão; em 1302, renovaram seu “Tratado” com o Egito (que Gênova deixou prescrever) e instalaram um consulado em Alexandria, seguindo-se depois novos “Tratado”, sem 1344, 1355 e 1362.

Concomitantemente, também se dirigiram a Anvers, que lhes abriu as portas (já que com Bruges não se chegava a acordos até 1314).

Curioso é observar, historicamente, que a luta entre genoveses e venezianos, tão acirrada nos mares do sul, transformou-se em solidariedade nos mares do norte (rotas mais longínquas para os mesmos), e ambos passaram a abranger todas as rotas básicas da Europa.

As incursões nos mares do norte foram, cada vez mais, praticadas em razão das dificuldades das incursões terrestres, obstadas por lutas entre guelfos e gibelinos, principalmente.

Em Bruges, nos fins do século XIV, nasceram as Bolsas de Comércio (fundadas pela família Van Der Beurze) e os movimentos defluentes do comércio se aceleraram.

A Itália, no século XIV, todavia, no seu interior, já se desenvolvia apurada tecnologia industrial, fortalecendo não só as ofertas como o transporte dos produtos, independentemente de outros fornecimentos.

Tal foi o desenvolvimento, que historiadores, como Bonfante, admitem que o progresso de algumas nações e, especialmente, a França, é devido à participação italiana de seus banqueiros, técnicos e artesãos (Pietro Bonfante - Storia Del Commercio, vol. 2, pág. 5, editor Giappicheili, Turim, AHG, 2ª edição).

Tal século trouxe altos benefícios a Veneza, mas o seguinte, aquele em que Paciolo vai a Veneza, já é de grandes baixas para ela, em decorrência dos influentes turcos e da perda de muitos mercados.

No fim do século XV, quando Paciolo edita sua “Summa”, um evento fatal ainda mais abate sobre Veneza: a rota de Vasco da Gama, do caminho para as Índias.

Com a Espanha se fortalecendo pela conquista de Granada, esta que determinou o fim do domínio mouro, e Portugal se organizando para a sua grande arrancada (em 1498 cruza o Cabo da Boa Esperança), o mercado do Oriente transferiu-se dos italianos para os portugueses.

Enquanto Isabel promovia a unidade do reino espanhol e Portugal mantinha-se unido a suas cidades maiores, a Itália, ao contrário, as tinha divididas e na chegada do século XVI, sofria uma natural decadência.

Uma fatalidade histórica passou, na época, a ocorrer: Roma, que se tornara grande na antigüidade clássica, pela agregação dos vizinhos, tivera sido o oposto no século XV, ou seja, um fator de desagregação e antagonismo das comunas italianas, ensejando o defluente declínio econômico.

As glórias do mundo ocidental, no século XVI, passaram de uma península para outra, ou seja, da Itálica para a Ibérica, somando-se a tudo isso as vitórias que estas conseguiram sobre os muçulmanos, acrescidas do domínio das Índias e do acesso aos tesouros das Américas.

1.6. O SISTEMA FISCAL DE VENEZA NO SÉCULO XV

A República de Veneza, no século XV, havia mantido uma política fiscal emersa de precedências históricas, ou seja, de uma sedimentação de práticas.

A base da política que sustentava o sistema era dupla: 1) a proteção dos mercados do Rialto (local de Veneza); e 2) privilégios sobre as trocas de mercadorias.

Uma legislação específica e a fixação de tarifas compulsórias, ambas de policiamento sobre as atividades comercial e uma boa organização burocrática, supriu o erário da República por meio do imposto direto.

Os movimentos produtivos e comerciais do “sal”, taxados no consumo, deram forte apoio às finanças da República e deixaram vasta documentação contábil (possuímos cópias de muitos documentos, em nossos arquivos históricos particulares, de tais transações, a nós enviado pelo Prof. Fanfani).

A política fiscal “terrestre”, pois, assentou-se em tais bases. O erário da República, todavia, enfrentou dificuldades de excessos de gastos, aplicados estes em defesa na manutenção de um exército numeroso, até 1454.

Com a negociação da paz, os gastos reduziram- se e as finanças públicas equilibraram- se, sem aumentos de tributos; outras sobretaxas, todavia, ocorreram de 1470 a 1478.

Em 1482 e até 1484, uma nova guerra eclodiu, desta vez com Ferrara, e criaram-se impostos extraordinários, apesar dos protestos do povo (prejudicado em seu poder de compra), mas com prevalência do interesse do erário.

Nos anos 400, dois terços da arrecadação tributária era a do Imposto de Consumo. A República teve rendas extraordinárias, insuficientes, todavia, para as suas reais necessidades. “Câmaras” fiscais estiveram incumbidas da arrecadação e complexo foi o sistema de controle da Receita e da Despesa.

As mercadorias, entretanto, além de serem gravadas com impostos, tiveram ainda os ônus das Corretoras de Transações Mercantis que se "comissionavam" de 2% a 4% por compras e vendas (Messeterias) e, embora controladas pelo governo, tiveram força pública (disto nos dá notícia o "Tractatus" de Paciolo).

Quando se sobrecarregavam, pois as taxas e as exigências de gastos do poder aumentavam, natural era que o custo das mercadorias se elevasse e por esta razão; Veneza passou por vários períodos de inflação gravosos.

Nessa época, a cidade possuiu um Conselho denominado "dos Dez", um Senado, mantendo a República uma Contabilidade Orçamentária e elaborando Balanços Múltiplos relativos a cada uma das caixas.

Veneza, em 1494 (quando se edita a obra de Paciolo), já não tinha toda a força de antes e o mundo se dividia entre Espanha e Portugal, guiado pelos interesses fixados no "Tratado" das Tordesilhas.

As incursões na busca do "caminho das Índias" e das "ilhas que Platão afirmava existirem do outro lado" haviam motivado, em muito, a expansão ibérica. A dinastia de Avis, em Portugal, a partir da administração do Infante Dom Henrique lançou-se em expedições ousadas (1420-1460) e, nas cartas marítimas, desde 1425, já estavam assinaladas várias "ilhas", dentre elas uma denominada "Brasil" (José Hermano Saraiva - Breve História de Portugal - edição Bestrand Venda Nova 1989).

Um fragmento do mapa de Andres Bianco, Veneziano, de 1436, já incluía, também: Ilhas do Brasil, Antilhas, Porto Santo, Madeira, La Palma, Gran Canária, Gomera e Hierro (I.P. Maguidovich - História del Descubrimiento y exploracion de Latinoamerica, editorial Progresso, Moscou, 1972).

Os portugueses aceitaram lendas que narravam que desde o século VIII estariam os europeus chegando a um outro lado do Atlântico; embora disto não se tenha provas históricas idôneas, o inequívoco é que a era dos descobrimentos se inicia forte e decisiva no século XVI com as navegações ousadas dos lusitanos.

A febre da agitação mercantilista, a ascensão inequívoca de Portugal e da Espanha sobre os venezianos, na época de Paciolo, mudou a face da civilização e a agitação dos negócios; facilitou a expansão dos procedimentos contábeis, criando terreno propício para a ampla difusão

das partidas dobradas.

A valorização da profissão contábil cresceu, bastando lembrar as Ordenanças de Dom João II, de 1437 e 1442, e a dos Reis Católicos, de 1478, ambas da Espanha, para que se possa avaliar o destaque que o Poder atribuía às funções de manutenção e exames de contas.

Cinqüenta anos antes da obra de Paciolo os contadores, na Espanha, já eram delegados do Rei para fiscalizar todas as finanças da Fazenda Real, tão como para cuidar dos negócios dela, relatando tudo o que de irregular ocorresse.

Inequivocadamente, o alto prestígio que aos contadores se outorgou, a importância que se atribuiu à boa manutenção e à prestação de contas está evidenciado em uma publicação feita em 1829, editada sob o título de: “Colección de las leyes, ordenanças, plantas, decretos, instrucciones y reglamentos expedidos para gobierno del Tribunal y Contadoria Mayor de Cuentas desde el reinado del señor Don juan II hasta el dia - Madrid en la imprenta real”.

CAPÍTULO II

AS ORIGENS DA EVOLUÇÃO DAS PARTIDAS DOBRADAS

O presente capítulo apresenta matéria relativa ao nascimento de uma evolução do processo das Partidas Dobradas na Itália. Muitas dúvidas históricas ainda existem sobre a verdadeira origem e aqui apresentamos as que são comprovadas.

Contribuem, tais conhecimentos, para entender o que alicerçou o conhecimento de Luca Pacioli sobre tal questão e também para evidenciar que não foi ele o autor das Partidas Dobradas, mas, sim, o grande motivo da imensa difusão destas em toda a Europa.

As teses vigorosas de Federigo Melis, as obras antigas do Oriente Médio, as advertências do insigne historiógrafo Carlo Antinori, assim como as contribuições das obras de Vincenzo Masi e Tommazo Zerbi, são relevantes apoios que encontrei para desenvolver o que este Capítulo apresenta.

II

AS ORIGENS DA EVOLUÇÃO DAS PARTIDAS DOBRADAS

2.1. A ÉPOCA DO DESENVOLVIMENTO DAS PARTIDAS DOBRADAS

O processo de registros contábeis que se consagrou por uma “equação” ou igualdade entre o débito e o crédito de contas, alega o emérito professor Federigo Melis, haver surgido na Itália, acredita-se, entre os anos de 1250 e 1280.

Ninguém conseguiu, até os nossos dias, identificar o autor das “partidas dobradas” nem apresentar provas das aplicações destas tal como o fizeram os italianos antes da época referida (embora existam antiquíssimos documentos que autorizam a crer que a intuição para o processo tenha nascido no Oriente).

Há mais de sete séculos, pois, adota-se um critério que se tornou insuperável e cuja natureza é de evidenciar “Causa” e “Efeito” de um ou mais fenômenos patrimoniais.

Teses foram levantadas, no século XIX, visando hipotetizar o nascimento das partidas dobradas no Império Romano, mas nenhuma prova foi apresentada e nem encontrada.

A seguir, passou-se a admitir que elas teriam nascido em Gênova, na primeira metade do século XIV, mas a tese de Federigo Melis tem fortes argumentos a favor de que o processo tivesse nascido na segunda metade do século XIII e na região da Itália denominada “Toscanal” (a mesma onde nasceu Paciolo), embora outros eminentes historiadores da Contabilidade, no século XXI, como o insigne professor Carlo Antinori, tenham contestado a origem evocada por Melis; que a intuição para o processo é antiquíssima, todavia, não se pode contestar.

2.2. A INTUIÇÃO PARA O PROCESSO DE REGISTROS E A EVOLUÇÃO NATURAL DAS PARTIDAS DOBRADAS

Admite-se que foram os sumero-babilônios os autores do sistema de “débito” e “crédito”, baseado na identificação mental do que “é meu” e “é seu”.

As contas, como instrumentos de registros, já haviam nascido como primeiras manifestações inteligentes do homem, mesmo antes que esse tivesse inventado a escrita ou soubesse calcular, não sendo de admirar que tivessem sido preocupação o desenvolvimento das aludidas formas de “guardar memória” de forma organizada.

As provas de tais origens remotas, provenientes do Paleolítico Superior, existem em várias partes do mundo, inclusive e fartamente no Brasil (as de Minas Gerais, relativas às inscrições nas grutas de Montalvânia, foram objeto de um trabalho meu, apresentado na Itália em homenagem aos 450 anos da Universidade de Messina, em Convenção Internacional de História da Contabilidade realizado em Taormina, na Sicília, e está inserido na parte de Pesquisas, em minha página na internet www.lopesdesa.com.br).

Deveras, antigos também são os registros encontrados na gruta de D’Aurignac, no Alto Garone, sul da França (região calcária onde existem muitas amostras da presença do homem há mais de 20.000 anos); a maioria é de inscrições em ossos de rena, animal abundante na região, na época (diversos museus arqueológicos, mesmo pequenos, como os de

Saint Emilion, na Aquitânia, exibem farto material em ossos de rena, como tive ocasião de pessoalmente examinar).

Procede, pois, a feliz expressão de Vincenzo Masi que "mal a vida do ser se afirma racionalmente e já surgem os registros contábeis" (Vincenzo Masi - La Ragioneria nella Preistoria e nell'antichitá, pág. 42, ed. Tamari, Bolonha, 1964).

Tão logo o conceito de patrimônio se formou, para exprimir algo amealhado no intuito de suprir as necessidades humanas, parece ter sido imposto à razão do homem o controle pela memória dos fatos, esta oferecida pela "conta" (que reúne qualidade e quantidade das coisas).

A conta, pois, associa-se a "coisas amealhadas" expressas qualitativa e quantitativamente por símbolos, estes substituindo a "memória" por um "registro organizado".

A seguir, evolui-se para o "cálculo dos quantitativos inscritos", e assim surgiu, em sua dinâmica, a "Conta Primitiva".

Tal recurso do homem, segundo Cecherelli, foi intuitivo e nasceu sem maiores esforços, sendo uma tendência natural (Alberto Ceccherelli - La Logismologia, pág. 4 e seguintes, edição F. Vallardi, Milão, 1915).

A evolução para o débito e o crédito, todavia, tão como a reunião sistematizada de fatos, só mais tarde, em estágio bem mais evoluído, o homem criaria, quando também começou a dedicar-se a imaginar os números abstratos (na Suméria, pelos contadores, admite-se há cerca de 6.000 anos) .

Foi, pois, em uma das mais antigas civilizações, desenvolvida na baixa Mesopotâmia, que se deram os grandes passos evolutivos na técnica dos registros contábeis.

De início rudimentar (cerca de 5.500 anos atrás), com inscrições em argila, já vamos encontrar um sistema informativo que daria base ao nascimento dos "Diários", "Razões" e depois até "Balanços", na IIIª dinastia de Ur.

A fórmula original do débito e do crédito (expressões "mu-bal", no idioma sumério) surge de critérios de escrita já evoluídos, há mais de 4.600 anos.

As tabuletas de Lagash são de cerca de 2.600 anos antes de Cristo (Museu do Cincoentenário, de Bruxelas), época em que já se faziam até apurações de resultados em "contas do Exercício".

É fartíssima a prova de registros contábeis em argila, daquele remoto tempo, como as de “Drehen” (nome de uma cidade perto de Nippur, cuja denominação antiga se desconhece) e as que se encontram no Museu do Louvre, em Paris, naquele do Vaticano (para citar apenas como exemplo as matérias que vi) contendo, inclusive, contas de controle de tributos sobre animais possuídos pelos proprietários, tão como de “Colheitas”, “rações ao pessoal”, etc.

A Babilônia, que seria o Estado centralizador entre as civilizações da Suméria e as de Accad, cuja 1ª dinastia é a de Babel, embora de início não tivesse tido grande evolução nos registros contábeis, é, segundo Melis, o berço da sistemática da partida dobrada, quando divide colunas por funções (tipo de escrita denominada “Tabular”).

Escreve o genial historiador italiano que muito lhe impressionou o exame de registros de salários (de cerca de 2.300 anos atrás), onde “pela primeira vez, observamos colunas por funções”, ou seja, o que hoje modernamente podemos dizer “dupla entrada” (Federico Melis, Storia delia Ragioneria, pág. 225, editor Zuffi, Bolonha, 1950).

A conta de salários (referida por Melis), de Nippur, de 1306 antes de Cristo, inscrita em argila e em forma tabelar, hoje acervo do Museu da Babilônia da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, é um exemplo que reforça a tese sobre o adiantado estado de registros praticado na Mesopotâmia.

O processo de “colunas”, “duplo”, surgido há milênios, todavia, só se completaria na forma como ainda hoje utilizamos, na alta Idade Média, segundo tudo leva a crer, na Itália.O Diário, o Razão, os Balanços, as apurações de contas e seus saldos, todavia, são de uso milenar.

Escreve Masi, a respeito, que “os tempos históricos encontram, nos povos da Suméria, os que souberam dar, também contabilmente, forma e aspectos que serviram de guia para a evolução futura” (Vincenzo Masi - La Ragioneria nella preisteria e nell’antichitá, pág. 103, ed. Tomari, Bolonha, 1964).

2.3. A ESCRITURAÇÃO SIMPLES A CAMINHO DAS PARTIDAS DOBRADAS - HIPÓTESES SOBRE AS ORIGENS DA PARTIDA DOBRADA

O mais antigo documento que se conhece, por “Partidas Simples”, tendendo a ser admitido como uma base evolutiva para a partida dobrada, é um fragmento de um livro de banqueiros florentinos que operavam em Bolonha, na Itália, de 1211 (encontra-se na Biblioteca “Mediceo-Laurenziana” de Florença).

Nessa fase, já se separava o “Deve” e o “Haver” com destaque, em colunas, distintas, de “cima” e “de baixo” (seções ou parte sobrepostas), em linhas horizontais, com barras. Como o documento não permite conexões para seu exame, maiores indagações não foram permitidas aos nossos historiadores da Contabilidade.

Tais registros ocorrem em uma época de expansão das atividades bancárias florentinas (que fariam de Florença, com os Medicis, o grande poder financeiro da Itália e um dos maiores da Europa, na Idade Média, como já foi dito neste livro no Capítulo anterior), na qual o uso dos registros contábeis começou a dar margem a uma tendência natural de aperfeiçoamentos.

Por força das exigências da época (que se atribui à forte influência do clero), a escrita era feita com o uso de números romanos, o que criava um obstáculo sério aos cálculos e às apurações.

Em 1202, o emérito contador e matemático Leonardo Fibonacci, de Pisa, escreveu um livro denominado “Liber Abacci”, no qual evidenciou a vantagem prática da escrita por “números arábicos” (estes que os árabes haviam feito famosos pela difusão, mas que foram criados na Índia e não pelos árabes).

Esse é um outro fator que se admite como tendo militado em favor da “evolução” da escrita por “Partidas Simples” para uma escrita por “Partidas Dobradas”.

Como a época inspirava evolução (pelo maior volume das operações e pela segmentação delas), como os números arábicos facilitavam o desempenho, acredita-se (é, apenas hipótese) que tais ocorrências tenham influído no aparecimento, ainda no século XIII, das “duplas inscrições”.

Na ocasião, proliferava a quantidade de livros abertos para diversas finalidades, denominados pela “cor das capas”: livro amarelo, livro negro, livro vermelho, tão como por importância (livro secreto, livro da herança, etc.).

Essa é outra hipótese que se levanta, ou seja, de que a “coordenação dos livros” tenha exigido que os débitos em um coincidissem com os créditos em outro, e que nessas circunstâncias, à semelhança das “Contas Correntes” de pessoas (que existem desde a Suméria), tenha feito a das “coisas”, como se estas fossem um correntista (como se o Caixa, o Capital, os Móveis, os Imóveis, etc. fossem pessoas sujeitas a débito e a crédito).

De fato, tal argumento se fortalece nas obras que difundiriam a Partida Dobrada (iniciada com a de Paciolo) e que atribuiriam o “caráter pessoal” às contas materiais, ou seja, evocando uma “personalidade” delas, como é exemplo o texto: “Faça de conta que a caixa é uma pessoa que a ela se debita tudo o que se lhe dá por recebimento e que se credita por tudo que dela recebe, por pagamento” (esse era o conceito difundido e que Paciolo bem nos lembra em seu “Tratado”).

Outra hipótese que se formula, para justificar o aparecimento das partidas duplas, levantada pelo insigne cientista e historiador Fábio Besta, é a de que, inevitavelmente, o que se debita a uma conta termina-se por creditar a outra e quando há organização e preocupação em tudo evidenciar, inevitavelmente, chega-se ao “registro duplo”.

A referida suposição atribui, pois, ao “preciosismo” da abrangência das tarefas a responsabilidade por haver gerado um processo, ou seja, a “contrapartida” seria uma conseqüência inevitável da “partida” (segundo o eminente Fábio Besta, em sua ia Regioneria, volume III, edição Vallardi, Milão, 2ª edição, 1929, páginas 273 e seguintes).

Besta, todavia, indica como o mais antigo atestado ou prova da existência das partidas duplas os registros de 1340, que se encontram nos Arquivos do Estado, de Gênova, tese esta que Melis contraria com documentos mais antigos, encontrados na Toscana e relativos ao período entre 1281 e 1288, nas cidades de Siena e Prato.

Fábio Besta admite, portanto, a “evolução natural”, tese que também foi agasalhada por Zerbi, um dos maiores historiadores do assunto, sustentando a metamorfose do uso simples do débito e do crédito (Tommaso Zerbi - Le Origine della Partida Doppia, edição Marzorati, Milão, 1952).

Federigo Melis não refutou as presunções referidas, mas, apenas, defendeu para a Toscana o privilégio de berço do processo (obedecendo à lógica da evolução dos banqueiros florentinos e de Siena, como procurou evidenciar por documentos diversos da Companhia Gallerani, de Siena, Companhia Del Bene e outras).

As teses sobre as origens, entretanto, são diversas, mas todas no campo das hipóteses. Melis ainda admitiu, complementarmente, que o uso das "cambiais" cooperou para o desenvolvimento do processo, ou seja, a forma pela qual os banqueiros usavam para cobrar "juros", simulando serem "taxas de câmbio" (porque os juros eram condenados pelo clero, preso à doutrina aristotélica), passou a exigir mais sofisticação de registros e tal prática poderia ter estimulado a de novos procedimentos mais apurados.

Para sustentar essa outra tese o grande cientista referido aprofundou-se na busca de tais origens, passando longo período nos velhos arquivos e chegando a editar valiosíssimos trabalhos a respeito (o que me confessou, pessoalmente, em Florença, em 1972, ou seja, que tal esforço estava a custar-lhe a vida; de fato, pouco depois viria a falecer, tão prematuramente).

Admitiu Melis que o grande volume de registros e a segurança que exigia a multiplicidade de contas envolvidas foram o grande fator de metamorfose da Partida Simples em Dupla e no qual o "giro das cambiais" e a "vida bancária" muito influiu (é notável a sua obra, editada pelo Monte Dei Paschi di Siena, em 1972, sob o título "Guida alta Mostra Internazionale di Storia della Banca, secoli XIII-XVI).

O emérito historiador percorreu e analisou "giros cambiais" desde 1262 e sua pesquisa abrangeu as grandes companhias comerciais da época (como a dos Buonsignori, de 1209).

Outra hipótese (que Melis, também, não excluiu) sobre o nascimento das partidas dobradas foi o aparecimento da conta de "Capital", que se tornou um "centro de preocupações" quanto à pertinente evolução (ligada, na época, ao denominado de "Avanços e Desavanços", hoje, "Lucros e Perdas").

Muitos foram os nossos estudiosos que se preocuparam em analisar os fatores que teriam gerado a Partida Dupla (Alfieri, Rigobon, Vianello, Corsani, Massa, Jaeger, Kheil, Browon, Wool, Peragaló, Masi, Zerbi,

Vlaemminck, Lamouroux, Antinori, Esteve, etc.), mas tudo, repetimos, repousa ainda no campo das hipóteses.

2.4. A CONTA CAPITAL E AS EVOLUÇÕES DA ESCRITA CONTÁBIL

A concessão do regime feudal, entende Masi (Vincenzo Masi - La Ragioneria nell'etá medievale, pág. 207 e seguintes, edição, Tamari, Bolonha, 1975), ao mudar e abalar estruturas que permitiriam a formação de Companhias, imprimiu sobre a escrita contábil novas responsabilidades.
Uma delas foi a de registrar o "Capital" como "Fonte de recursos dos proprietários", o que surgiu como uma "responsabilidade especial".

Um "novo clima econômico", como escreveu o mestre referido, gerou um "novo posicionamento de registros".

Tive o privilégio de ler os originais da referida obra de Masi quando com o mesmo, pessoalmente, estive em Bolonha e recordo-me que o mestre nos afirmou ser sua convicção de que a filosofia capitalista da alta Idade Média não se confundia com aquela praticada em Roma dos Cesares e que a conta "Capital" era fruto da época medieval, como uma "chama a inflamar novas idéias", competente para metamorfoses.

Desejou, com isto, entendo, recusar a tese de Giovanni Rossi sobre o nascimento das partidas dobradas, embora muito tivesse respeito pelo genial luminar do personalismo (tenho o privilégio de possuir uma obra de Rossi comentada manualmente por Masi e que foi da biblioteca particular deste meu mestre, doada a mim por sua filha Liliana Galli Masi e que reside em Bolonha).

Seja como for, é inegável a importância da conta "Capital" como "tomada de consciência metodológica no campo contábil", ainda que não se comprove possa ela ter sido a única inspiradora da origem da partida dobrada.

Qual a intuição da natureza "credora" da mesma, todavia, só pode ser encontrada ao sabor de cada hipótese; mas se nos basearmos nos textos de Paciolo, ainda que este não se tenha dedicado a tal explicação, pode-se inferir que teve o caráter da distinção de personalidades (do comerciante e da empresa).

Os que admitem a metamorfose da Partida Simples para a Dobrada, por evolução natural, vêm o crédito como "contrapartida" de caixa; os que

admitem que ela se fez credora por representar “o crédito do sócio perante a companhia” por efeito de seu aporte de capital, vêm na mesma o critério como “extensão” do que de “pessoal” tal conta representava.

O fato é que toda a documentação que comprova o critério das partidas dobradas evidencia a existência da conta de “capital”. Tudo faz crer que o conceito aceitável seja o da evidência do “crédito do sócio” (pela forma de Tratamento dada à conta).

Exemplo disto é o histórico das partidas, onde se lê que: os sócios “devem haver a tal soma, que é aquela mediante a qual dão corpo à companhia”, figurando uma “responsabilidade da empresa para com o seu proprietário associado”.

O histórico do lançamento, referindo-se a “dar corpo à Companhia” e que, às vezes, surge como “corpo de faculdade”, admite Melis, é uma influência da mentalidade capitalista de “criar uma pessoa distinta dos sócios”, portanto, “um outro corpo” (Federigo Melis, Storia della Ragioneria, pág. 405, ed. Zuff., Bolonha, 1950).

Os conceitos “jurídicos”, tão como os “pessoais”, parecem ser os predominantes na metodologia do processo e a conta de capital confirma tal tendência (a reação a esse personalismo só ocorreria muito mais tarde, admite-se que com Simon Stevin, belga de nascimento, mas assessor do Príncipe holandês Maurício de Nassau, no século XVII).

Na prática, todavia, a conta era usada com funções amplas, inclusive quando ocorria a “incorporação de negócios”, quando de uma “velha companhia” outra se gerava com assimilação do ativo.

A liquidação da antiga era absorvida no capital da nova, como são exemplos as partidas do livro “Del Asse Sexto”, da Companhia dos Peruzzi, de 1335-1343 (ainda hoje, em Florença, pode-se visitar uma pequena praça, denominada Peruzzi e que conserva um dos prédios da poderosa empresa).

No livro referido, a conta de capital fez-se “credora” do Ativo da companhia liquidada. O caráter que se emprestava à conta, por conseguinte, não era, apenas, o de “Formação inicial de capital”, mas de toda a dinâmica do mesmo.

2.5. ANTIGOS DOCUMENTOS DA PARTIDA DOBRADA

O mais antigo documento que se conhece ligado ao processo da Partida Dobrada, segundo Federigo Melis, é datado de 22 de dezembro de 1281 e é de uma companhia mercantil e bancária da cidade de Siena (Toscana), na Itália (o profesor Carlo Antinori, em tese recente, apresentou origens mais antigas dos documentos em partida dobrada).

A conta do movimento de dinheiro (caixa) está desenvolvida em contraposições no mesmo fólio, de entrada e saída, destacando-se, depois, em outras partes do livro.

O estudo de tal documentação gerou um trabalho de G. Astuti, intitulado “Il libro dell’entrata e dell’uscita di uman compagnia senese del secolo XIII (1277-1282), publicado em Turim, em 1934.

Melis, ao aprofundar suas pesquisas sobre as descobertas de Astuti, desenvolveu sua tese que dá a autoria das Partidas Dobradas aos toscanos, nos fins do século XIII (embora isso tenha sido contestado, recentemente, como dissemos, pelo Prof. Carlo Antinori em tese a Convenção da Sociedade Italiana de História da Contabilidade).

Existem, todavia, e em boa quantidade, elementos de registros, do início do século XIV, que mostram o processo já em plena maturidade, todos anteriores aos genoveses de 1340. No museu de Bruxelas, por exemplo, Melis localizou e estudou os registros da Companhia Galerani, de 1305 a 1308.

Os livros da companhia de Geri Burlamarchi, da cidade de Luca, de 1332 a 1336, são outros exemplos de documentação antiga das Partidas Dobradas.

Não existem, pois, dúvidas históricas sobre a evolução de tal processo na Itália, embora existam sobre serem mais antigos os da denominada Toscana (a antiga Etrúria, quase ao centro da Península), nos fins do século XIII.

2.6. VIGOR DAS PROVAS DOCUMENTAIS DA EVOLUÇÃO DA PARTIDA DOBRADA

O uso de livros para a escrituração é muito antigo e eles já eram referidos por Cícero e outros escritores da civilização romana clássica.

Existe “Folha de Papiro”, que se supõe possa ter sido de livros (é apenas suposição) e que apresenta registros de custos de panificação, em Menfis, no Egito.

Livros de registro, todavia, por Partidas Dobradas, só existem provas confiáveis a partir do fim do século XIII e estas são abundantes e vigorosas em relação às primeiras décadas do século XIV. Entre tais provas, podemos apontar apenas a título de exemplo (existem outras mais):

Libro della Compagnia Farolfi (1299-1300).

Libro Segreto di Alberto Giudice e Conipagnia 1302-1329).

Libro della Compagnia dei Fini (1297-1303).

Libro dei contí dei Frescobaldi (1311-1313).

Libro delle Compere e Vendite della Compagnia del Bene (1318-1324).

Libro delia Ragione della Compagnia dei Bardi (1314-1336), etc.

Todos esses livros são anteriores a 1340, data que se considerava a do “nascimento” da Partida Dobrada, mas que, em realidade, não o é porque existe prova da existência em datas mais antigas.

Está fartamente comprovada na Itália a época da metamorfose das “Partidas Simples” para as “Partidas Dobradas”, pois, a partir do século XIII, tornam-se abundantes as documentações em várias partes da península (Gênova, Veneza, Siena, etc.).

2.7. CUSTOS INDUSTRIAIS POR PARTIDAS DOBRADAS NO SÉCULO XIV

O uso da escrita contábil de custos é milenar e existem provas de sua existência no período de Lagash, há 5.000 anos (3.000 a.C., aproximadamente), pertencentes a diversos museus como os do Louvre, em Paris, Cincoentenário, em Bruxelas, do Estado de Berlim, no Britânico, de Londres, e na Universidade de Filadélfia, no U.S.A.

A escrita contábil por Partidas Dobradas, aplicadas aos custos, todavia, só se comprovou a partir da primeira metade do século XIV. Existem provas no “Libro delle Comprevendite della Compagnia del Bene”, de 1318 a 1324, no qual se apuraram custos de compras, de transportes, de tinturaria e até juros sobre o capital, como muitos outros.

O custo “mercantil” foi de maior utilização, posto que a indústria submetia-se a controles legais que impediam sua evolução, mas, mesmo assim, existia e realizada era a sua escrita.

A Companhia Del Bene lega-nos, no período de 1318-1324, exuberante exemplo de escrita contábil de custos por partida dobrada no seu denominado “Libro Nero” (os livros eram também denominados de acordo com a cor de suas capas, por isto, no caso o Livro Negro) tão como no “Libro dei lavoranti dell’arte della lana” (1367-1368).

O sistema de custos era complexo; envolvia diversos livros e registrava os elementos, as fases e os produtos (a análise por atividade já era praticada há séculos) com preciosismo.

A Companhia Datini, da cidade de Prato, lega-nos, também, documentário de valor relativo ao período 1396-1399.

Na mesma empresa, existiam: o “Libro Memoriale” para o Custo das Matérias Primas, o “Libro dei Lavoranti”, para a mão-de-obra, “Libro dei filatori”, destinado ao controle da fiação, “Libro degli Orditori e textori”, destinado ao controle da produção da urdidura e tecelagem, formando um conjunto de alto valor técnico de escrita de custos.

Distinguem-se, por exemplo, os salários por suas naturezas (por hora e por empreitada, etc.), as fases da produção, a composição dos subelementos do custo, etc.

Muitos outros livros existem de outras Companhias, como a de Giovanni di Feo Bracci, de Arezzo, no qual o “Libro Dell’arte della lana”, de 1415-1423, oferece-nos exuberantes provas de aplicação da partida dobrada aos custos de produção.

2.8. AS CONTAS DE RESULTADO – MÉTODO “TABULAR” E O ROMPIMENTO DAS TRADIÇÕES – TESE PLAUSÍVEL

Ilustres historiadores entendem que as contas de resultado foram as primeiras a romperem os critérios tradicionais de registros, podendo ser uma das mais vigorosas tendências para a aparição das Partidas Dobradas (frases do “Tratado” de Paciolo autorizam a crer nessa tese). Entre eles, alinha-se o já referido Prof. Tommaso Zerbi, em seu livro dedicado, exclusivamente, às origens do processo de registros duplos.

Na escrita contábil, desde os sumero-babilonos, adotou-se o método ““Tabular”“, por colunas distintas (em Roma, há cerca de 2.000 anos, Cícero sempre se referia à “Tabulae Rationum”; e as leis de 1197, na Itália, já se referiam ao “Liber Tabulle”), nada disso significando que tal se constituísse no verdadeiro sistema de registros por Partidas Dobradas (ainda que houvesse duplas colunas ou critério dito “Tabular”), embora existisse parte distinta para o débito e para o crédito.

Que o método “Tabular”, de partidas simples, tenha-se, todavia, convertido em outro, mais avançado e “duplo”, isto, sim, é viável e compreensível, ou seja, a tese de Fábio Besta se ajusta bem a tal forma de hipotetizar sobre as origens do processo.

O método “Tabular”, nas contas de resultado, pode ter sido um vigoroso embrião da metamorfose e essa conjectura é aceitável quanto a uma probabilidade de origem, ou seja, três grandes fatores concorrentes parecem ter sido os prováveis responsáveis pelo surgimento das partidas dobradas, quer isolada, quer conjuntamente:

1) O método “Tabular”, que já disciplinava em colunas os débitos e os créditos.

2) As contas de capital e as de resultados (avanços e desavanços).

3) O ambiente econômico de pressão exercido pela expansão das companhias e a decadência simultânea do feudalismo.

Em História da Contabilidade, o método “Tabular” tem uma abrangência milenar e descreve todo um curso de procedimentos, mas, por si só, entendo, resistiu ao tempo sem ensejar a metamorfose.

O processo referido pode ter sido um alicerce, mas admito que sobre ele o que mais deve, possivelmente, ter influído tenha sido a necessidade do controle da conta de capital e de suas variações (despesas e receitas).

Se o “Tabular” já colocava, de um lado, os débitos à esquerda (tradicionalmente) e os créditos à direita, não há dúvida que aí estava um princípio que haveria de ensejar desejos de confronto das contas e nenhum mais lógico que o de uma igualdade que ampliasse a segurança dos registros (há uma farta comprovação do uso do método).

O “fechamento” das colunas de débito e crédito, nas contas de resultado, com a evidenciação deste, pode ter sido a “pedra de toque” que equilibrou os registros e despertou o interesse pela “generalidade”, gerando o processo das “Partidas Dobradas”.

Todas essas hipóteses, embora plausíveis, não nos levam, entretanto, a afirmativas que nos conduzam à convicção sobre o nascimento real do critério; tudo faz crer que não exista um "autor das Partidas Dobradas", como tal reconhecido, pois nem referências de terceiros nem obras escritas podem levar-nos a conhecê-lo.

CAPÍTULO III

A LITERATURA CONTÁBIL DAS PARTIDAS DOBRADAS

A literatura da Partida Dobrada, como difusão do processo, inicia-se muito antes de Paciolo. Livros orientais e manuais de ensino prático são trabalhos que circularam como “manuscritos”. Obra editada pela imprensa, todavia, só a de Luca Pacioli pode ser reconhecida como como a primeira e só ela alcançou consagração.

Este capítulo enfoca o curso histórico da literatura antes, e a que, imediatamente, se seguiu a de Paciolo.

III

A LITERATURA CONTÁBIL DAS PARTIDAS DOBRADAS

3.1. O ENSINO DAS PARTIDAS DOBRADAS E OS MANUAIS

Que as Partidas Dobradas eram “ensinadas” e que foi divulgada após a sua maturação como procedimento contábil não há qualquer dúvida. Desenvolvida nos fins do século XIII, expandiu-se, na Itália, velozmente, nos séculos seguintes, mas tudo indica que foi amplamente difundida no século XIV.

Existem provas indiretas, indiscutíveis, de que circulavam “Manuais”, ensinando a escrita contábil pelo processo “duplo”. Como a imprensa não havia ainda adotado um processo de industrialização (só surgido com o advento daquele de Gutemberg), a difusão era feita em “Manuscritos”.

No fim do século XIII, surgiram, na Itália, as escolas que ensinavam aritmética, por meio de “Mestres de Ábaco” (instrumentos de cálculo).

Admite-se que a obra de Leonardo Fibonacci, o pisano, intitulada “Liber Abaci”, de 1202, tenha exercido rara influência (o mestre havia se

inspirado nas obras dos árabes, que desde o século IX parecem ter tido grande alcance na Europa) sobre o desenvolvimento da escrita contábil, mas não aquele que pudesse ainda alcançar a extensão desejável.

A cultura, por falta de veículos de maior eficácia quanto à difusão, caminhou a passos lentos.

Nos séculos XIV e XV, todavia, as Escolas referidas já não eram dedicadas só à aritmética, mas, também, ensinavam Contabilidade e técnica comercial.

Foram elas a semente de uma coordenação de conhecimentos que visou, objetivamente, à evolução empresarial, sendo um apoio cultural ao grande progresso dos capitais e às necessidades do próprio mercado de trabalho.

Os mestres de Ábaco, de Florença, com a principal escola situada em "Santa Trinitá", tiveram expoentes como Paolo Dagomari, Troilo de Cancelaris, Francesco da Cancelario (filho de Troilo), Filippus de Pisa e outros tantos.

Troilo de Cancelaris notabilizou-se como Mestre de Partidas Dobradas (1421-1454), estas que ele ensinava sob o título de "Método de Veneza".

Segundo Fábio Besta, teria Troilo escrito um Manual que inspirou Paciolo à produção do seu famoso "Tratado" (são hipóteses sem provas concretas). Os referidos Manuscritos de Partida Dobrada, todavia, não chegaram até nossos dias, não existindo, portanto, amostra material sobre a existência deles.

Admite-se que o ensino se processava mais oralmente do que por textos, e fortifica tal hipótese a ausência das provas materiais de escritos. Besta, todavia, afirma que foi o manuscrito de Troilo de Cancelaris que se difundiu e que inspirou, inclusive, traduções na Europa.

O processo e o ensino das Partidas Dobradas, todavia, parece ter-se difundido mais na prática, nas próprias empresas, do que mesmo nas escolas dos séculos XIV e XV, mas o mais famoso centro de ensinamento e difusão, sem dúvida, parece ter-se centralizado em Veneza.

3.2. A LITERATURA CONTÁBIL CONHECIDA NOS SÉCULOS ANTERIORES AO XV

O Oriente Médio, segundo se comprova pelos acervos dos Museus, notadamente o de Istambul, abrigou o aparecimento de obras de Contabilidade, inclusive de um certo avanço, como a de Mazenderani, no século XIV.

Admite-se que desde o século IX tais obras circulassem e algumas são conhecidas, mas até o presente momento não se logrou provar que se referissem, inequivocamente, às Partidas Dobradas tal como aquela desenvolvida na Itália.

Sobre Mazenderani e sua obra, de 1363 (catalogada sob nº 2.756 na divisão de manuscritos da Biblioteca Ayasofya, de Istambul, Turquia), intitulada "Risale-i-Felekiye", com 277 páginas e formato 12 x 17, produzimos uma monografia, publicada pelo CRCMG, sob o título "A literatura contábil antes de Paciolo".

O ambiente cultural árabe já era muito evoluído e, no século IX, a obra de Al-Khwarizmi sobre as Matemáticas, vertida para o latim, já provava o nível de civilização alcançado por aquele povo; quem lançava ao mundo a "ciência das equações" tinha índole madura para dela tirar proveito, inclusive na escrita contábil.

O livro de Mazerandani abriga:

- Normas e Sinais Contábeis
- Forma de Documentos
- Divisão de Débito e Crédito
- Estrutura das Partidas
- Contas Auxiliares
- Regras para escriturar as Partidas de Registros de Variações Patrimoniais
- *Déficits e Superávits*
- Transferências de Contas
- Regras de Composição de Documentos Livros Contábeis: Diário, Razão, Despesas, Armazéns, Mercadorias, Contas Financeiras, Construções, etc.
- Casos Especiais de Registros

Não há dúvida de que, pelo índice, pela matéria tratada, a obra de

Mazerandani, de 1360, é evoluidíssima e de estrutura muito distinta das que se editariam na Europa nos séculos XV e XVI.

A Itália, todavia, já havia dado à luz uma obra com amplas referências aos custos, intitulada “A arte de Seda e da Lã”, que mostrava uma não menos apreciável evolução contabilística, por partidas dobradas no século XIV.

Mazenderani já considerava a Contabilidade como uma ciência (ele o diz na introdução de seu livro) e afirmava que apesar de ainda não ser (na sua época) geral a compreensão da importância do conhecimento contábil, os negócios do país e o das empresas não poderiam obter êxito sem o uso da Contabilidade.

Prenunciou que a corrupção domina onde falta o controle contábil, especialmente no Poder Público. Para cada negócio, afirmou Mazendarani, era preciso estabelecer princípios contábeis próprios e definidos.

A linguagem e o pensamento do eminente autor árabe parecem ser nesse particular um escrito feito para os dias atuais e a sua obra, de fato, é algo que enobrece o conhecimento contábil.

Utiliza-se, com maestria de contas Sintéticas e Analíticas e disciplina, o funcionamento de débito e crédito com rara habilidade; existem, ainda, obras de 1307, 1330, 1340, 1441, todas na Ayasofya Biblioteca de Istambul. A literatura contábil árabe é vasta, apesar da época e das limitações de difusão.

“Enquanto a Idade Média, na Europa, foi de sombras, aquela árabe foi de luzes”, escreveu o Prof. Ismail Otar em trabalho apresentado, ao IV Congresso Internacional de História da Contabilidade, em Pisa sob o título “Risale-i-Felekiy e Kitabus-Siyacat”, defendendo o Oriente Médio como o berço da partida dobrada, sob os seguintes argumentos conclusivos: “Risale-i-Felekiye” e outros antigos textos do Oriente Médio, do século XI ao século XVII, provam que:

1 - Existia um alto nível econômico.

2 - As receitas e as despesas públicas eram reguladas por leis orçamentárias.

3 - O mercado internacional era intenso e expressivo.

4 - A profissão contábil tinha alto prestígio.

5 - Débitos correspondiam a Créditos nas Partidas Contábeis, mediante igualdade.

6 - A necessidade de igualdade referida é a base da Partida Dobrada.

7 - O comércio entre Veneza e o Oriente Médio foi intenso.

8 - Muitos dos conhecimentos contábeis podem ter sido transferidos do Oriente Médio para Veneza no bojo da bilateralidade de negócios e interesses.

As conclusões do mestre Ismail Otar estão nos anais do Congresso, páginas 607 a 618, editado pela "Universitá Degli Studi Di Pisa", em agosto de 1984, sob o título de "Atas" do "Quarto congresso Internazionale di Storia della Ragioneria" (ao qual compareci, apresentando tese sobre a Contabilidade no Ciclo do Ouro no Brasil, séc. XVIII, baseada em meu trabalho que, em 1980, foi editado pelo Ministério da Fazenda sob o título Aspectos Contábeis no período da Inconfidencia Mineira).

Como a dúvida foi lançada, o mesmo mestre da Turquia sugere um aprofundamento na pesquisa das obras do Oriente Médio.

3.3. A LITERATURA EDITADA PELA IMPRENSA

A primeira obra impressa que difundiu as Partidas Dobradas é de autoria de Frei Luca Pacioli e foi inserida em uma obra de Aritmética, Geometria, Proporções e Proporcionalidade, editada em 1494, por Paganino dei Paganini, em Veneza.

Não é, pois, uma obra, exclusivamente, contábil, mas um livro que insere na sua Distinção IX, o "*Tratado* XI Particular de Computação e Escrita", matéria Contábil aplicada a empresas comerciais pelo processo de Partidas Dobradas.

O título da obra é Súmula de Aritmética, Geometria, Proporções e Proporcionalidade e teve duas edições (Summa de Aritmética, Geometria, Proportioni et Proportionalita): a primeira em 1494 e a segunda em 1523 (volumes que hoje são raríssimos no original).

O que nos interessa, pois, diretamente, no campo contábil, é o "Tractatus de Computis et Scripturis" contido no livro como uma de suas unidades.

Depois de Paciolo, vários compêndios foram editados, no século XVI, todos impressos, praticamente, seguindo a linha que o frei adotara,

mas alguns apresentaram consideráveis avanços em matéria conceitual e técnica.

Difundem a Partida Dobrada, em 1522, Diego del Castillo, na Espanha; em 1523, M.Schreiber Grammateus, na Alemanha, em 1525, Giovanni Autorio Tagliente, na Itália; em 1531, Johann Gotlieb, novamente, na Alemanha; em 1539, Girolamo Cardano, novamente na Itália; em 1543, Johan Ympym, nos Países Baixos; em 1543, Hugh Oldcastle, na Inglaterra; em 1547, Gonzalo Fernandez de Ovielo y Valdés, novamente na Espanha; em 1547, um “anônimo”, na Inglaterra; em 1540, a obra de Domenico Marizoni, na Itália, que geraria a de 1549 de Wolfgang Schweicker, na Alemanha; e em 1550, a de Valentin Mennehr de Kemptem, que geraria a de 1564 de Antich Rocha, na Espanha (parece haver uma em Portugal que despertou nossa atenção para o título, editada em 1519, mas carente de pesquisa). Essas obras são da primeira metade do século XVI, seguinte ao de Paciolo.

A França, que tanta contribuição daria à ciência contábil, só tem sua primeira obra sobre Partida Dobrada editada em 1567 por Pierre de Savone.

Os Países líderes em números de livros sobre o assunto foram a Itália, com 6 autores, a Alemanha, com 5 autores e também a Espanha, com igual número.

A literatura contábil, no século XVI, a partir de Paciolo, teve 27 difusores novos, sendo o primeiro, em 1522, o espanhol Diego del Castillo e os últimos (poderá vir a ser a obra de Portugal a primeira, se confirmados os resultados das pesquisas que sugerimos fossem feitas, pois é de 1519), em 1590, Leon Mellena, nos Países Baixos, e o espanhol Bartolomé Salvador de Solórzano (cuja obra possuo, reproduzida, totalmente, em elegante edição realizada pelo ICAC - Instituto de Contabilidad y Auditoria de Cuentas, do Ministério da Economia e Fazenda da Espanha, em Madri, em 1990).

De todas as obras do século XVI, todavia, a que mais nos impressiona, pela evolução do conhecimento e vocação de doutrina é a de Angelo Pietra, de 1586, intitulada “Indirizzo deli Economia” (e que também possuímos, reproduzida, na íntegra).

O advento da imprensa, inequivocamente, acelerou a difusão, em pouco tempo, do que tantos séculos estivera limitado ao Oriente Médio e à Itália; os séculos seguintes ensejaram o aparecimento de muitos valiosos

trabalhos de diversos autores, sempre em linha ascendente de progresso cultural.

Embora a imprensa, em seu início, tivesse se dedicado mais a obras religiosas e as do mundo clássico latino, aquelas contábeis conseguiram proliferar e dar oportunidade a uma expressiva evolução.

A intuição científica contábil, que nasceu nos pensadores gregos (Sócrates e Aristóteles) e que se proclamou no Oriente Médio na alta Idade Média, firmou-se nos teóricos dos séculos XVIII e XIX (inclusive no Brasil) para, finalmente, a partir do fim da primeira metade deste e nesse século XXI alcançar um ápice de conhecimento; se a Partida Dobrada é um critério de registro, não podemos negar a ela o papel de contribuição ao raciocínio lógico, que ajudaria a metodologia de análise dos fenômenos patrimoniais.

Sob o título “A Partida Dobrada Convertida em Ciência”, surgiu, na Itália, em 1803, uma obra de Niccoló D’Anastazio, em Veneza, (La Scrittura doppia ridotta a scienza).

Se o autor não conseguiu produzir uma obra científica, deu, todavia, dignidade ao título e embrenhou-se por um câmbio de terminologia, no qual denomina os fatos patrimoniais de “movimentos” e as contas como “lugares depositários” do informe sobre os movimentos.

Se a escrituração contábil foi cedendo lugar a teorias que dela partiram, buscando conhecer as ocorrências que registrava, não deixou de ser o berço de nossa época empírica, glorificada pelo processo das Partidas Dobradas que, segundo o genial escritor alemão Goethe, foi “uma das mais geniais expressões da inteligência humana”.

Por isto é que se torna preciso distinguir, historicamente, o período da literatura da escrita simples daquele da escrituração por Partidas Dobradas.

D’Anastasio filosofa afirmando que toda ação humana ou não produz duplo aspecto e que a Partida Dobrada é a aplicação desse determinismo cósmico (o mesmo princípio filosófico que D’Auria, no Brasil, no fim da década de 40 deste século XX, teria para inspirar sua Contabilidade Pura). Ele é também um precursor teórico do que Fábio Besta, no início deste século XX, desenvolveria na sua Teoria Materialista das Contas.

O título pomposo que D’Anastasio dá às Partidas Dobradas parece-nos um epílogo triunfal da difusão específica do processo, em uma época em que o conhecimento contábil partiria, célebre, para o campo da ciência.

CAPÍTULO IV

LUCA PACIOLI – GÊNIO DO RENASCIMENTO

O capítulo fala sobre o autor da primeira obra impressa que contém matéria contábil relativa às Partidas Dobradas. É, pois, uma biografia, aquela que consegui estruturar, diante de tantas dúvidas que cercam a vida de Paciolo. Trata-se de uma vida movimentada, de obras produzidas, de amizade do frei com o gênio Leonardo Da Vinci.

Procura seguir a trajetória desse primeiro difusor, pela imprensa, das Partidas Dobradas, desde o nascimento dele até a sua morte. Evidencia que Paciolo viveu para a cultura e que legou ao mundo um valioso acervo de idéias.

IV

LUCA PACIOLI – HOMEM DO RENASCIMENTO

4.1. LUCA PACIOLI E PACIOLO

Uma dúvida que sempre ocorre é se PACIOLO ou PACIOLI é a forma correta de referir-se ao sobrenome do autor da obra impressa que primeiro divulgou o processo das Partidas Dobradas.

Nisto existe uma peculiaridade do idioma italiano da Toscana, da época.

Os sobrenomes terminados com a letra I, quando junto do nome, conservavam o I, pois, ao dizer-se o “completo” dizia-se, por exemplo: Michelangelo Buonarotti, logo, LUCA PACIOLI.

Quando se dizia só o sobrenome este se transformava, trocando-se a letra I pela letra O e, então, dizia-se IL BUONAROTTO, logo, também, IL PACIOLO.

Portanto, o correto era dizer-se: LUCA PACIOLI ou IL PACIOLO.

Não são sobrenomes diferentes, mas a forma de dizer o sobrenome, se “junto do nome” (com I) ou “sozinho” (com o).

Existem referências de que o nome completo do Frei seria: LUCA BARTOLOMEO PACIOLI, ao que se acrescentava DI BORGO DI SANSEPOLCRO. O nome Bartolomeo, todavia, era o de seu pai e nas obras maiores que o frei edita não há referência ao nome Bartolomeo.

Era costume e ainda o é em muitas parte da Itália o de referir-se a um filho evocando o nome do pai (e isto não é só hábito italiano, mas de muitas outras nações). Daí justificar-se o "Luca di Bartolomeo", como foi o caso de Leonardo, filho de Bonacci e que gerou Fibonacci (como expressão sumarizada de filho).

4.2. LOCAL DE NASCIMENTO E A ÉPOCA DE PACIOLO

Luca Pacioli nasceu na então Borgo di San Sepolcro, hoje Sansepolcro, província da cidade de Arezzo, na região da Toscana, na Itália, acredita-se por volta de 1445, posto que se tem questionado sobre a data exata. Teria, pois, 49 anos quando editou sua "Summa", em Veneza.

A Vila de Sansepolcro ergue-se ao alto de uma colina e ainda hoje conserva seus ares medievais com os Palácios, a Catedral, algumas igrejas da época, o seminário e uma atmosfera deveras respeitável que se deriva dos gênios que ali nasceram.

Paciolo era coevo de Leonardo Da Vinci (1452-1514); de Michelangelo (1415-1564); de Maquiavel (1469-1527); de Lourenço, o Magnifico; de Savonarola; de Piero della Francesca; e de muitas grandes personalidades de uma época de ouro da civilização mundial que resplandecia na Itália (sobre a qual já me referi no Capítulo II).

Quando nasceu, Cosme de Medici era senhor de Florença (1434-1464) e era muito jovem quando Lourenço, o Magnífico, assumiu o Poder em Florença (1469).

Foi da época do magnífico Boticelli (que produz o famoso quadro da Primavera, em 1477), de Ficino, o grande filósofo que recuperava a imagem de Platão, superando Aristóteles (1482), e de Policiano (1454-1494); quando era muito jovem, a Itália inaugurava sua época na imprensa (a primeira obra impressa foi em 1465, quando, também, nasce o insuperável Maquiavel); já era adulto quando nasceu Rafael Sanzio (1483), o grande gênio da pintura, e foi da época de Vasco da Gama, Colombo e Cabral.

O tempo de Paciolo era aquele dos gênios, da metamorfose histórica (que ocorre com a tomada de Constantinopla em 1453, por Maomé II), da paz de Lodi entre os Viscontis e os Venezas (1454), da conspiração dos Pazzis contra Lourenço, do assassinato de Juliano de Medici (1478), da conjuração dos barões em Nápoles contra o rei Fernando (1485).

Um fato curioso histórico, irônico mesmo, deu-se quando nasceu Paciolo: o ducado dos Sforza ia à falência, por uma “magnificência alérgica a qualquer preocupação com a Contabilidade”, como escreveu o magnífico Indro Montanelli, em co-autoria com Roberto Gervaso (L’Itália dei Secoli D’oro, edição Rizzoli, Milão, 1967), sendo salvo pelos toscanos “Medici” (da região do frei), que não só eram banqueiros, mas possuíam excelentes controles contábeis.

Como já foi referido, a atmosfera cultural sob a qual nasceu Paciolo era a de apoio à cultura, fortemente incentivada por Cosme dos Medici.

A imensa fortuna do banqueiro florentino fazia fervilhar a cultura da região e criava-lhe a atmosfera da intelectualidade. Como escreveram Montanelli e Gervaso, na obra já citada, Cosme foi o “ídolo de toda a inteligência”, o “pai da pátria” de “toda a Itália”.

A política dos Medicis não se alteraria até o fim do século XV e admite-se que alimentou o milagre da Renascença.

Paciolo viveu, pois, uma Itália de lutas, invasões, mas de fortíssimo teor intelectual, com o renascer intenso da filosofia platônica (que tanto influiria sobre Paciolo, especialmente no relativo às Divinas Proporções).

O Poder de Lourenço, o Magnífico, que fora aluno de Ficino, líder de uma escola platônica, influiu, como era natural, em toda a intelectualidade.

Muito cedo, Paciolo foi educado, em sua cidade natal, por um emérito pintor e matemático, Piero della Francesca (também nascido em Borgo di Sansepolcro, e onde, até hoje, existe a casa onde viveu, defronte ao campanário de São Francisco (onde estive em visita, em 1984), que ensinou àquele álgebra, matemática e as proporções platônicas.

Piero nasceu entre 1410 e 1420 (não é precisa a data de seu nascimento, como muitas não as são as informações históricas sobre toda a sua vida) e dedicou-se a muitos trabalhos em sua Província (em Arezzo e Sansepolcro), admite-se, de 1455 a 1466; em 1469, esteve em Urbino, após exercer cargos públicos em Sansepolcro e aceitar empreitadas em

Arezzo; depois de 1470, parece ter ficado maior tempo em sua cidade (nesses períodos é que Piero Della Francesca teria ensinado a Paciolo).

4.3. ATIVIDADES DE PACIOLO EM VENEZA – INÍCIO DE SUA ATUAÇÃO

Acredita-se que a ida de Paciolo para Veneza deve-se ao mercado de trabalho que ali existia e que faltava em sua vila de nascimento; aos 20 anos empregou-se na casa do próspero comerciante judeu Antônio Rompiaci, aos filhos do qual dedicaria uma obra.

Entrementes, estudou na Escola de Domenino Bragantino, um “público leitor de matemática” (como na época se denominavam os especialistas) na área, possuindo concessão do magistério.

Não se sabe, ao certo, a completa função de Paciolo na casa comercial de Rompiaci, mas admite-se que fosse a de pedagogo dos filhos daquele com o uso dos conhecimentos que já trazia de Sansepolcro e que eram os de aritmética e é de supor-se que também de Partidas Dobradas (consegui, junto com o Prof. Marcelo Berti, docente de História da Contabilidade na Universidade de Pisa, encontrar no Museu Cívico de Sansepolcro documentos escriturados em Partidas Dobradas da época em que Paciolo estava naquela vila, podendo-se daí hipotetizar que aprendeu o processo, dado o interesse que tinha e que em sua obra confirmou).

O ilustre Prof. Federigo Melis entendeu que a grande prática sobre comércio Paciolo só a adquiriu em Veneza, com a Rompiaci, o que também justifica ter em seu “Tractatus” dedicado exclusividade ao referido ramo.
Até seu trabalho, em Veneza, e que culminou com um livro sobre álgebra, ultimado em 1470, não era ainda Frei. Dedicou tal livro, como disse, aos filhos de Antônio Rompiaci que por ele foram educados. Com 25 anos, pois, já com grande acervo cultural, produziu sua primeira obra, dedicada ao que predilecionava, ou seja, a números e cálculos. De tal obra tem-se apenas referência porque ela se perdeu, não deixando prova histórica. Sabemos que existiu porque Paciolo a ela se refere no fólio 67 de sua “Summa”.

4.4. A PASSAGEM POR ROMA E NOVOS PROGRESSOS CULTURAIS COM ALBERTI

A inquietude cultural de Paciolo, naturalmente, despertada em seus verdes anos, por Piero Della Francesca, em Sansepolcro, parece ter feito com que se sentisse atraído para absorver novas luzes. Tais luzes, por influência natural, deveriam ser as dimanadas de um grande mestre, de um que se afinasse em pensamento com Piero, e esse foi Alberti.

Como escreve Alberto Busignani, biógrafo daquele genial pintor e mestre, Leon Battista Alberti era um “espírito afim” ao de Piero (A. Busignani - Piero Della Francesca, pág. 8, Ediciones Toray, Barcelona, 1968), e é muito possível que este tenha repassado a Paciolo a sua forte impressão sobre aquele e até a este encaminhado.

Não é, pois, sem razão, que por volta de 1470 ou 1471 (é imprecisa a referência histórica), Luca desloca-se para Roma e passa a residir na casa de Leon Battista Alberti, embora não por muito tempo. É aí que lhe causam profundas influências os estudos de Teologia e de Filosofia, que encontraram terreno fértil na mente lógica de Paciolo, esta treinada para a Aritmética e a Álgebra, aperfeiçoada por Bragantino, em Veneza.

A aproximação com os textos relativos ao que Alberti lhe transfere, naturalmente, despertam a “consciência religiosa” mais aprofundada e isto iria induzir o genial discípulo a ingressar em uma ordem que tanta influência na Itália exercia, pela pureza de seus fundamentos.

Alberti era escultor, pintor, músico, filósofo, em suma, um homem típico do Renascimento (1404-1472); de sua autoria, famosíssima na história da arte, é a fachada da Igreja da Santa Maria Nova, em Florença (terra onde nasceu) e do Palácio Ruceellai.

Paciolo vai ao encontro de Alberti quando este já estava no fim da vida, com uma grande maturidade intelectual, competente para exercer a grande influência que, de fato, teve e, embora idoso, estava em plena vitalidade, executando em Roma as obras do Palácio Veneza.

Outros estudiosos, todavia, atribuem a maior religiosidade de Paciolo ao fato de dois irmãos seus haverem entrado para a Ordem dos Franciscanos (Santo que em Borgo di Sansepolcro era devotado com grande eloqüência e ao qual uma Igreja foi dedicada ali).

4.5. O FREI LUCA PACIOLI DA ORDEM DOS FRANCISCANOS E O MAGISTÉRIO

A fé por São Francisco, na cidade de Paciolo, parece ter-se iniciado no fim do século XIII, por volta de 1285, por um frei chamado Tommaso da Spello, que ali aportou com o objetivo de construir a primeira igreja, em decorrência de terreno doado pela comunidade (desse antigo templo hoje só existem restos da fachada).

A fé consolidada no santo de Assis, os irmãos que haviam ingressado na ordem e o suporte de teologia recebido de Alberti devem ter determinado a decisão de Paciolo de tornar-se Frei, o que ocorreu por volta de seu retorno de Roma, em 1471. Outros autores admitem o ingresso na ordem em 1494 (J. Vlaemminck).

O Frei Luca Bartolomeo Pacioli de Borgo di Sansepolcro parece ter vestido o hábito na sua própria terra natal, segundo Melis (Federigo Melis, Storia della Ragioneria, pág. 620, editor Zuffi, Bolonha, 1950).

Poucos anos depois foi lecionar matemática em Perugia (perto de conventos da Ordem Franciscana), provavelmente de 1475 a 1480, firmando-se no magistério.

Em tal cidade, escreveu seu segundo livro: um pequeno volume, ainda sobre álgebra.

Ao prestígio da Ordem, à respeitabilidade do hábito, Paciolo somou sua imagem de mestre e consolidou-se como escritor; essa parece ter sido uma vocação irreversível.

Sua obra realizada em Perugia conserva-se na Biblioteca do Vaticano sob o nº 3.129 e abrange Aritmética, Geometria, Álgebra, Câmbio, Moedas, etc., e Lamouroux admite que possa ter sido o embrião da “Summa” (F. Martin Lamouroux - Contabilidade, pág. 302, ed. Caia de Ahorros, Salamanca, 1,989).

A estada de Paciolo em Perugia não é bem precisa (Melis admite de 1475 a 1478 e Lamouroux até 1480, assim como ainda outros preferem declará-la incerta), mas ali esteve lecionando, produziu uma obra pequena similar aos assuntos da “Summa” e se manteve vizinho do Convento de São Francisco de Assis.

4.6. QUASE MAIS 20 ANOS DE ANDANÇAS E A PRODUÇÃO DA "SUMMA"

De Perugia, o frei deslocou-se para Veneza novamente, onde ficou pouco tempo viajando e localizando-se em Zara (perto de Veneza, mas já na Iugoslávia).

Não se conhece o motivo da transferência, mas, foi em Zara que ele escreveu o seu terceiro livro de Matemática, em 1481 (que se perdeu). De tal livro só sabemos da existência pela referência que Paciolo faz ao mesmo no fó1io 67 de sua "Summa", quando afirma que no mesmo havia passado, de leve, sobre o assunto que agora (na "Summa") estava a desenvolver em um outro de maior profundidade.

De Zara, volta ele a Toscana, dessa vez a Florença e depois a Perugia. Depois vai a Roma para ensinar. De 1490 a 1494, ainda no magistério, ensina em Nápoles e em Pádua. Volta, novamente a Florença, mas, finalmente, desloca-se para Veneza para revisar a sua obra "Summa de Aritmética, Geometria, Proporções e Proporcionalidade" (que se admite tenha ele a concluído em Perugia, em 1487).

Parece não haver dúvida, todavia, que a "Summa" tenha sido produzida e concluída na segunda metade da década de 80 do século XV (portanto, cerca de 200 anos depois que o processo das partidas dobradas já estava consolidado na Itália).

O tempo decorrido de aproximadamente sete anos, entre a conclusão da volumosa obra e a edição da mesma, não é de admirar-se, considerando as condições da época e a preferência que os editores mantinham por livros que fossem de maior procura (Bíblia, obras do latim clássico, etc.), pois o "custo das edições" era deveras alto.

O editor Paganino de "Paganini", de Veneza, acabou de imprimir a "Summa" em 10 de novembro de 1494.

4.7. PACIOLO E LEONARDO DA VINCI

Paciolo tornou-se amigo de Leonardo da Vinci, um dos maiores gênios da humanidade (1452-1519), figura ímpar do Renascimento.

Partiram, ambos, para Milão, sob o custeio e proteção de Ludovico Sforza, poderoso Conde de uma família de rara importância (o castelo onde vivia está ainda hoje, quase intacto, em Milão, e constitui motivo de atração turística), mas também sobre esse evento se questiona.

O tronco dos sforza iniciou-se com Muzio Attendolo (1369-1424) e tinha em Ludovico, cognominado, “O Mouro”, (1452-1508), um de seus expoentes; o Duque muito valorizava as artes e as técnicas, e em razão disto “investia” nos dois gênios (Da Vinci e Paciolo) e os trazia a Milão.

De 1496 a 1499, ambos os gênios permaneceram naquela cidade, até a época da invasão dos franceses (que obrigou a fuga do Duque). Perdido o apoio de Ludovico, pela circunstância desastrosa da guerra, Paciolo e Da Vinci saem de Milão.

Em Milão, durante sua permanência, Paciolo ensinou matemática na corte e consta que tenha, igualmente, aprimorado em Da Vinci as noções sobre as “Divinas Proporções”.

Admite-se, inclusive, que a famosa “Ceia Sagrada” (tão reproduzida e conhecida), de Leonardo (pintada na parede de um convento milanes de Santa Maria), tenha tido a inspiração nas “Divinas Proporções” que Paciolo defendia.

Sobre os “mitos” da pintura de Da Vinci, escreve Guido toda uma obra e prova que as “Divinas Proporções” foi deveras aplicada.

Há, todavia, uma dúvida, pois o Prof. Federigo Melis diz que Leonardo levou Paciolo a Milão, enquanto Guido afirma: “Quando Leonardo, em Milão, travou relações com o frade matemático Luca Pacioli di Borgo, muitas idéias sobre a vinculação da geometria e das proporções harmônicas com a arte havia auferido dos conceitos de Alberti e do seu convívio em Pavia com Francesco di Giorgio” (Angelo Guido-Símbolos e Mitos na Pintura de Leonardo da Vinci, pág. 54, edição Sulina, Porto Alegre, colaboração com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1969).

“Lamouroux”, também, afirma que Paciolo conheceu Da Vinci em Milão (F. Martin Lamouroux, Contabilidad, pág. 302, Salamanca, 1989) e o questionamento do encontro dos dois gênios fica, desta forma, dividido em opiniões, mas é inequívoco que se tornaram amigos.

Afirma Guido que Da Vinci já havia esboçado o desenho da Ceia (projetos acham-se na Academia de Veneza e no Castelo de Windsor, atualmente), quando os modificou para adaptar ao que recebera de ensinamentos de Paciolo (Angelo Guido, pág. 56 da obra citada).

As tão propaladas “Divinas Proporções” que o Frei tão respeitou (e até escreveu uma obra sob tal título) representam uma “relação” que assim se conceitua: “numa reta, dividida em dois segmentos desiguais, a parte menor estará sempre para a maior como esta para o todo”.

Admite Guido que na mesma época em que Leonardo pintava a Ceia, Paciolo escrevia o seu outro livro “As Divinas Proporções”, inspirado nas idéias de Platão (na obra “O Timeu”) e de Euclides.

De fato, as ilustrações de tal obra (cuja reprodução fiel e integral possuo em minha biblioteca) são de Leonardo (inclusive das figuras geométricas sólidas e vazadas, com seus pontos de equilíbrios).

Logo no Prólogo do referido livro, Paciolo destaca o nome de Leonardo como ilustre “arquiteto e engenheiro” e acrescenta “compatriota nosso, florentino”.

O frei concluiu a obra em 1498 e a dedicou ao seu protetor Ludovico Sforza, mas esta só é editada em 1509, ainda por Paganino de Paganini, em Veneza.

A “Summa”, de 1494, fora dedicada a “Guido Ubaldo Duca d’Urbimó” (há, inclusive, um quadro pintado por Jacopo di Barbari (que assina Jacobar), com Paciolo ensinando ao Duque de Urbino, cujo original está no Museu do Banco de Nápoles, em Capodimonti, Nápoles.

Tal a amizade que Da Vinci tinha a Paciolo que, em 1499, após a fuga de Ludovico, com este se afasta de Milão, saindo juntos. Rapidamente passam por Mantua e Veneza para, então, ficarem, ambos, em Florença, residindo no mesmo domicílio.

A admiração de Paciolo por Leonardo era tamanha que a este fez muitas referências calorosas e elogiosas em outra obra que começou a escrever quando estivera em Milão: “De Viribus Quantitatis” (que se acha, em seu original, na Biblioteca da Universidade de Bolonha).

O “De Viribus” foi um livro que visou estimular o gosto pelos números e, por isto, está pleno de “jogos” e “curiosidades” matemáticas, sendo de cunho popular, incluindo formas de estabelecer sofismas por meio de cálculos, mas tal trabalho não foi editado.

Tudo faz crer, todavia, que Leonardo e Paciolo se separaram e só se reencontraram depois em Roma, em 1514, quando Leão X convidou o frei para lecionar (e quando esse já havia passado por Veneza, Perugia, Florença e Borgo di Sansepolcro).

Escreve Marinoni que o encontro deu-se em uma época em que "Leonardo já estava envelhecido e descrente" (Augusto Marinoni - "De Divina Proportione", pág. 6, ed. Pizzi, Milão, 1982), ou seja, pouco antes de que fosse para Amboise, no Vale do Loire, onde veio a falecer, em "Clos Lucée" e onde está enterrado (comoveu-me, profundamente, ver a singeleza do túmulo de tão grande homem, com uma lápide não menos singela, em uma modesta capelinha do "Chateau" de Amboise).

Paciolo, igualmente, vizinho, já estava de sua morte, que hoje já se admite, com margem de segurança ter ocorrido em 1517, enquanto, Leonardo, faleceu na França cerca de dois anos depois. Outros autores consideravam que teria sido em 1515 a morte do Frei.

O encontro em Roma, dos dois expoentes, foi uma despedida sem retorno, mas inequívoca ficou, para a história, a identidade intelectual que estabeleceram.

A morte de Paciolo foi deveras em 1517, conforme estudos idôneos do reverendo Ivano Ricci, bibliotecário em Sansepolcro, do Museu Cívico, e seu sepultamento deu-se na igreja de San Giovanni D'Afra, em sua cidade natal.

Os dois grandes amigos que o destino juntou, geograficamente, o túmulo distanciou: um ficou em Amboise, França (Leonardo) e outro em Sansepolcro, Itália (Paciolo).

4.8. OS ÚLTIMOS ANOS DE PACIOLO

A vocação do Frei, escreveram os ilustres intelectuais e professores Aloe e Valle, não parece ter sido monástica, pois viajava ele, freqüentemente (Armando Aloe e Francisco Valle - Luca Pacioli e seu "Tratado" de Escrituração de Contas, edição Atlas, 1966).

Após a estada em Florença, com Da Vinci, Paciolo ensinou nas Universidades de Pisa e de Bolonha (entre 1500 e 1507). Em 1501, Soderini protegia Paciolo em Florença. Do referido exercício de magistério existem provas documentais, assim como de algumas passagens, inclusive, recibos de salários.

Em 1508, em Veneza, proferiu uma aula magna em abertura de um curso da igreja de São Bartolomeu do Rialto, tratando de geometria

euclidiana (livro V de Euclides) e das “Divinas Proporções”; na mesma época revisou, para seu editor, as “Divinas Proporções” (que sairia em 1509) e da edição latina dos “Elementos”.

Em 1510, foi nomeado “Comissário” do Convento Franciscano de Sanseplcro e ali ficou até que Leão X o chamasse a Roma (quando se reencontrou com Da Vinci), o que ocorreu em agosto de 1514.

Tudo nos prova que as atividades finais de Paciolo foram intensas, tal como foram as de toda a sua existência como professor e escritor, ou seja, a de um gênio a serviço da difusão cultural.

CAPÍTULO V

A "SUMMA" DE PACIOLO E O "TRACTATUS"

O Capítulo apresenta os títulos das obras de Paciolo e os resumos sobre o conteúdo do Tractatus. Procura evidenciar a influência do trabalho do mestre italiano.

V

A "SUMMA" DE PACIOLO E O "TRACTATUS"

5.1. OBRAS DE PACIOLO

Paciolo escreveu diversas obras, todavia, a de primeira grandeza, a que o imortalizou como grande gênio, foi, sem dúvida, a "Summa de Aritmética, Geometria, Proportione et Proportionalitá", cuja impressão pelo editor Paganino de Paganini" conclui-se em 10 de novembro de 1494, em primeira edição (possuo o privilégio de possuir a integral e fiel reprodução da mesma, feita do original, em excelente trabalho editorial).

A segunda edição sairia, ainda pelo mesmo editor, mas em Tusculano, em 1523, quando o frei já havia falecido (um dos raríssimos exemplares dessa edição acha-se na Biblioteca da Universidade de Salamanca, na Espanha).

Essa obra maiúscula, juntamente com a "De Divina Proportioni" são as mais expressivas, ao lado de outras menores que são:

1 - Um pequeno livro de aritmética e álgebra, de 1470, e que nenhum exemplar restou (só se sabe por referência do próprio Frei).

2 - Um breve "Tratado" feito em Perugia, que se encontra na Biblioteca do Vaticano, sob o nº 3.129.

3 - Um "Tratado" de álgebra elaborado em Zara, em 1481 (só se conhece por referência).

4 - "De viribus quantitates", em 1496, e cujo original está na Universidade de Bolonha (não-publicado).

5 - Uma tradução de textos de Euclides, editada em Veneza, em 1508.

6 - O "Libellus in tres partiales tractatus divisus ..." ainda em 1508.

Observa-se a grande operosidade do frei, deveras significativa, mas no entender de muitos que analisaram o que escreveu, nada superou a sua "Summa".

5.2. A ESTRUTURA DA "SUMMA"

A "Summa" é a obra prima de Paciolo, sendo o primeiro livro "impresso" que trata de assuntos matemáticos e contábeis (não é a primeira obra contábil, porque muitas outras se produziram antes, mas é a primeira que foi impressa).

Ela é a semente de escolas matemáticas e de uma nova fase da literatura sobre as partidas dobradas.

A "Summa" é um volume em "fólios" com 616 páginas (308 fó1ios).

Divide-se em segmentos básicos: Aritmética e Álgebra.

Subdivide-se em DISTINCTIONES.

As "distinctiones" estão divididas em TRACTATUS.

O 2º segmento é o de Geometria.

Divide-se, também, em DISTINCTIONES.

As "distinctiones" dividem-se em CAPITULA.

No primeiro segmento, Distinctione Nona, Tractatus XI, está o TRACTATUS DE COMPUTIS ET SCRIPTURIS que o Frei dedica à difusão das PARTIDAS DOBRADAS.

A obra discrepa da maioria daquelas da época e que era em latim, para ser editada em italiano comum ou "rústico".

Seguia Paciolo a "irreverência" de Dante (1265-1321), que preferira escrever no idioma italiano que ao latim.

Acredito, todavia, que a preocupação de Paciolo não era quebrar uma tradição e nem a de imitar Dante, mas o seu demasiado respeito ao "valor da difusão do conhecimento" com o que, isto sim, muito se preocupava.

Das edições da "Summa" (1ª e 2ª) restaram raros exemplares até nossos dias e admite-se que não cheguem a cinqüenta espalhados por diversas partes do mundo.

Reproduções foram feitas, também raras, e as reedições do Tractatus, em todo o mundo, não chegaram a vinte em meio milênio.

5.3. O ROMPIMENTO DA TRADIÇÃO DO CONHECIMENTO CONTÁBIL

A “Summa” é uma obra de grande interesse para os matemáticos, basicamente. Aos contabilistas ela tem o valor concentrado no “Tractatus de Computis et Scripturis”.

Escreve Masi que “a obra de Paciolo encerra o período medieval da Contabilidade e inicia a Contabilidade do Renascimento e Moderna” (Vincenzo Masi - La Ragioneria nell’etá medievale, pág. 288, edição Tamari, Bolonha, 1975).

O trabalho, continua o emérito criador da escola patrimonialista, não traz normas de gestão patrimonial e nem um conhecimento desta que autorize a avaliar um conhecimento profundo da questão, pois o que por intuição e prática, se conhecia, na época, não se converteu em doutrina (págs. 288 e 289 da obra e autor referido).

Tanto Masi, quanto Joseph H. Vlaémminck, em suas obras valiosíssimas sobre a História da Contabilidade, estão de acordo com a hipótese de que a obra de Paciolo rompe a “tradição oral do conhecimento contábil” para desviá-la no sentido de uma literatura (o que de fato ocorre).

O mérito está em “inaugurar uma fase evolutiva de difusão”, mais que o de simplesmente em relatar o que já era de conhecimento de muitos profissionais.

A obra do Frei tem essa imensa virtude de romper a inércia e de abrir as portas para que, no século seguinte, muitos tratadistas, em toda a Europa, se interessassem em escrever sobre assuntos da Contabilidade.

Se avaliarmos que de 1202 a 1494, na Itália, só um livro tratando de Contabilidade existe (só há notícias de algumas obras no Oriente Médio e um na Itália), pode-se dizer que, realmente, Paciolo foi o iniciador de uma era na História da Contabilidade.

As obras contábeis deixaram de ser editadas não porque a matéria fosse sem relevância, mas, possivelmente, por falta de um “toque inicial

expressivo”.

A vitalidade das companhias italianas e a importância que se dava ao erário público (em 1437, 1442 e 1478 já estavam editadas Ordenanças Reais na Espanha por Don Juan II, pelos reis católicos, sobre a Contadoria e a Auditoria de Contas) conta-nos de um grande vigor do exercício profissional contábil, mas, de fato, faltavam obras de difusão.

No reino espanhol, à época de Paciolo (e a Espanha ia vivendo sua era de expansão para depois entrar nos anos dourados), os contadores eram não só analistas, mas “juízes de contas”.

A obra do frei causou raro sucesso em seu tempo, o que a levou a uma segunda edição, mas dúvidas ocorrem se foram apenas duas, se houve contrafacções ou autorizações a terceiros para reimpressão.

Em tese apresentada ao IV Congresso Internacional de História da Contabilidade, em Pisa, 1984, a historiadora Ana B. G. Dunlop coloca em dúvida vários itens da impressão daqueles que chegaram até nossos dias, para provar que “não são idênticas”.

Seja como for, isso só confirma o sucesso da edição que inaugura uma nova fase histórica na Contabilidade.

5.4. O “TRACTATUS” DE NATUREZA CONTÁBIL INSERIDO NA “SUMMA”

A rigor, um “Tratado” contábil, em um livro como a “Summa”, poderia parecer inadequado ou impertinente. Ocorre, todavia, que a escrituração mercantil era ensinada em escolas de Ábaco ou de Aritmética, que também se preocupavam com as práticas em uso no comércio (Melis as considerava precursoras das Escolas ou Aulas de Comércio).

O “Tractatus XI Particularis de Computú et Scripturis”, que é a Distinção IX da Parte I, da “Summa”, é resumido por Melis no seguinte conteúdo (Federigo Melis, págs. 628 e 629 da Storia delia Ragioneria, ed. Zuffi, Bolonha, 1950):

1 - As coisas necessárias ao comerciante.

2 - O inventário.

3 - Os três livros mercantis: Borrador, Diário e Razão.

4 - A autenticação dos livros contábeis.

5 - O Borrador.

6 - O Diário.

7 - O Razão.

8 - O registro dos fatos inerentes à compra de mercadorias, as permutas, as sociedades, etc.

9 - Os registros relativos às relações com as entidades públicas.

10 - As contas de despesas.

11 - As contas de estoques (Armazéns).

12 - A conta de Lucros e Perdas.

13 - Os estornos de lançamentos.

14 - O fechamento das contas.

15- O arquivo das correspondências.

16 - Particularidades sobre o “Livro dos Comerciantes”.

Os assuntos desenvolvem-se em 37 parágrafos que o frei denomina Capítulos e cujo resumo, feito por Melis, e por nós referido, produz uma idéia geral da matéria enfocada.

O texto original da obra é prolixo, repetitivo e de difícil entendimento em certos trechos, pois segue aos critérios da época.

Cada um desses capítulos será objeto de tradução e de adaptação de nossa parte e nisto também nos valemos de outros estudos como apoio, como o magnífico trabalho feito por dois eminentes mestres brasileiros, lamentavelmente já falecidos, mas dignos de nossa maior admiração e respeito: Armando Aloe e Francisco Valle, ambos, enquanto viveram, diletos e fiéis amigos meus.

Na tradução adaptada, buscamos trazer a forma do italiano medieval o mais próximo da nossa construção vernácula atual, o mais que nos foi possível para oferecer o pensamento do autor.

TRADUÇÃO DO "TRACTATUS" DE PACIOLO

Apresento aqui a obra de Paciolo que se refere às Partidas Dobradas em uma adaptação que busca ser de máxima fidelidade.

Procurei dar forma atualizada a um italiano medieval o tanto quanto possível e, nesse sentido, discrepei um pouco, às vezes, da original, mas sem nenhum prejuízo do sentido essencial.

Busquei, pois, tornar acessível o pensamento do autor, sem, todavia, me afastar de uma "tradução" e, por isto, conservei a originalidade.

Na realidade, procurei reescrever o livro para que o entendimento fosse o maior, mantendo-me rigorosamente fiel ao pensamento de Paciolo.

FREI LUCA PACIOLI

TRATADO PARTICULAR DE CONTAS E ESCRITURAÇÃO

(Parte I, Distinção IX, “Tratado” XI, da Summa de Arithmética, Geometria, Proportioni et Proportionalitá de Luca Pacioli, edição Paganino de Paganini, Veneza, 1494)

VENEZA, MCDXCIV

CAPÍTULO I

DAS COISAS QUE SÃO NECESSÁRIAS AO VERDADEIRO COMERCIANTE, E DA ORDEM NECESSÁRIA À MANUTENÇÃO ADEQUADA DO RAZÃO COM O SEU DIÁRIO, EM VENEZA OU EM QUALQUER OUTRO LUGAR

Aos reverentes súditos de U.D.S. Magnânimo D., que tenham necessidade de tudo em completa ordem mercantil, deliberei (além de outras coisas adiante ditas em nossa obra) ainda compilar um "Tratado" particular extremamente necessário. E nesse só o inseri para que esse livro, em qualquer eventualidade, possa servir não só de guia para as contas e registros, como, também, para o entendimento delas. E, por, isto procuro dar-lhes norma suficiente e bastante para que mantenham ordenadamente todas as suas contas e livros.

Entretanto (como se sabe), três coisas principais são oportunas a quem deseja com a devida diligência comerciar, sendo a mais importante o dinheiro em espécie ou toda faculdade substancial, pois "junto à natureza a única coisa necessária é a substância", sem a qual, dificilmente, se pode exercer a atividade mercantil; acontece que muitas pessoas, antes sem recursos, começando só com boa fé, fizeram grandes negócios, com o auxílio de crédito, estes que souberam manter, conseguindo assim grandes riquezas, como me foi possível observar percorrendo a Itália.

Antigamente, nas grandes repúblicas, tudo repousava na confiança depositada no bom comerciante e ele a reafirmava jurando sobre uma fé real de mercador.

Tal fato não deve ser objeto de admiração, pois cada um com sua fé se salva catolicamente e sem ela não se pode agradar a Deus.

A segunda coisa que se precisa para bem comerciar é a de que se seja um bom contador e um ágil calculista. Para assim, o ser ofereço do começo ao fim desse Tratado as regras e princípios para cada uma das operações comerciais, de modo que o leitor, por si mesmo, sozinho tudo possa fazer.

Quem de tais conhecimentos não dispuser, outros seguintes inúteis lhe serão.

A terceira e última coisa oportuna é ter todos os seus negócios organizados, a fim de que de tudo se possa ter conhecimento, rapidamente, seja a seu débito, seja a seu crédito, porque de outra forma não se consegue comerciar.

Tal condição é imprescindível nos negócios, pois seria impossível administrar sem ordem na escrita contábil e a ausência de tranqüilidade perturbaria a mente.

Todo tipo de registro é oferecido em cada capítulo deste Tratado porque este foi elaborado visando apoiar uma boa gestão. Ainda que tudo o que se faz necessário pudesse eu escrever e mesmo em relação ao que escreverei adiante, ao que ficou omisso é ainda possível com alguma inteligência aplicar-se de forma similar o que aqui se ensina.

Em tudo conservarei o modo de Veneza porque, entre outros, este é o que me parece ser o mais recomendável e porque por ele tudo poderá ser guiado.

Tudo dividiremos em duas partes especiais, uma chamaremos Inventário e a outra Disposição; e, primeiro sobre uma e depois sobre a outra sucessivamente dir-se-à segundo a ordem disposta no índice, por meio do qual o leitor poderá orientar-se segundo o número de seus capítulos e folhas.

Quem com a devida ordem que se espera desejar bem saber ter um Razão com o seu Diário, que atento esteja a tudo o que se vai dizer.

E para que bem se entenda o processo, exemplificaremos o caso de quem inicia um comércio como para organizar-se deve proceder na manutenção de suas contas e registros, a fim de que possa, sucintamente, encontrar cada coisa em seu devido lugar, porque se não dispuser as coisas ordenadamente ver-se-á em grandes trabalhos e confusões em todos os seus negócios. Fala-se, vulgarmente, que “onde não há ordem, há confusão”.

E no intuito de oferecer algo compreensível sobre o procedimento em relação a cada comerciante, dividiremos o assunto em duas partes principais, usando a maior clareza para que disso o máximo proveito se tire.

Inicialmente, demonstremos o que é o inventário e como deve ser feito.

CAPÍTULO II

A PRIMEIRA PARTE PRINCIPAL DESTE "TRATADO" DITA INVENTÁRIO, O QUE É O INVENTÁRIO E COMO DEVE SER LEVANTADO PELOS COMERCIANTES

Convém, de início, pressupor e imaginar que toda ação é movida por uma finalidade e que, para alcançá-la devidamente, todo o esforço se despende no seu processo; fim de qualquer negociante é o de conseguir lícito e competente ganho para o seu sustento.

Portanto, sempre com o nome do Senhor Deus deve-se começar o trabalho invocando-se o seu Santo Nome.

Assim sempre iniciando o seu inventário deves escrever em uma folha, ou em livro separado, colocando nesta tudo aquilo que encontrares e possuíres quer sejam móveis ou imóveis, começando sempre pelas coisas de maior valia e que sejam mais fáceis de serem perdidas, como são o dinheiro em espécie, pratas, etc., porque os imóveis, tais como casas, terrenos, lagoas, vales, pesqueiros e semelhantes não se podem desviar, tal como já não acontece com os bens móveis.

Sucessivamente, cada uma de *per si*, anotarás as outras coisas, colocando, sempre, inicialmente, o dia, o ano, o lugar e o teu nome no inventário; todo o dito inventário deve ser levantado em um mesmo dia porque de outra forma originaria problemas posteriores.

Para tal exemplo, darei um modelo pelo qual em qualquer aplicável a todos os demais casos semelhantes.

CAPÍTULO III

FORMA EXEMPLAR COM TODAS AS SOLENIDADES REQUERIDAS PELO INVENTÁRIO

Em nome de Deus, em 8 de novembro de 1493, em Veneza.

O que se segue é meu inventário; eu Fulano de Tal de Veneza, sediado à Rua do Santo Apóstolo, o qual, de forma ordenada e manualmente, eu mesmo escrevi ou fiz escrever por fulano de tal, etc. relativo à totalidade de meus bens móveis e imóveis, débitos, créditos que no mundo possuo neste dia, item por item.

Inicialmente, encontro de dinheiro entre ouro e moeda, tantos ducados .... dos quais tantos são venezianas, de ouro e tantos húngaros, de ouro, e tantos florins maiores entre papalinos, sieneses e florentinos. O restante é de moedas de prata e de cobre de diversas qualidades, isto é, tronos, marcelos, carlinos reais e papalinos e grandes florentinos, tostões milaneses, etc.

2º item – Encontro em pedras preciosas engastadas e soltas, peças nº de tantas...., das quais tantas são rubis em broquel engastadas em anéis de ouro, pesando onças, grãos e quilates, etc. Cada um ou no total o que podes dizer a teu modo. E tanto são safiras, também em broquel de brochas para senhora, pesando ... e tantas são rubis, cônicos, soltos, pesando.... os outros são diamantes brutos em broquel e pontudos, mencionando as espécies e pesos a tua vontade.

3º item – Encontro vestes de muitas espécies, tantas de tal e tantas de tal, discriminando suas condições, cores, jorros e feitios.

4º item – Encontro pratas trabalhadas de muitas espécies, como copos, bacias, escumadeiras, colheres, garfos, etc. Aqui descreves toda a espécie, uma por uma e para cada uma de *per si* com sutileza, tomando nota das peças e dos pesos .... e das ligas ou veneziana ou ragusa.... e também do estampo ou marca que tenha, disto fazendo menção.

5º item – Encontro colchões de penas em número de tantos... com os seus travesseiros de plumas novas ou usadas... forro novo... os quais pesam ao tudo, ou por um, libras tantas... marcados com o meu sinal ou outro, como é de costume.

6º item – Encontro mercadorias em casa, ou em armazéns, de muitas espécies de lotes, tantos volumes de gengibres brutos, pesam libras tantas, assinalados com a tal marca, etc. E assim irás relacionando espécie por espécie as mencionadas mercadorias, com todas as contramarcas que seja possível com quanto maior clareza se possa no peso, número e dimensões.

7º item – Encontro tantos volumes de gengibres selecionados .... e tantas cargas de pimenta comprida ou pimenta redonda, conforme o que for; e tantos fardos de canela .... que pesam...; e tantos volumes de cravo.... que pesam com ou sem hastes, pó e cápsulas, e tantas peças de coral, etc. que pesam.... tantas peças são vermelhas ou brancas, que pesam.... e assim irás pondo, ordenadamente, um após o outro, etc.

8º item – Encontro pelerias para adornos, isto de cordeiros brancos e alvos *puglieses* ou marquesianos, etc. nº tantos de tal espécie, etc. e de raposas grandes nº tantos curtidos e nº de tantas cruas .... e de camurças curtidas e cruas nº de tantas ....

9º item – Encontro peles finas selvagens, arminhos, dorsos de várias cores, zebelinas, etc., nº de tantos de tal gênero e tantos de tal, etc., assim distinguindo uma a uma, cuidadosamente, com toda a veracidade, a fim de que te guies com exatidão, tendo sempre cuidado com as coisas que se contam por número e as que se consideram a peso ou medida, uma vez que destas três espécies se costuma negociar em tudo, e algumas são negociadas em milheiros, outras por centenas, outras por libras, outras por onças, por quantidade, isto é, contadas, como pelames, etc., outras por peças como jóias e pérolas finas; assim, de tudo toma bem nota, coisa por coisa .... e isto te bastando para orientação, relativamente, às outras poderás seguir o mesmo caminho.

10º item – Encontro imóveis, primeiramente uma casa, com tantos pavimentos .... com tantos cômodos, pátio, poço, horta... situada no bairro Santo Apóstolo, sobre o canal ... perto de tal ... e tal .... indicando os confins e referindo-te aos documentos se são realmente antigos .... E assim, se houver mais casas, em diversos locais, relaciona-las semelhantemente, etc.

11º item – Encontro terras cultivadas, campos com alqueires ou fangas, designando-as de acordo com o uso da região onde se encontram, ou onde estão situadas .... nº tantas, mencionando para o campo a

quantidade de alqueires, braças ou varas, ou corados, etc. situado na tal cidade paduana ou em outra, perto das propriedades de fulano .... indicando os confins ou documentos ou registro cadastral, pelos quais se pagam os tributos municipais; quem os trabalha, fulano .... rendem de aluguel anual tanto ... e de dinheiro tanto .... E assim narrarás tuas posses e também o gado em parceria.

12º item – Encontro créditos a receber à Câmera emprestados ou a outro Banco, em tantos ducados de capital no bairro de Cannaregio; ou ainda parte em um bairro e parte em outro, narrando ainda o nome dos inscritos, indicando o livro do cartório, o número da folha na qual está escriturado, o nome do escrivão que tem tal livro, a fim de que isto facilite a localização quando fores retirar o dinheiro, porque em tais lugares é habitual haver muitas contas de terceiros que intervém em transações. E anota o ano a que corresponde cada prazo para que saibas que proventos podem dar e a que percentagem correspondem, etc.

13º item – Encontro meus devedores número de tantos .... um é o senhor fulano .... que me deve pagar tantos ducados, o outro é fulano de tal e tal .... e assim narrarás um a um com identificação e sobrenomes e domicílios e quanto te devam pagar e por quê. Também mencionarás se são documentos particulares ou públicos lavrados em cartório. Em suma, devo cobrar tantos ducados ... de bom dinheiro, se de pessoas de bem como também até os que parecem duvidosos quanto ao recebimento.

14º item – Encontro-me devedor em total de tantos ducados, tanto a fulano e tanto a beltrano...., identificando teus credores um a um e quais os entendimentos entre vós, indicando letras e documentos, a quem, como o dia, o lugar, pois poderão motivar querelas judiciais ou extrajudiciais.

CAPÍTULO IV

UTILÍSSIMA EXORTAÇÃO E SALUTARES CONSELHOS PERTINENTES AO BOM COMERCIANTE

E assim havendo discorrido, diligentemente, sobre todas as coisas que possuis, como se disse, uma por uma, mesmo que sejam milhares, em que condições e espécie estiverem, inclusive de depósitos bancários e empréstimos, convém relacionar, organizadamente, tudo no referido Inventário, com todas as anotações, nomes e sobrenomes, o tanto quanto possível, porque ao comerciante nunca é demasiada a clareza, pelos inumeráveis casos que no comércio podem ocorrer em sua prática diuturna. Bem diz o provérbio que é preciso mais esforço para se fazer um comerciante do que a um doutor em leis.

Quem é capaz de calcular as decisões e casos que às mãos do mercador chegam ora por mar, ora por terra, ora em tempo de paz e abundância, ora em tempo de guerra e carestia, ora em tempos de saúde ou de epidemias?

Igualmente indetermináveis são os tempos e as condições que ao comerciante inspiram as decisões, seja em relação ao mercado em que se situa, seja para as feiras em outros locais e que ora se realizam em uma Nação e outra em uma cidade.

Por isto, o empresário se assemelha mais a um galo, este que entre os demais é o animal mais vigilante, aquele que fica vigilante dia e noite, quer no inverno, quer no verão, sem descanso em tempo algum, diferindo do rouxinol que apenas canta por toda a noite no verão, mas não mais no inverno, como a experiência evidenciou aos que observaram tais coisas.

Igualmente, dizem que o comerciante precisaria ter cem olhos e que mesmo assim estes ainda seriam poucos para orientar sobre tudo o que deve fazer e dizer; só quem já o foi pode bem isso entender, pelas provas que disso já teve.

Assim, por isto dizem: Venezianos, florentinos, genoveses, napolitanos milaneses, anconitanos, bressianos, bergamascos, aquilenses, sieneses, lucanos, peruginos, caglieses, ugobinos, catelanos, borgheses,

fulignanos com pisanos bolonheses e ferrareses, mantovanos, veroneses, vigentinos, paduanos, traneses, Lecce, Bancom Betonta, cujas repúblicas, entre outras italianas são vizinhas de Veneza, esta a mais importante comercialmente, seguida de Florença, que com a excelsa Veneza divide a primazia, que são estas poderosas as que ditam as normas e regras necessárias. Bem o dizem, assim como também as leis municipais regulam: "É necessário que se ajudem àqueles que vigiam e não àqueles que dormem", isto é, as leis são feitas para quem vigia e não para quem dorme.

E é por isso que nos divinos ofícios se canta na Santa Igreja que Deus aos que estão de vigília a recompensa se promete. Em razão disto é que Virgílio a Dante aconselha, como filho seu, no canto 24 do inferno quando diz, ao exortar o trabalho que cora a virtude:

"Agora convém, filho, que tu despertes
Disse o meu mestre, que todavia em descanso,
Em fama não chegou sob colchas
Sob as quais aquele que sua vida consome
Com tal prática na terra se esvai
Qual fumo no ar e na água a espuma".

E um poeta vulgar ao mesmo assunto se refere, dizendo:

"Não te pareça estranho o trabalho
Que Marte jamais concedeu batalha
Àquele que só de repouso se alimenta.

O exemplo do sábio ainda é oportuno quando ao preguiçoso adevertiu que preciso seria mirar-se no exemplo da formiga. E também o faz Paulo Apóstolo ao lecionar que ninguém será digno dos louros a não ser pelo combate.

Estas lembranças quis aduzir para que útil te fosse, para que não te pareça demasiada a tua quotidiana diligência em teus negócios por se esmerar em ter a pena no papel e escrever tudo o que te ocorra, como a seguir se dirá.

Mas sempre sobretudo, primeiro, Deus e o próximo te estejam diante dos olhos e não faltes de ouvir a missa pela manhã, lembrando-te que por intermédio dela jamais se perde o caminho, nem pela caridade reduzem as riquezas, como se diz nesse santo verso: "Nem o recurso da caridade, nem a missa encurtam o caminho, etc." Nisso também exorta o Salvador,

em São Mateus, quando diz: “Procurai primeiro o reino de Deus, porque todas as cousas vos serão dadas por acréscimo”. Procurai, cristãos, antes de tudo, o reino dos Céus e depois as outras coisas temporais e espirituais facilmente conseguireis, posto que o vosso Pai celestial de vossas necessidades bem cuida: e isto admito te seja suficiente para o teu aprendizado do Inventário tão como para a elaboração dos demais documentos.

CAPÍTULO V

DA SEGUNDA PARTE PRINCIPAL DO PRESENTE “TRATADO” DENOMINADA DISPOSIÇÃO, COMO SE DEVE ENTENDÊ-LA E EM QUE CONSISTE NO COMÉRCIO, E DOS TRÊS OUTROS LIVROS PRINCIPAIS DO PATRIMÔNIO MERCANTIL

Segue-se, agora, a segunda parte principal do presente “Tratado” à qual já nos referimos e que denominamos Disposição, esta que requer maior dissertação que a primeira.

Para tanto, dividiremos em duas partes, uma denominada patrimônio geral e outra patrimônio comercial, mas, em primeiro lugar, trataremos do patrimônio geral e de todo o giro do mesmo, assim como do pertinente requerido. Após o inventário, três livros se fazem necessários para maior destreza e comodidade, um denominado Borrador, outro Diário e outro Razão.

Quando os negócios são de menor movimento adotam-se apenas dois: o Diário e o Razão.

Em razão disto é que daremos prioridade ao Borrador e depois cuidaremos dos outros dois, das suas formas, meios e maneiras de escriturar, começando pela definição.

CAPÍTULO VI

DO PRIMEIRO LIVRO DITO MEMORIAL BORRADOR OU COSTANEIRA, O QUE SIGNIFICA, POR QUE E COMO SE DEVE ESCRITURÁ-LO

O Memorial, segundo alguns denominado Borrador ou Costaneira, é um livro no qual, diariamente e em cada momento, o comerciante deve escrever claramente tudo o que ocorre em seus negócios, quer sejam os fatos de pequena ou grande monta, anotando cada coisa que vende ou compra (como também outros negócios), nada excluindo, com identificação minuciosa de quando e onde as coisas acontecem, à semelhança do inventário ao qual já me referi, além de cuidar para que ninguém o possa contestar.

Nesse livro, é habitual incluir-se também o Inventário, mas como é manuseado por muitas pessoas melhor será excluir detalhes sobre móveis e imóveis.

O que justifica tal livro é o fato de que mesmo sendo rápidos os negócios tudo no mesmo possa ser escriturado, quer pelo patrão, feitores, empregados, esposas, um suprindo o outro quando faltar; como, todavia, o grande comerciante mantém em plena atividade os seus empregados e feitores, delegando-lhes constatemente tarefas, pode ocorrer que na falta dos principais, quer porque estejam em feiras, quer agindo em negócios na praça, somente as senhoras e alguns empregados menos qualificados fiquem em casa, podendo ocorrer que estes não saibam escrever, ou talvez mesmo necessitem atender aos clientes para que estes não se percam, sendo mais conveniente preocupar-se com o vender, o cobrar, o pagar, o comprar, dando a tais coisas prioridade sobre os registros detalhados, como certamente desejaria o proprietário.

Em tais casos, os auxiliares podem escrever apenas os valores e pesos que negociem e deixar de lado as espécies de moedas em que vendam ou comprem, paguem ou recebam; isto porque não há maior importância que tipo de moeda recebam, o que já não ocorre em relação ao Diário e ao Razão sobre os quais a seguir dir-se-á, pois, em tais livros, o escriturário a tudo regularizará nas transcrições.

Quando o proprietário retornar conferirá todos os assentamentos e os ajustará a seu modo; quem tem muito movimento, portanto, não pode

prescindir de tal livro porque seria arriscado não rascunhar com segurança, ordem e tempestividade, para depois tudo colocar nos livros principais.

Nesse livro, como nos demais, deve-se, inicialmente, na capa, fazer a identificação do mesmo para que, em qualquer tempo, possa facilmente ser reconhecido, quer quando já completo ou todo escriturado, ou mesmo quando passado algum tempo se tivesse necessidade de consultá-lo ou encontrá-lo.

Alguns costumam, ainda, em diversas partes, encerrá-lo, ainda que o livro não esteja totalmente escriturado, a cada ano, utilizando livros novos, como adiante se exporá.

No livro que se sucede, todavia, para efeito de organização, deve-se renovar a identificação do mesmo como sendo o segundo, portanto diferente, para que fácil seja o controle seqüencial, sem que se esqueça de mencionar o ano.

Os verdadeiros católicos costumam assinalar os livros primeiros com a Santa Cruz para afugentar o inimigo espiritual e toda a caterva que treme diante desse sinal, como se aprende antes mesmo de saber-se o alfabeto.

Os livros seguintes podem identificar-se pela ordem alfabética, isto é A e o terceiro B, e, assim sucessivamente.

Daí poder-se denominar, pois, Livro da Cruz, ou Memorial Cruz, Diário Cruz, Razão ruz, índice ou Extrato Cruz, etc. e aos demais livros que se seguirão de: Memorial A, Diário A, Razão A, etc.

Em todos esses livros, as suas folhas devem ser numeradas, consoante aos motivos e cautelas que os escriturários precisam ter.

Existem os que acreditam ser dispensáveis tais cautelas no Diário e no Borrador porque as coisas já se julgam pela cronologia, sendo esta suficiente para que tudo se encontre ligado. Isso seria verdadeiro se os negócios de um dia não se transportassem a outras folhas; o que se observa, todavia, é que muitos grandes comerciantes não preenchem apenas uma folha, mas, sim, duas, três em um só dia e quem desejasse prejudicar poderia então arrancar uma delas. Portanto, a data apenas é insuficiente para denunciar tal fraude, porque os dias, no caso exemplificado, se sucederiam mesmo com a subtração da folha; por isto e por outros motivos, melhor será numerar seguidamente todos os livros comerciais, tanto da empresa, quanto os da loja fazendo isso em todas as folhas, etc.

CAPÍTULO VII

COMO EM DIVERSOS LUGARES SE AUTENTICAM TODOS OS LIVROS COMERCIAIS, POR QUE E POR QUEM

Os livros, segundo os costumes dos diversos lugares, nos quais estive, para apresentá-los e levá-los a certos Cartórios Comerciais, como ocorre em Perugia, é preciso identificá-los, como intencionas registrar ou fazer registrar por terceiros, em que moeda os escriturarás, seja em liras pequenas, ou grandes, ou ducados e liras, etc., ou mesmo em florins, soldos, dinheiros, e ainda em onças, taris, grãos, etc.; tais circunstâncias devem constar da primeira folha dos referidos livros. Se a pessoa que vai escriturar o livro já não for a mesma, isto deve ser informado ao Cartório, como esclarecimento. O escrivão, pois, de tudo deve fazer menção nos registros em Cartório, referindo-se ao dia da apresentação dos livros, os sinais de identificação destes, a denominação que possuem, o número de folhas, etc., como também quem é o responsável pelos registros dos mesmos e quem por este pode escriturar o Borrador, mesmo que sejam pessoas da família, identificando-os um a um.

Então o escrivão, por sua própria mão, autenticará escrevendo o nome do cartório, o ano, tudo na primeira folha, etc., selando ainda com a chancela do Cartório para que tenham fé os registros para todos os fins judiciais que possam advir.

Tal critério é recomendável e usual em todos os lugares; ocorre, todavia, que alguns possuem de má-fé os livros em duplicata, uns para mostrarem a compradores e outros a vendedores, e o pior é que apregoam tal coisa como se boa fosse, jurando e perjurando.

Se, todavia, apresentassem seus livros em Cartórios, tais mentiras e fraudes certamente não conseguiriam praticar contra o próximo. Tendo, todavia, teus livros ordenados e registrados em cartório, a tua casa podes voltar e com o nome de Deus escrever tuas operações comerciais.

O Diário deve iniciar-se pelo Inventário com as partidas da forma que a seguir exemplificara-se-á, mas, antes, é bom que bem compreendas tudo sobre o Memorial.

CAPÍTULO VIII

EXEMPLOS DE COMO SE DEVEM REGISTRAR AS PARTIDAS NO MEMORIAL

Como já foi referido, o Memorial, também chamado Borrador ou Costaneira, pode ser anotado por qualquer um dos teus auxiliares, mas sobre a maneira de como deveriam fazer tais partidas, não é possível, plenamente, oferecer pleno ensino, pois alguns em tua casa poderiam entender e outros não.

O exemplo que se segue, entretanto, é o que, costumeiramente, se adota, ou seja: admitamos que tenhas comprado umas tantas peças de tecido (suponhamos que sejam 20 panos brancos, provenientes da cidade de Brescia) por 12 ducados cada uma; basta, então, que registres simplesmente dizendo: Neste dia, temos, por compra feita ao senhor Felipe de Russoni, de Brescia, panos nº 20, brancos, bressanos, depositados na loja do Senhor Estevão Tagliapedra, etc., possuindo as peças o comprimento de tantas braças, por tantos ducados cada uma, marcadas com tal número, mencionando se são de três fios lisos, baixos ou altos, finos ou médios, bergamascos ou vicentinos, veroneses ou paduanos, florentinos ou mantuanos, e sendo o caso, mencionarás se houver, o intermediário, narrando se a mercadoria foi toda adquirida a dinheiro, ou parte a dinheiro e parte a prazo e neste caso qual o vencimento.

Se a transação for parte a dinheiro e parte em mercadorias, deves especificar as mercadorias pelas quantidades, pesos, medidas e preços, se de milheiro, centena ou onça. Se foi tudo a crédito, mencionarás qual o prazo. Se para entrega futura, mencionarás a época da partida das galeras, se de Beirute ou de Flandres, ou se de retorno de navios, etc., e especificando a chegada de ditas galeras e navios, etc.

No caso de prazo futuro referente a eventos de feira ou de outra festividade, como as ocorridas pela Páscoa, Natal ou Ressurreição, Carnaval, etc., anotarás sempre as condições sob as quais te empenhaste no negócio; concluindo, no dito Memorial convirá não esquecer ponto algum, e, se possível, dizer quantas palavras sejam necessárias, porque, como no Inventário supradito, os detalhes nunca serão demasiados.

CAPÍTULO IX

DOS NOVE MODOS DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS, PRINCIPALMENTE AQUELA A PRAZO

Nove são as modalidades de compras que podem ocorrer comumente: à vista; a prazo; com troca de mercadorias ou permuta; parte a dinheiro e parte a prazo; parte a dinheiro e parte com permuta; parte com permuta e parte a prazo; por ordem de pagamento; parte por ordem de pagamento e parte a prazo; parte por ordem de pagamento e parte com permuta. Estes são os nove modos pelos quais se compra comumente.

Qualquer que seja a modalidade, dentre as descritas, adotada para as tuas compras, faça com que tu mesmo ou terceiros a descreva adequadamente, pois isto é que é o correto.

É preciso especificar bem as compras que fizeres para entregas futuras quando ocorrerem as colheitas ou produções de mercadorias, como é habitual ocorrer com as sazonais de: forragens verdes ou cereais, vinhos, sal, couros de matadouro e sebos; assim, no caso do açogueiro é preciso identificar cada produto por espécie, por valor de libra e os demais da mesma forma, sejam sebos de reses, capados ou peles de carneiros negros, destacando aqueles que sejam contados por centena, o mesmo critério usando para as peles de carneiros brancos, etc.

Também para as forragens verdes ou cereais é preciso especificar o quantitativo do milheiro de libras, como o do alqueire ou molho de canastra ou cereais, pois assim é que se costuma fazer em Perugia, tal como em relação a forragens verdes se faz em Borgo di San Sepolcro, nosso tão pequeno mercado, em Santo Angelo, cidade de Castelo, Forli, etc., fazendo detalhadamente, por escrito tudo constar no Borrador, quer por suas mãos ou pela de terceiros, narrando de forma simples, mas com fidelidade a origem de tudo.

A seguir o escriturário ao cabo de 4, 5 ou 8 dias, aproximadamente, transcreverá o dito Borrador no Diário, dia por dia, tudo como ocorreu, variando apenas algumas minúcias que no Diário não se façam tão necessárias.

Quando os fatos estão bem explicados no Memorial não há necessidade de tudo, tal e qual, repetir, bastando referências.

Os que, todavia, costumam ter os três livros referidos jamais devem colocar no Diário o que no Borrador não existe. Para a boa ordem do Borrador basta o que já foi dito para os que o escrituram, sejas tu ou outrem.

A forma como podes comprar de outrem é a mesma que de ti podem comprar. Das vendas aqui não nos ocuparemos agora, mas teus assentamentos, pelo dito, pode fazê-los.

CAPÍTULO X

DO SEGUNDO LIVRO COMERCIAL PRINCIPAL DITO DIÁRIO – O QUE É E COMO SE DEVE MANTER

O segundo livro mercantil usual é o Diário, no qual, como foi dito, deve estar gravada a mesma identificação, as folhas rubricadas, tal como para o Borrador já nos referimos.

Pelas já ditas razões, sempre deve começar-se por colocar dia e ano em cada folha, e, depois, uma a uma as partidas do seu inventário, completas, no qual Diário (por ser teu livro privativo) poderás tudo incluir sobre os móveis e imóveis que tens, referindo-te sempre ao fólio que por tua mão ou de outrem foi escrito; tal livro o conservarás em caixa, caixote, mala, maço ou bolsa porque é assim que se usa conservar, como também se faz com cartas e documentos menores. No Diário, todavia, as partidas devem ter maior rigor formal, evitando-se o supérfluo, mas sem ser também demasiado sucinto, como fartamente exemplificarei.

Antes de tudo, entretanto, é preciso observar que duas expressões são usadas no Diário, porque na excelsa cidade de Veneza assim são reconhecidas como imprescindíveis, motivo pelo qual sobre as mesmas a seguir trataremos.

CAPÍTULO XI

DAS DUAS EXPRESSÕES NO DIÁRIO USADAS EM VENEZA: UMA DENOMINADA "POR" E OUTRA DENOMINADA "A" E O QUE INDICAM

Duas expressões de significações distintas são usadas no Diário, uma dita POR e outra A. O "POR" designa o devedor, seja um ou mais, e o A identifica o credor, seja um ou mais.

Jamais se deverão fazer partidas no Diário (que no Razão serão registradas) que não se identifiquem de tal forma.

No começo de cada partida, põe-se o POR porque se registra primeiro o Devedor e depois, a seguir, o credor, separando um do outro por duas pequenas vírgulas, como no exemplo abaixo notarás.

CAPÍTULO XII

MUITAS EXEMPLIFICAÇÕES DE COMO ESCRITURAR AS PARTIDAS DO DÉBITO E DO CRÉDITO NO DIÁRIO. COMO ENTENDER OUTROS DOIS TÍTULOS UTILIZADOS NO RAZÃO, UM DENOMINADO CAIXA E OUTRO CAPITAL

Igualmente com o nome de Deus inciarás os registros de teu Diário pela primeira partida do teu Inventário, ou seja, aquela relativa à quantidade de dinheiro que em espécie encontraste.

Para que saibas colocar tal valor inventariado no Razão e no Diário, torna-se necessário que se idealizem duas outras expressões, uma dita Caixa e a outra Capital.

Por Caixa entende-se a tua própria ou verdadeira bolsa e por Capital entende-se tudo o que representa o teu atual patrimônio. O Capital é sempre credor em razão dos princípios que se adotam nos Diários e Razões mercantis e a dita Caixa deve ser sempre devedora.

A Caixa nunca pode ser credora, devendo ser sempre devedora, o que não ocorrendo denunciará erro na escrituração do livro, como adiante voltarei a lembrar.

No Diário, a partida referida deve-se registrar do modo a seguir indicado. Forma de registrar no Diário:
1493, 8 de novembro, Veneza

1º Por Caixa de Numerário: A Capital Próprio, eu, Fulano de tal, etc.
Débit. 1 em dinheiro, em espécie encontrado presentemente em ouro e moedas;
Crédit.2 prata e cobre de diversas cunhagens, como aparece na folha do Inventário em Caixa colocado, etc., no total tantos ducados de ouro e moedas ducados, tanto valendo tudo ao câmbio veneziano em base ouro, isto é, a 24 soldos grandes por ducados, e a 32 soldos pequenos em liras de ouro.

Lira. Soldos Grossos. Miúdos (pequenas moedas)

A segunda partida escriturarás da seguinte maneira:

2º Por Pedras Preciosas, engastadas e soltas: A Capital, dito por tantos brilhantes engastados, etc. pesam, etc. e safiras tantas, etc. e rubis e diamantes, etc., como aparece no supra mencionado inventário, os quais declaro valerem no curso comum os brilhantes tanto, etc., e assim se deve dizer de cada espécie o seu preço comum, importando tudo em tantos ducados, etc., valendo
L. 5.gr.p.

Quando o dia já está indicado e sendo os mesmos os devedores e credores, sem que outras entremeem, poderás simplificar dizendo A pelo dito, Por pelo dito e A pelo dito, etc. para que assim se simplifique.

3º Por Pratas Trabalhadas: Ao Dito, que se entende por Capital, pelas pratarias que existem, ou seja: tantas bacias, etc., tantas escumadeiras, etc., e copos tantos, etc., e garfos tantos, etc., e colheres tantas, etc., pesam no total tanto, etc., valem
L.S. gr.p.

Discriminando, pois, cada coisa, primeiramente, procederás tal como fizeste no Inventário, também, avaliando ao preço que valha 20, coloque 24, etc., para que o lucro seja melhor. E assim, consecutivamente, colocarás as demais coisas com seus pesos, números e valores, etc.

4º Por Vestimentos de Lã: Ao dito, por vestes tantas de tais cores, etc. e de tal feitio, etc., de tal forro, etc., usados ou novos, de meu uso ou de minha mulher, ou de filhos, etc., que estimo valerem ao preço corrente, um pelo outro, no total tantos ducados, etc., e por tantos mantos de tal cor, etc., como dissesses das roupas e assim dirás de todos os mencionados vestuários, pelo total.
L.s.g.p.

5º Por Panos de Linho: Ao dito, tantos lençóis, etc., tudo como está no inventário, importando e valendo, etc.
L.s.g.p.

6º Por colchões de Pena: Ao dito, por tantos de pluma, etc., tudo como está no inventário, importando e valendo.
L.s.g.p.

7º Por Gengibres Brutos: Ao dito, por tantos volumes, etc., tudo como está no inventário, importam e valem a preço corrente, tantos ducados.
L.s.g.p.

A seguir, de forma integral, colocarás as demais partidas, abrangendo a todas as demais coisas, sem nada omitir, como para o caso do gengibre se exemplificou, avaliando-se ao preço corrente, indicando as suas quantidades, marcas e pesos, tal como no Inventário se acha, indicando, como parte integrante da partida a avaliação na moeda que elegeres e que convém deva ser uma só, porque inconveniente seria que mais de uma fosse.

No Diário, deves encerrar cada partida de *per si*, nenhuma isolando por linha, até que concluída esteja. O mesmo critério se usa no Borrador pois, deste se passa ao Diário, assinalando-se tal passagem com uma linha vertical para que se saiba que já foi transcrita, etc.

Se não desejares atravessar a partida com uma linha, lançarás letras no início da partida, ou no fim, ou, então, outro sinal que te possa lembrar que a partida já foi lançada no Diário.

Poderás escolher teus termos e sinais, embora o melhor seja fazer o que é usual entre comerciantes a fim de que não pareças discrepante.

CAPÍTULO XIII

DO TERCEIRO E ÚLTIMO LIVRO COMERCIAL PRINCIPAL DITO RAZÃO, COMO SE DEVE FAZÊ-LO E DO USO DE SEU ÍNDICE. COMO ORGANIZÁ-LO ÚNICO E DUPLO

Depois que todas as partidas tiveres registrado no Diário, é preciso que estas se transplantem para um 3º livro dito Razão grande, o qual se costuma fazer em duplas folhas, sendo conveniente o uso de um índice, também dito Repertório ou Indicador e que, segundo alguns, em Florença chamam-no “Sumário”.

Ali inscreverás todos os devedores e todos os credores pelas letras que os identificam e pelo número da folha pertinente, isto é, os que começam por A em A, etc. e em seqüência literal.

Similarmente, como foi dito, convém que coincidam com os mesmos sinais do Diário e do Borrador, colocados os números das folhas e, acima, à margem de um e outro lado, o ano.

A primeira folha deve ser a de Caixa porque sendo esta a primeira conta no Diário deve também sê-lo no Razão.

Tal folha ficará só para o Caixa porque esta é a que merece mais espaço, não se devendo lançar nela, nem em débito e nem em crédito, qualquer outra coisa; isto porque Caixa é a conta que se movimenta mais que outras, pelo efeito de constantemente se colocar e tirar dinheiro.

Convém que o Razão tenha tantas linhas de acordo com a quantidade de moedas que pretendes movimentar.

Se lidares com liras, soldos, dinheiros e miúdos, deverás ter quatro casilhas, e, diante das liras, deverás ter mais uma para que coloques o número da folha das mesmas partidas que conjuntamente em débito e crédito se ligam.

Adiante farás duas linhas para que a data se coloque, como já se disse para os demais livros, desnecessário sendo alongar-nos para que passemos às partidas seguintes.

O Razão, também assinalarás com uma cruz, como já foi dito.

CAPÍTULO XIV

DO MODO DE TRANSPORTAR AS PARTIDAS DO DIÁRIO PARA O RAZÃO E POR QUE ENQUANTO NO DIÁRIO SE FAZ UMA E NO RAZÃO SE FAZEM DUAS. DO MODO DE RISCAR AS PARTIDAS NO DIÁRIO. POR QUE NA MARGEM SE COLOCAM DUPLOS NÚMEROS DAS FOLHAS DO RAZÃO

Como já sabes, todas as partidas que colocaste no Diário, duplas elas devem sempre ser no Razão Maior, isto é, uma em débito e outra em crédito, identificando-se o devedor pela expressão POR e o credor pela A; tanto em um livro quanto no outro, de forma pertinente, colocarás o devedor no lado esquerdo e o credor no da direita.

Na partida do débito, coloca-se o número da folha do crédito e vice-versa, pois assim ficarão ligadas as partidas no dito Razão Maior, onde, jamais, deve-se fazer um débito sem um crédito correspondente, devendo, em valor, existir plena coincidência.

Disto é que nasce o Balanço, baseado nos saldos do livro, devendo o débito coincidir com a soma do crédito.

Se, por exemplo, as partidas do débito somassem 10.000, em decorrência do que das folhas constam, também a mesma soma deveria ter o crédito; se assim não suceder é porque há erro no Razão, como ao extrair seu balancete trataremos.

Portanto, como de uma do diário, duas se fazem no Razão, também a partida do Diário deverá ser duplamente riscada na medida em que fores transportando. Se primeiro registrares o débito na conta pertinente, farás um risco para que saibas ter feito o transplante; se o crédito o fazes antes ou depois (como alguns guarda-livros costumam fazer, quando mais de uma conta existe, para evitar esquecimentos de as colocar em crédito), farás outra sinalização ao lado direito no qual a partida termina, para que se identifique a passagem do crédito. As linhas devem assemelhar-se ao que para o Caixa aludimos, na 1ª partida, sendo uma para o crédito e outra para o débito.

Desta forma, lateralmente, à margem, antes de começar, necessário se faz que coloques 2 números, um sobre o outro, sendo o de cima relativo à partida do devedor e, também, o número de páginas que no Razão as

identifica e as de baixo as que ao crédito igualmente denotem, tal como para o Caixa se exemplificou, ou seja, 2 sem intermediação. Alguns colocam **½,** tal como se faz com as frações, o que é irrelevante; melhor, todavia, que não tenha tais entremeios, para que não pareça referir-se a fatos divididos ou fracionados, etc.

O número 1 quer dizer que o Caixa está na primeira folha do Razão e o 2 que o Capital está na segunda do dito Razão, esta em crédito e aquela em débito.

Observe que quanto mais perto colocares o credor de seu devedor, tanto mais adequado será; se, todavia, colocares onde desejares, o que pouco importa, terás dificuldades com as correspondências de épocas, o que dificultará a localização como outros problemas poderão advir.

A habilidade ajudará, certamente, a ti, mas, melhor será sempre que o devedor esteja perto do credor, ou seja, em seqüência, sem interposições entre uma e outra partida, porque no mesmo dia em que nasce o devedor também nasce o credor e, por isto, repito, devem estar próximos um do outro.

CAPÍTULO XV

DO MODO DE SABER REGISTRAR NO RAZÃO, EM DÉBITO E CRÉDITO, AS PARTIDAS DE CAIXA E CAPITAL E DO ANO QUE ACIMA, NO COMEÇO DA FOLHA, TRADICIONALMENTE, COLOCA-SE, TÃO COMO DE SUA MUDANÇA E DO COMPARTILHAR OS ESPAÇOS DAS FOLHAS SEGUNDO A EXTENSÃO DOS REGISTROS E AS CONVENIÊNCIAS DOS NEGÓCIOS

Agora discorro sobre outros aspectos para teu aprendizado, ou seja, a relativa à primeira partida de Caixa que será no débito e depois aquela de Capital que será no crédito, no teu Razão.

Antes, como disse, é preciso identificar o Ano, como tradicionalmente se faz, isto é, em letras, como, por exemplo: MCCCCLXXXXII, etc.

O dia não é aquilo com que se começa primeiro o Razão, como no Diário se faz, porque nas folhas do Razão muitos dias se colocam e eles não serão seqüenciais de forma absoluta, mas, sim, de acordo com o que nas partidas correspondem, como logo entenderás de início.

Assim, lateralmente, no espaço superior, antes de escriturar, quando se fizesse necessário um registro que não fosse o do ano indicado, acima na folha do livro (o que ocorre com quem não encerra contas a cada ano) é preciso destacar a alteração à margem como a seguir exemplificaremos.

Essa é uma peculiaridade do Razão apenas não a sendo de outros livros.

Portanto, adotarás a forma antiga de escrever o ano, para maior beleza, extraindo-a do ábaco, embora com tal forma não te devas tanto preocupar, etc.

Registrarás, pois:

Jesus MCCCCLXXXXIII

Caixa Numerário deve dar no dia 8 de Novembro.

Por capital, por dinheiros de diversas qualidades entre ouro e moeda encontro em haver, naquela, no presente, em total. Folha 2ª L.s.g.p.

E nisto não precisas detalhar por já havê-lo feito no Diário, procurando ser mais sucinto.

No primeiro registro, por ser o inicial, então se diz mais ou se detalha; nos seguintes: sendo iguais, basta dizer-se a tal dia, etc., por tal, etc.

L . s . g . p

Isto posto, riscarás o Diário no dar como acima te disse e depois no haver de capital dirás logicamente:

Jesus MCCCCLXXXXIII

Capital me deve tal etc. deve haver no dia 8 de novembro por Caixa, por dinheiros encontrados no final do dia em ouro e moedas várias.

Folha 1ª

L.s.g.p

Pelas razões já expostas podes ser sucinto e só nova partida registrarás quando a anterior tiver sido toda lançada, e, aí, bastará dizer: e no dia tal, etc., pela tal coisa, etc., como vês acenado ao lado e disto terás exemplo. E depois farás outra riscadura no crédito do Diário como já no 12º Capítulo disse, e, na margem, à frente da partida, colocarás os dois números, como ali me referi, das folhas nas quais estão o devedor, o credor, isto é, o devedor em cima e o credor em baixo, tal como já se exemplifiquei na conta de Caixa.

Feito isso, no teu índice ou Repertório, cada um em sua letra, colocarás devedor e credor, isto é, Caixa na letra C, ali inserindo desse modo: Caixa em numerário folha 1 e em capital colocarás: meu próprio, folha 2.

Todas as partidas então colocarás e o nome dos devedores, pessoas, coisas e também credores, colocarás no Índice nas suas respectivas letras; isto o ajudará, facilmente, localizar os registros no Razão Maior.

Isto permitirá que refaças o Razão em caso de roubo, incêndio, naufrágio, etc., desde que também tenhas o Memorial ou Diário, com as mesmas partidas, dia a dia, numerando-as de novo; *maximé* tendo tu o Diário no qual as partidas já se transplantarem ao Razão pelos números postos à margem e que eram os das folhas do Razão a este poderá refazer, sendo isto o suficiente para os registros.

Em seguida, a segunda partida e que foi a das pedras preciosas, para que bem as assente no Razão o mesmo farás; de novo voltarás a colocar, em primeiro lugar, o ano se outra partida antes ocorrido não tivesse; isso porque em uma mesma folha o contabilista poderá ter aproveitado para 2 ou 3 contas quando percebe ser suficiente o espaço

e conveniente assim fazer já que só as contas de maior movimento se reservam folhas completas como dissemos no Capítulo 13º para o caso de Caixa e Capital, para evitar-se transposições futuras.

Situado o local da conta, registrarás o débito, ao lado esquerdo, porque esse é o tratamento para o mesmo.

Pedras preciosas de muitas espécies devem, no dia 8 de novembro, por capital, por tantas peças.... pesando tanto .... dos quais tantos são rubis engastados, etc., e tantos rubis cônicos, etc., e tantos são diamantes brutos .... os quais no total valem por espécie ao preço corrente, tantos ducados, etc., vol. 2
L.40 s.o.g.o.p.o.

Isso feito riscarás a partida no Diário, ampliando a linha como no Capítulo 12º, falei; a seguir registrarás o capital, mais resumidamente, e no crédito igual valor lançarás.

Dirás, logicamente.

Dia tal .... o dito, por várias jóias como consta da folha 3.
L.40. s.o.g.o.p.o.

Isso feito voltas a riscar o Diário, no crédito, como mostrei, no 12º capítulo e, à margem, lançarás os números das folhas do Razão um sobre o outro, como aparece no exemplo.

Como o registro fez-se na folha 3 e o de capital na 2, aí ficarão até que a folha fique toda escriturada, porque deverá receber seus outros registros pertinentes até se completar.

A seguir, feitos os lançamentos no Diário e no Razão, coloca-se, portanto, no índice como já se disse, na letra própria G ou Z como preferires e de acordo como se escreva a palavra nos diversos idiomas; em Veneza adotamos o Z, mas, em Florença o G, mas, isto fica a teu critério.

CAPÍTULO XVI

COMO REGISTRAR NO RAZÃO AS MERCADORIAS QUER PELO INVENTARIADO OU QUE POR OUTRA MANEIRA, TANTO NO DÉBITO QUANTO NO CRÉDITO

As outras quatro partidas subseqüentes de teus bens móveis que compreendem pratas, tecidos, linhos, colchões e vestuário de uso, as transcreverá no Diário partindo diretamente do Inventário porque este não se insere no Borrador como se explicou no Capítulo 6º.

Sem exemplificar, pois, como tais registros ocorreriam em Diário e Razão e índice, o restante fica por conta de tua habilidade.

Só da 7ª partida trataremos, ou seja a de gengibres brutos que possuis e mostraremos como tu a deves escriturar em Diário e Razão e pela qual deduzirás que igual tratamento se aplica, tal como se deve fazer com mercadorias, tendo sempre em mira sua quantidade, peso, medida e valor, na forma em que são, habitualmente, vendidas e compradas entre os comerciantes no Rialto ou em outros mercados, de acordo com os mesmos; não é possível dar todos os exemplos, mas, pelos poucos aqui realizados poderás os demais deduzir para teu uso; seria prolixo abranger todas as regiões como a Marca, a Toscana, etc., tão como fugiriam ao nosso objetivo e que é o de ser sucinto.

Pela 7º partida, de gengibre, escritura-se, evidentemente:

Por Gengibres Brutos em montes, a granel ou em fardos, dirás como te aprouver, ao Dito, que se entende por Capital porque ali, em cima, organizadamente, terás o Inventário, como no Capítulo 12 dissemos, na segunda partida, das jóias, por secos pesam tantas libras ... quando a granel ou em montes, etc., que encontro ter no presente, coloco a um custo corrente de tantas libras ... totalizando ducados tantos .... vol. L.s.g.p.

Uma vez que registraste o Diário tu, no Memorial ou no Inventário, riscarás para sinalizar que o fizeste, como no 12º Capítulo foi dito.

Para as demais mercadorias o procedimento é o mesmo. Para todos os casos, o que no Diário se registra, o mesmo se faz no Razão, posto que devem ocorrer em um e em outro, sempre em débito e crédito, como dissemos no Capítulo 14º.

No Razão, a partida observará sempre a menção do ano, se não já estiver ao topo da folha, naturalmente sem menção de dia, porque este se coloca em cada registro, como no Capítulo 15º esclarecemos e porque diversas são as partidas, tanto a débito quanto a crédito, ainda que todas geradas em um só ano, mas, sempre serão diferentes quanto a meses e dias, como poderás compreender.

A tradição dos livros mercantis, por isto, não fez cronológico o Razão, porque não conseguiu ver meios nem formas para registros adequados.

A partida do crédito assim registrarás:

Gengibres Brutos em Montes ou Fardos devem dar 8 de novembro.

Por Capital, por fardos tantos ... pesando tantas libras que as encontro ter em casa, ou melhor, em armazém, nesse dia, as quais estimo a preço corrente valerem com ducados tantos ete. total de duc. g.p. vol. (folha 2).

L.s.g.p.

Feito isso, riscarás a partida no Diário, no débito, isto à mão esquerda, como muitas vezes te disse, e, em seguida, assentarás no crédito, no capital, como a das pedras preciosas, no Capítulo 15º, da seguinte forma:

No dia, ou dito, por gengibres brutos em montes ou em fardos .... folha 3

L.s.g.p.

A seguir, riscarás no Diário a partida do crédito, na direção da mão direita, como viste fazer.

Coloque os números das folhas diante dos tais registros, na margem, um sobre o outro, ou seja o 3 sobre o 2 porque registraste o devedor na folha 3 do Razão e a do credor na 2, isto é, na de capital.

Depois, registre o índice ou Repertório na letra pertinente Z ou G pelo que já se expôs no capítulo no qual às jóias me referi.

CAPÍTULO XVII

DO MODO DE MANTER CONTAS COM AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS, E POR QUE E, TAMBÉM, COM A CÂMARA DOS EMPRÉSTIMOS DE CADA JURISDIÇÃO DE VENEZA

Outras normas entendo dispensáveis para as demais mercadorias como peles, cruas ou curtidas, ou finas, etc., no que concerne aos procedimentos de Diário e Razão e só recomendo que nada esqueças porque no mercado um outro cérebro se faz necessário, ou seja, não é aquele que nos açougues se vende.

Com relação às Câmaras de Empréstimos ou outro Banco, como em Florença o Banco dos Privilégios, em Gênova os Luoghi ou outro qualquer, com os quais tenha de transacionar, procure sempre reconciliar os débitos e créditos, conferindo-os de todas as formas, com a clareza possível, deles obtendo por mãos de seus escriturários os informes.

Tenha-os sobre cuidadosa custódia da forma que te direi sobre registros e documentos; como em tais estabelecimentos é costumeiro mudarem-se os funcionários, e esses, cada um, tem sua própria forma de trabalhar, criticando sempre os antecessores, sob a acusação de má qualidade do serviço, persuadindo serem melhores, de tal forma emaranham os registros de tais estabelecimentos que não conferem um com os outros e daí muitos males decorrem para quem com eles deve relacionar. Tenha, pois, cuidado e embora tudo possa ser feito com boa intenção o que existe mesmo é incompetência.

Da mesma forma, procures ajustar tuas contas com os agentes fiscais e coletores de impostos das mercadorias que venderes ou comprares, embarcares ou desembarcares, etc., como habitual é em Veneza, onde as maiores contas são as mantidas com os escritórios dos "Corretores", quer a 2,3 ou 4% é preciso bem controlar por livros dos corretores; por isto, ao anotar teus livros que são as provas de tuas transações, perante a repartição, tenha semelhante cautela, observando os registros originais porque vários são os funcionários e os livros nas repartições públicas e os corretores têm os seus próprios erros, podendo ocorrer sem que disto não ocorram penalidades, sendo a tendência dos corretores cobrar a mais. Se

a senhoria impõe penas, inclusive aos que registram tais livros, quando mal se portam, como no passado vários recordo terem recebido sérias punições, melhor que os livros bem ordenados seja.

CAPÍTULO XVIII

COMO SE DEVE MANTER CONTAS COM A REPARTIÇÃO DA MESSETERIA EM VENEZA E REGISTRAR SUAS PARTIDAS NO MEMORIAL, DIÁRIO E RAZÃO, TÃO COMO A DOS EMPRÉSTIMOS. DO MODO DE SABER ANOTAR E REDIGIR UMA PARTIDA DE MERCADORIAS COMPRADAS À VISTA, EM TODOS OS LIVROS, QUAIS SEJAM: MEMORIAL, DIÁRIO E RAZÃO E COM PARTE À VISTA E PARTE A PRAZO

Quando desejares manter contas com tais repartições, debitarás à Câmara pelos empréstimos de toda a sorte de capitais, a tanto por cento, etc., identificando as localidades. O mesmo farás se em um dia comprares mais do que venderes, porque ali muito se vende, não só para ti, mas para outros, como é usual no Rialto, cuidando para que estejam bem identificados os locais e adequados os registros, porque, assim, ao receberes teus lucros farás à mesma o crédito pertinente, cada um de *per si*, dia a dia, local por local.

As contas com a Messeteria a terás desta forma, ou seja: quando comprares alguma mercadoria por meio de intermediário, na ocasião, de todo o montante, à razão de 2, 3, ou 4 por cento, farás credor o referido estabelecimento e devedora a mercadoria que por tal motivo pagares. É da conveniência do comprador (agente de mercadorias) sempre algo reter (a comissão) ao vendedor no pagamento à vista ou por outro modo que se opere, não faz caso, porque dito estabelecimento (Messeteria) nada mais busca do que a percentagem que espera, porque seus agentes para tal na transação estão sempre atentos à conveniência dos contratantes, se entre eles qualquer diferença venha a ocorrer.

O provérbio popular diz que: “quem nada faz não erra e quem não erra não aprende” .

Os agentes possuem registro de fé pública, como se cartórios fossem por força legal, e os mesmos visam esclarecer as partes que comerciam e, na maior parte dos casos, a digna Repartição dos Consoles de Mercadores neles se baseia para dar suas sentenças.

Digo, pois, comprando algo, deves saber o que pagas de direitos de messeteria e a metade rentenhas ao vendedor, ou seja, a mercadoria que

paga 4% àquela repartição, por efeito legal, tu dele reténs 2% e tanto menos se lhe credita e mais fazes teu dever. A seguir, à dita repartição, de tudo e do total terás de fazê-la credora no teu livro, de acordo com a mesma; àquela tal mercadoria farás devedora, como dissemos, porque à dita repartição não interessa quem vende, mas, sim, quem compra.

Por isto, ao comprador lhe é permitido retirar da Messeteria quantidade compatível ao pagamento, para embarcar suas mercadorias por mar ou por terra, de acordo com a Nota que tem.

Por isto, convém ao comerciante manter boas contas com tal repartição de modo a ter noção exata do que pode retirar, porque não é permitido retirar mais do que se compra, se novos direitos não se pagarem à vista; de tais compras dou exemplo de como registrar em Diário e Razão. Dirás, antes, no Memorial, de forma singela, o seguinte:

> "Eu, ou nós, acima identificado, comprei do senhor João Antônio de Messina, açúcares palermitanos, tantas caixas, tanto pães, pesando, em tudo, líquido, sem panos, caixas, cordas e palhas, tantas libras .... por tantos ducados o cento, importando em tantos ducados ... abato pela sua parte de direitos a razão de tanto por cento, ducados g. p. tantos ...

Intermediário Senhor João de Gagliardi vale líquido tantos ducados g.p. tantos ... pagamos a dinheiro.

E, o mesmo, dirás no Diário:

> Por Açúcares de Palermo devem dar a tal dia, A Caixa de Numerário, ao senhor João Antônio de Messina por tantas caixas, tantos pães, pesando líquido sem caixas, panos, cordas e palhas, tantas libras ... a tantos ducados o cento montando em tantos ducados .... abatido de sua parte, o que toca à messeteria, à razão de tantos por cento, tantos ducados .... ficando líquido tantos ducados .... intermediário Senhor João de Gagliardi.
>
> L. s. g. p.

O mesmo, no Razão, dir-se-ia:

> Açúcares de Palermo devem dar no tal dia por Caixa de Numerário, ao Sr. João Antônio de Messima, por tantos pães, pesando tantas libras, no valor de tantos ducados ao cento, montando tudo em (Folha 1ª) L.s.g.p.

À Caixa farás credora do mesmo valor.

Deves creditar à Messeteria o dobro do valor que recolheste do vendedor, isto é, a parte deste e a tua, etc.

Uma vez anotada a mercadoria, imediatamente, em outra partida, abaixo farás credor a referida repartição pelo açúcar, como abaixo se exemplifica, e devedora, a dita mercadoria de um pagamento vista.

Se, todavia, parte do negócio for à vista e outra a prazo, assim registrarás no Memorial:

A dinheiro e a prazo no dia tal, etc.

Comprei, no dito dia, ao Sr. João Antônio de Messina, açúcares de Palermo, tantos pães, pesando líquido tantas libras .... por tantos ducados o cento, importando tudo em tantos ducados... abatida de sua parte direitos na base de tantos por cento, tantos ducados... pela parte restante me deu prazo até o fim de agosto próximo vindouro.

Intermediário Sr. João de Gagliardi, vol.

duc.g.p.

Saibas, todavia, que os registros de intermediações não precisam de documentos porque lhes basta o escriturado; isto, entretanto, não dispensa cautela.

No Diário, o mesmo fato, registrarás assim: antes aquele que for o credor de tudo e depois debitarás a este pela parte que em dinheiro receber:

Jesus.... 1493, tal dia, tal mês, etc.

Por Açúcares Palmermitanos A Sr. João Antônio de Messina por tantos pães ..., pesando líquido tantas libras no total.... a tantos ducados o cento, montando o tal em tantos ducados, ficando líquidos tantos ducados ... dos quais no presente tanto lhe dou .... e o restante em prazo recebi até fim de agosto vindouro, sendo intermediário Sr. João de Gagliardi, vol.

L.s.g.p.

Imediatamente faça a Messeteria credora pela percentagem que a esta cabe:

Pelos Ditos: À Repartição da Messeteria, pelo montante supramencionado, isto é, de tantos ducados, tantos por cento minha contribuição e aquela do devedor, tudo importante em tantos ducados g.p. tantos, vol. L.s.g.p.

Pela parte em dinheiro, o fornecedor torna-se devedor e credora a Caixa, dessa forma:

Por Sr. João Antônio de Messina: A Caixa entregue a ele por conta dos ditos açúcares, como se negociou, tantos ducados .... conforme recibo de sua parte, vol. L.s.g.p.

O mesmo, no Razão, dir-se-á:

Açúcares de Palermo devem no dia tal ... de novembro, Por Sr. João Antônio de Messina, por tantos pães ... pesando tantas libras ... por tantos ducados .... o cento, importando de direitos líquido f. 4ª L.s.g.p.

Poderias registrar diferente, mas desejando fazer o que propomos basta dizer:

No dia tal ... Por Sr. João Antônio de Messina, por tantos pães, pesando tantas libras ... importam, f.4. L.s.g.p.

O mesmo dirás, desta forma, no crédito:

Senhor João Antônio de Messina deve haver no dia tal .... de novembro por açúcares de Palermo tantos pães ... pesando líquido tantas libras... por tantos ducados pelos quais dei tanto em dinheiro como entrada .... e tanto devo dar em agosto vindouro, intermediário Sr. João de Gagliardi f.4. L.s.g.p.

No débito, pela parte à vista, o mesmo dirás assim:

Senhor João, no ajuste de contas deve ... no dia tal .... Por Caixa, entregue a ele por parte de açúcares, que obtive dele segundo nossos negócios, tantos ducados ... por sua mão escrito em caderneta. val. f.l.1. L.s.g.p.

O mesmo à Messeteria e também pela precedente no Razão, assim:

“Repartição de Messeteria deve haver a tal dia... por Açúcares de Palermo comprados ao Sr. João Antônio de Messina, pelo montante de tantos ducados ... a tanto o cento, intermediário Sr. João de Gagliardi, montando ou F. L.s.g.p.

CAPÍTULO XIX

COMO SE DEVE ORDENAR EM TEUS LIVROS PRINCIPAIS O PAGAMENTO QUE TIVERES DE FAZER POR SAQUE EM BANCO

Relativamente, às operações de compras já foi suficiente o que se disse, a fim de que possas guiar-te, quer para aquelas feitas toda à vista, ou parte à vista e parte a prazo, ou a dinheiro e por saque, ou tudo por Banco, ou a dinheiro e por Banco, ou a dinheiro e troca, ou troca e por saque, ou troca e a prazo, ou troca e por Banco ou por Banco e a prazo, ou por Banco e por saque, ou por Banco, a dinheiro e por saque ..., pois que de todos estes modos se costuma comprar, devendo, seja qual for a forma anotar-se no Borrador e depois as transcrevendo adequadamente no Diário e no Razão.

No caso, todavia, de pagamento parte por Banco e parte por saque, faz que primeiro se pague o sacado e o saldo então ordenarás ao Banco, para maior segurança; tal cautela é usual quando se paga parte à vista e o resto por Banco para completar...

Se o pagamento for parte por Banco, parte em mercadorias, parte por saque e parte em dinheiro, de tudo isto fá-lo devedor e aquelas tais cousas fá-las-á credoras, cada uma de forma pertinente, etc.

Se outras forem as formas de compras, busque a similar para classificar, dentro de tais parametrias. Entendida a forma de comprar, as mesmas serão as de vender, mas precisarás entender que o será de forma inversa quanto a débitos e a créditos de terceiros e das coisas, sendo, todavia, sempre devedora a Caixa se te pagarem em dinheiro, como devedora será se fizerem antecipações de pagamentos e credor o Banco se este oferecer recursos.

É assim considerarás também tudo o que antes já se disse sobre o comprador e de tudo que te for dado em pagamento a ele deverá fazer credor.

Isto é o bastante como instrução.

CAPÍTULO XX

DAS PARTIDAS FAMOSAS E ESPECIAIS NA GESTÃO COMERCIAL, TAIS COMO PERMUTAS, PARTICIPAÇÕES, ETC. COMO REGISTRAR E DISPOR AS MESMAS NOS LIVROS COMERCIAIS, A COMEÇAR AS PERMUTAS SIMPLES, COMPOSTAS E EM PRAZOS, COM AMPLOS EXEMPLOS DE TUDO NO BORRADOR, DIÁRIO E RAZÃO

A seguir, faz-se necessário observar como se registram algumas importantes partidas especiais, comuns às gestões mercantis, mas devendo-se destacá-las para conhecer, de cada, o lucro ou o prejuízo, tais como as permutas e as participações, viagens de representantes, viagens próprias, encargos havidos por outras obrigações bancárias ou de empresas, mutações efetivas de contas patrimoniais, etc., que a seguir e fartamente darei nota de como guiá-las e controlá-las em teus livros de forma organizada para que não te criem problemas derivados de enganos.

Inicialmente, mostrarei como registrar uma permuta.

As permutas, comumente, são de três tipos como já se disse (Distinção 9ª, "Tratado" 3º, folhas 161 a 167) amplamente, mas havendo dúvida sugiro recorrer ao já dissertado.

Todas as vezes, pois, que ocorrerem as permutas sempre deves registrar primeiro no Borrador, narrando, literalmente, na partida todos os elementos tal como o fato se concluiu, quer seja o mesmo só por ti realizado quer com a intervenção de intermediários.

Assim fazendo determinarás o valor pertinente na moeda em que foi realizado, o que todavia não importa qual seja, porque esta será convertida à uniforme de sua escrita por quem escriturar a transcrição no Diário e no Razão.

A avaliação é, todavia, imprescindível, para que conheças se lucras ou perdes, pois esta é a única forma de sabê-lo e o que não sendo feito te traria grande dificuldade.

Se quiseres dedicar contas especiais para as mercadorias permutadas, a fim de distingui-las das demais, quer das que tinhas em

casa, quer das novas compradas, para que conheças o que de vantajoso fizeste, podes fazê-lo.

Se assim não desejares, todavia, poderás mesclar as mercadorias do mesmo gênero e nesse caso, supondo que seja gengibre farias o seguinte registro pelo recebimento de permutas:

> Por gengibres selecionados a granel ou em fardos: A açúcares de tal qualidade por tantos fardos .... com tantas libras obtive de fulano em permuta de açúcares efetuada da forma seguinte, isto é, que dei de açúcares avaliado em 24 ducados com a condição de que me desse 1/3 a dinheiro e mais tanto de gengibre a tantos ducados e que verifiquei serem tantos pães de açúcares ... com tantas libras ... que em dinheiro valem 20. Tais gengibres pesam tantas libras e tantos são os pães que valem cada um.
>
> L.s.g.p.

Como nem sempre sabes a correspondência entre número de pães que correspondem aos gengibres que recebes, com isto não deves preocupar porque em outras partidas completar-se-ão para cobrir as diferenças de Caixa; todavia, aos açúcares e suas conferências deves ter a maior atenção, porque ambas movimentam tal conta e pequenas diferenças podem existir, por inevitáveis.

O que em dinheiro recebes faça devedora a Caixa e, igualmente, credores os açúcares, assim registrando:

> Por Caixa: Aos ditos .... Por dinheiro havido na permuta por tantos pães ... pesando tantas libras...vol.
>
> L.s.g.p.

Semelhantes partidas levam-se ao Diário, perto às de permutas, no qual tens as contas separadas se não desejares mantê-las o que, em ocorrendo, assim registrarias:

> Por gengibres selecionados por conta da permuta que obtive de Fulano: A açúcares narrando tudo minuciosamente, como acima.

Assim fazendo, no Razão, existirão registros distintos; mas não preciso detalhar sobre permutas porque creio que te é suficiente o explicado.

CAPÍTULO XXI

DE OUTRA FAMOSA PARTIDA DITA SOCIEDADE EM PARTICIPAÇÃO COMO SE DEVE REGISTRÁ-LA NAS SUAS DIVERSAS MODALIDADES EM QUALQUER LIVRO

Outra partida famosa é a da participação societária que com terceiros venhas a fazer, quer seja para negócios de panos, sedas, especiarias, algodão, tinturarias ou câmbios, etc. Tais eventos precisam ser destacados separadamente em todos os três livros principais.

O primeiro a receber o registro é o Memorial, iniciando-se com a data que acima de tudo vem detalhando-se o fato tal como ocorreu, citando documentos ou referências que existam, tão como prazos ajustados, quais os bens que foram objeto do evento e quem são os participantes, quer sejam eles feitores ou caixeiros, etc., e o que cada um traz em bens ou dinheiro, devedores ou credores, e, de tudo, um a um farás credores os sócios, cada um por aquilo que entrar para a sociedade, e, devedora a Caixa de dita sociedade, se por si a tiver, pois é melhor que isto se separe de tua Caixa Particular para facilitar os acertos, quando sejas tu aquele quem administra tal sociedade, pelo que te convém ter livros próprios, organizadamente, da forma já referida, pois assim evitarás problemas.

Não obstante, poderás tudo manter só nos teus livros, destacando novas partidas, que se denominam famosas por estarem destacadas, como vou exemplificar sucintamente para registros no Memorial e depois no Diário e no Razão.

Se mantiveres livros separados, sugiro que os escriture tal como fazes com os que manténs para registro de teus próprios negócios. Assim deverás anotar no Memorial:

> Neste dia, fizemos sociedade com Fulano, Beltrano e Sicrano na produção de lã, etc., em percentuais e condições como aparece por escrito ou documento ou, etc., por tantos anos, etc., onde Fulano deu em dinheiro tanto, etc., Beltrano tantos fardos de lã francesa, pesando líquido tantas libras... avaliados em tantos ducados o milhar e Sicrano endossou tantos reais em créditos, em tal dia representando tantos ducados a receber em tal dia, tantos ducados a receber em

outro dia... e eu de minha parte desembolsando tanto em ducados...
montando tudo isso em um capital de tantos ducados ...

A seguir, no Diário, registrarás cada coisa em seu lugar: criando uma Caixa para tal sociedade e, igualmente um Capital Social e assim, em todas as partidas que fizeres, referir-te-ás à sociedade, de modo que possas distingui-la dos demais fatos... começarás por caixa, como fizeste, e, depois registrarás tudo o mais.

Por Caixa da Sociedade: A Fulano, conta da Sociedade, isto porque se ele tiver outras contas contigo elas não se confundirão, etc., por dinheiro aportado nesta data e correspondente à sua quota, segundo o nosso acordo, como consta de documento escrito ou outro instrumento ... vol. L.s.g.p.

Semelhantemente, em relação às mercadorias entregues, registrarás:

Por Lã Francesa da Sociedade: A Sicrano, por tantos fardos.... pesando líquido tantas libras no total... por conta, de acordo com todos, tantos ducados .... o milésimo, segundo a forma de contrato ou escrito entre nós ... importando tudo em ducados ... vol. L.s.g.p.

Desta forma, todas as demais registrarás; para os devedores referidos assim registrarás:

Por tal por Conta da Sociedade: Ao Beltrano, que segundo nosso contrato endossou-nos créditos a receber de tantos ducados .... vol. L.s.g.p.

Creio haver detalhado suficientemente, como adverti no início deste "Tratado" e mais não acrescentarei para não ser repetitivo.

Julgo dispensável exemplificar o registro no Razão mesmo porque antes é preciso conhecer devedor e credor; para tanto basta seguir o que ensinei no Capítulo 15, inclusive as riscas no Diário, como o visto no Capítulo 12, colocando-se sempre adiante, na margem, os números dos Fólios do devedor e credor, tantas vezes quantas tenhas registrado no Razão e o mesmo farás quanto ao índice, como já tanto demonstramos.

CAPÍTULO XXII

DA ORDEM DAS PARTIDAS DE QUALQUER DESPESA COMO AS DOMÉSTICAS E AS DO NEGÓCIO, SALÁRIOS DE AUXILIARES E VENDEDORES, COMO SE DEVEM ESCREVER E REGISTRAR NOS LIVROS

Além de todas as coisas ditas, é conveniente que tenhas em todos os teus livros as partidas de: despesas mercantis, despesas comuns da casa, despesas extraordinárias, de entradas e saídas e uma deveras útil de Pró e Danos, ou ainda de aumento ou redução ou de lucros e perdas.

Tais partidas são, sumamente, necessárias em qualquer comércio para que este conheça seu capital e, no fim de certo tempo, como se comportam os negócios; a seguir, esclareceremos como mantê-las nos livros.

Em conta da Mercadoria nem tudo se pode registrar, como é o caso do incorrido com os pequenos gastos com as compras ou vendas, ou sejam aqueles realizados com carregadores, pesadores, amarradores, barqueiros, mensageiros e semelhantes, aos quais se pagam um ou dois soldos, porque tais gastos pequenos não são de relevância e se desejasses registrar muito tempo exigiriam, por isto não valendo a pena, ou seja, como diz o ditado latino “um pretor não se deve preocupar com insignificâncias”.

Como ainda sucede que se utilizam tais mensageiros, carregadores, barqueiros e amarradores para diversas coisas, na descarga de diversas mercadorias, tudo pagando-se em conjunto, fica difícil saber o que cabe a cada uma das mercadorias em razão do serviço requerido e por isto é também conveniente adotar uma partida denominada “Despesas Mercantis”, à qual sempre se debita tais coisas englobadamente, como é adequado fazer-se com outras contas de gastos.

Também salários de auxiliares e vendedores nessa conta se põem, embora alguns os registrem em separado para que conheçam o que em cada ano gastam; posteriormente, nesta a saldam, pois, de nenhuma forma, podem as contas de despesas serem credoras o que, se ocorresse, denotaria erro no Razão.

No Memorial, pois, assim anotarás:

Neste dia, pagamos a portadores, barqueiros, amarradores, pesadores...

que carregam e, descarregam... tais e tais coisas.... tantos ducados.....
A seguir, no Diário convirá assim registrar:

Por Despesas Mercantis: A Caixa em dinheiro, por barqueiros e portadores, manobristas e amarradores de tais coisas, tudo ducados .... vol.
L.s.g.p.

No Razão, assim escriturarás:

Despesas mercantis: devem no dia tanto por Caixa.... vol.
L.s.g.p.

Não podemos descuidar também das despesas domésticas; entendem-se por despesas domésticas comuns a farinha, vinhos, lenhas, óleos, sal, carne, sapatos, chapéus, confecção de vestes, gorgetas, meias, alfaiates, bebidas, vestes finas, barbeiros, padeiros, aguadeiros, lavagens de roupas, utensílios de cozinha, vasos, copos, vidraçarias, baldes, celhas e tonéis ....

Pode ser conveniente que de tais bens tenhas contas em separado, para que, rapidamente, se identifiquem pelos registros, como podes fazer a mesma coisa com quaisquer elementos de teu patrimônio, se assim o desejares, por qualquer outro motivo que te inspire; meu objetivo, todavia, é o de ensinar-te o que para comerciar, dispensar não se pode.

Tal partida das coisas da casa você a registrará tal como fazes com as que usas para as demais de teu comércio. De acordo com as despesas importantes que fizeres dia por dia as registrarás como aquelas com a farinha, vinho, lenhas .... das quais também se usa registrar analiticamente para que se possa, no fim do ano, ou de tempo em tempo, facilmente saber quanto de cada coisa se consome.

Todavia, para despesas pequenas, como no varejo se compram como são as feitas com carnes e peixes, serviços de condução e barbeiros, é melhor separar uns poucos ducados e mantê-los em pequena bolsa, esta suprindo tais gastos porque seria impossível separá-los um a um.
Sobre isso assim dirás no Diário:
Por Despesas Domésticas: A Caixa, retirado para gastar a miúdo em uma pequena bolsa tantos ducados. vol.
L.s.g.p.

Poderás registrar como domésticas também as despesas extraordinárias, tais como as que gastares com diversões, jogos do arco

ou besta, e outros jogos de azar, perdas de coisas ou de dinheiro, ou o que te for roubado ou acidentado no mar ou incêndio, pois tudo isto se entende como despesas extraordinárias. Se quiseres separar as partidas do extraordinário, poderás fazê-lo, pois muitos o fazem, para que saibam, no fim do ano, em quanto montaram.

Também por tais gastos se entendem os presentes e os donativos que por qualquer razão venhas a fazer e sobre os quais não me estenderei porque estou certo de que bem tudo farás, em razão do que já foi exposto.

Deixando tal assunto, passaremos a tratar das partidas do negócio, tanto no Razão quanto nos outros livros, como os escriturarás o que não só é um conhecimento belo, como o é notável.

CAPÍTULO XXIII

DA ORDEM E DO MODO DE SABER MOVIMENTAR UMA CONTA DO TEU COMÉRCIO OU A OUTROS CONFIADO E COMO SE DEVE REGISTRAR NOS LIVROS AUTÊNTICOS DO PROPRIETÁRIO E NAQUELES DO COMÉRCIO SEPARADAMENTE

Digo-te que quando tiveres uma loja regularmente abastecida, mas fora de tua casa ou do corpo dela, deverás proceder do modo seguinte: todas as mercadorias de que a suprires, diariamente, deverás fazê-la devedora nos teus livros e credora a conta da mercadoria que remetes, cada uma de *per si.*

Imagine que a loja seja uma pessoa que te deve pelo tanto que a ela dás e que por conta dela gastas, seja pelo que for. Ao contrário, por tudo o que receberes e ganhares fá-la credora como se fosse um devedor que te estivesse a pagar pouco a pouco.

Assim, todas as vezes que com a mesma ajustar contas verás como ela se comporta, se bem, se mal, e assim saberás o que fazer e como haverás de administrá-la.

É comum, também, fazer-se devedor nos livros o gerente que atende pela referida loja, apesar de que isto não se possa fazer sem que aquele o consinta.

Nunca se deve registrar e nem é natural fazê-lo no Razão, alguém como devedor, nem credor, sem que a pessoa consinta e se o fizeres prejudicarás a força probante de teus livros, porque estes poderiam ser considerados falsos.

O mobiliário e os utensílios necessários com os quais suprires o comércio referido (loja), pois como um boticário te convirá provê-la de vasos, cadeiras, utensílios de cobre, para o trabalho ... seja o que for, farás aquele devedor ou o gerente, como foi dito quando ao Inventário nos referimos, anotando tudo por tua mão ou por outrem, como queiras, mas de forma que tudo fique bem claro.

Isto me parece o suficiente para os casos em que a outrem entregues um comércio na condição de teu preposto. Quando, todavia, o comércio fica em tuas mãos, tais normas deverás conservá-las e isto será

o adequado.

Admitindo que compres e negocies tudo pela referida loja e não existam outras transações, farás com os livros o que já foi dito e daquilo que vendes e compras farás credor quem te forneceu a prazo e credor a Caixa se comprares à vista e devedora a loja.

No caso de pequenas vendas, ou seja das que não chegam a 4 ou 6 ducados, todo o dinheiro vá colocando em uma caixinha ou cofre e ao cabo de 8 ou 10 dias apurarás em quanto montaram, para fazer devedora a Caixa e credora a Loja pelo quanto for apurado; nessa partida referirás às diversas mercadorias vendidas e que já havias controlado e outras coisas sobre as quais não pretendo estender porque sei que as saberá compreender.

Isto posto saiba que as contas nada mais são que uma imaginação que cria o comerciante, por meio das quais, uniformemente mantidas, tudo informam sobre o que ocorreu; por elas é possível saber se as coisas vão bem ou mal, porque o provérbio diz: “quem negocia sem conhecer o que está fazendo, seu dinheiro em moscas está convertendo”.

Cada ocorrência deve gerar registros contábeis, seja qual for a qualidade ou quantidade, o que sendo feito só te trará recompensas.

CAPÍTULO XXIV

COMO SE DEVEM REGISTRAR NOS DIÁRIO E RAZÃO AS PARTIDAS DE DE BANCOS COMERCIAIS, QUAIS SÃO E ONDE ESTEJAM, COMO TAMBÉM AS DE CÂMBIO TU COM ELES, COMO COMERCIANTE, E TU COM OUTROS, SE FOSSES O BANQUEIRO E AS DAS QUITAÇÕES FEITAS POR CÂMBIOS E POR QUE DUAS SE FAZEM DE IGUAL TEOR

Com os Bancos comerciais que atualmente existem em Veneza, Bruges, Antuerpia e Barcelona e outros lugares economicamente importantes, convém que saibas reconciliar contas com os livros dos mesmos com acurada atenção.

Será norma que relaciones com o Banco, nele colocando dinheiro para tua maior segurança, ou seja, na forma de depósito, para a cada dia poder com os mesmos fazer teus pagamentos a Pedro, João e Martinho, porque a empresa bancária é como um cartório que tem pública fé garantida; quando colocares dinheiro farás devedor o dito Banco, intitulando o nome do proprietário ou da empresa bancária, e creditando à Caixa, assim dizendo no Diário:

Por Banco, dos Lipamani: A Caixa, por dinheiro efetivo que depositei, contado, eu ou outros, que por ti o façam, neste dia, por minha conta, entre ouro e moeda.... no total de tantos ducados .... vol.

L.s.g.p.

Dos banqueiros exigirás um documento para maior cautela; procederás da mesma forma se outros depósitos fizeres no dia. Retirando, exigirá ele o teu recibo; desta forma, as coisas ficarão sempre claras.

É também verdade que tais documentações não se fariam necessárias porque, como se disse, os livros do Banco possuem fé pública e autenticidade; não obstante, é bom acautelar-se porque, como antes foi dito, ao comerciante as coisas nunca devem parecer demasiadamente claras.

Se quiseres, pois, tais partidas manter com o Banco poderás fazê-las o que é válido; quando identificares o Banco isto haverá de equivaler à conta dos proprietários dele ou da empresa bancária; se identificares

os proprietários dirás assim: Por Senhor Jerônimo Lipamani do Banco, e sócios, quando os proprietários são vários: a Caixa, seguida de tudo, como já se disse.

Nos teus livros farás sempre menção das cláusulas contratadas, ajustes e condições pactuadas, tão como dos documentos e do lugar no qual as guarda, rolo, caixa, bolsa ou cofre, a fim de que possas, facilmente, encontrá-las, devendo tais documentos com segurança sempre os guardar.

Pode, às vezes, ocorrer que venhas a ter diversas outras operações bancárias, em teus negócios, relativas as tuas mercadorias ou de as teus representantes; nesse caso convém manter várias contas para que não mistures alhos com bugalhos, o que geraria confusão.

Em tuas partidas, deves sempre dizer ao que se refere, se são por conta de tal ou qual negócio, de fulano ou de beltrano, ou de tal ou qual negócio, ou de depósitos em dinheiro em teu nome ou de outrem, como foi dito; tudo fazendo farás, acredito, usando a tua própria habilidade.

Da mesma forma, procederás se a outra pessoa emprestares dinheiro por qualquer motivo, fazendo-a devedora no teu Razão por tal evento; quando do pagamento, discriminando por parte ou saldo .... depois farás credora a mesma e isto estará muito bem.

Quando tu retirares dinheiro do dito Banco, quer por pagamento a terceiros por conta ou liquidação, ou para remeter a terceiros em outros lugares, farás o oposto do que até então te disse, ou seja, se retiras dinheiro farás devedora a tua Caixa e credor o Banco ou Proprietários, pelo tanto que retiraste.

> No caso de pagares a terceiros por via bancária farás devedor o beneficiário e credor o dito Banco ou os seus proprietários, esclarecendo as razões, dizendo no Diário assim:
> Por Caixa: Ao Banco, ou Jerônimo Lipamani, por dinheiro no dia tal, ou neste dia, retirado por minha necessidade.... em total de tantos ducados.... val. L.s.g.p.

E se a outros o transferires, por exemplo, a Martim, dirás:
Por Martim de tal: Ao Dito supra, por tantos ducados .... lhe transferi por conta ou por saldo em ajuste; ou por empréstimo .... neste dia. val. L.s.g.p.

Tudo isto se faz no Diário, no Razão, no índice, riscando-se no Memorial e no Diário, tudo como já foi repetido.

Como não é possível tudo dizer, necessário é que estejas atento.

O mesmo critério convirá que observes nas remessas de câmbio a um lugar determinado como Londres, Bruges, Roma, Lion, etc., tão como retirá-los de outros, especificando no histórico se a operação foi à vista, se em data fixada, se quando elegeres, se como o costume, fazendo-se menção se é a lª, 2ª, 3ª, etc., para evitar erros entre tu e teu correspondente.

Indicarás também quais as moedas que trazes ou remetes, seus valores, comissões, despesas, perdas e juros, e o que ocorreria em casos de protestos, pois é conveniente que tudo se faça menção, do porquê e como as coisas ocorrem.

O que para teu caso expliquei seria o inverso se tu o banqueiro fosses, mudando só o que de fato se deve mudar, de modo a tornar devedor a quem pagares e credor a tua Caixa.

Se o seu credor sem retirar dinheiro a outrem o transferisse, no teu Diário registrarias por aquele tal credor àquele que ele o transfere; assim farás a comutação de um credor a um outro e tu continuarás devedor.

Se ocorrer uma pessoa comum e de média condição ser teu procurador ou testemunho, a qualquer título, e disto requerer honesta comissão de câmbio, a mesma é justificável, em razão de riscos de viagens ou consignação a terceiros, como dito já foi quando ao câmbio nos referimos.

Quando saldares tuas contas com banqueiros, relativas a obrigações tuas, faças que te devolvam papéis, apólices ou outros títulos e documentos que em mão daqueles existiam, disto fazendo menção em teus livros, não se esquecendo de destruir os títulos referidos, para que se impeça a terceiros de novo cobrar-te.

Exijas sempre uma quitação boa, como habitualmente fazem os que com o câmbio lidam, pois é costume que se tu vens, por exemplo, de Genebra, com uma cambial, aqui para Veneza, contra o Sr. João Frescobaldi de Florença e Companhia, que te deverá pagar 100 ducados, quer seja à vista, a prazo, ou à tua vontade, pelo tanto do que lá houvesses entregue em mão de quem escreve, então o senhor João e sócios, acolhendo a letra e reembolsando-te o mencionado dinheiro, requererá em manuscrito duas quitações de um mesmo teor, e se tu não souberes escrever, deverás então fazê-lo por intermédio de um terceiro ou de um cartório.

Exigirá duas, porque uma será remetida à Genebra, ao banqueiro emitente da ordem de teu pagamento de 100 ducados, como comprovante, como cortesmente o fez da quantia que lhe ordenou em fé, pela qual lhe manda uma quitação de tua mão; a outra deverá ficar guardada contigo, para que, quando ajustares contas com ele, nada possa negar, como, também, ainda de lá voltando, não possas queixar-te dele nem do senhor João, pois se o fizeres mostrar-te-ão a quitação, o que será embaraçoso. Tais são as cautelas que se fazem necessárias, pela pouca fé que as coisas atualmente inspiram.

Sobre o evento referido dois registros no Razão se fazem necessários, um naquele do Sr. João, fazendo devedor o emitente e outro naquele do correspondente de Genebra, fazendo credor o Sr. João pelos 100 ducados, em face da quitação recebida.

É assim que os cambistas, em todo o mundo, para clareza fazem, e que também de tua parte deves fazer, com cuidado e zelo.

CAPÍTULO XXV

DE UMA OUTRA CONTA QUE, POR VEZES, NO RAZÃO SE TEM SOB O TÍTULO DE ENTRADAS E SAÍDAS E POR QUE, ÀS VEZES, É FEITA EM UM LIVRO AUXILIAR

Existem os que em seus livros usam uma conta denominada Entrada e Saída na qual inserem coisas extraordinárias ou supostas. Outros a intitulam de Despesas Extraordinárias e, semelhantemente, registram, por exemplo, como naquela, as ocorrências.

Assim, conforme o que recebem ou dão, debitam ou creditam e, finalmente, com as outras saldam-nas em Pró e Danos a Capital, como bem compreenderás no balanço.

Realmente, todavia, a já referida Despesas Domésticas parece-nos suficiente, a não ser que se desejasse registrar por curiosidade uma ponteira de agulha, o que se poderia fazer, todavia, sem justificativa. Melhor que os registros sejam os relevantes.

Outros costumam ter um livro auxiliar de entradas e saídas, saldável no Balanço, no conjunto das demais ocorrências; mesmo isso não sendo reprovável, não deixa, todavia, de aumentar o trabalho.

CAPÍTULO XXVI

COMO SE REGISTRAM NOS LIVROS AS PARTIDAS DE VIAGENS PESSOAIS E AQUELAS ENCOMENDADAS E POR QUE EM CONSEQÜÊNCIA DELAS NASCEM DOIS LIVROS RAZÃO

É habitual existirem duas formas de viagens, ou seja, a que fazes ou a que delegas a alguém para que faça por ti; em conseqüência disto, também surgem várias formas de registros, mas que em qualquer caso pressupõe a manutenção de dois livros: um contigo, outro com o teu recomendado.

Um Razão terás em casa e outro levarás em viagem. Em tuas viagens próprias, para que bem te organizes, faças inventário de tudo o que levares, um pequeno Razão e um pequeno Diário, tudo como já foi dito, e, vendendo, comprando ou trocando, de tudo faça devedores e credores pessoas, mercadorias, caixa, capital de viagem e lucros e perdas de viagem. Seja qual for a opinião de terceiros, isto é o que há de mais singelo.

Se ocorrer que de uma empresa leves a autorização para negócios em nome dela, como representante, deves fazê-la credora no livrinho de tua viagem e as mercadorias devedoras, como farás com as tuas próprias ou pessoais.

Assim constituirás tua Caixa, teu Capital... organizadamente, seguindo o mesmo critério do Razão principal; retornando, ajustarás as tuas contas do negócio, ajustando a conta de mercadorias pelo que trazes, o mesmo fazendo com o dinheiro, saldando contas e ajustando os resultados no Razão principal; assim, desta forma, teus negócios ficarão claros.

Se, entretanto, a viagem a outrem recomendaste, debite a tal pessoa tudo o que entregares, esclarecendo que se refere a tal ou qual viagem, mantendo a conta do mesmo como se fosse um comprador de tuas mercadorias, consignatário de teu dinheiro, tudo analiticamente, partida por partida.

Por sua vez, ao preoposto também será conveniente fazer o seu Pequeno Razão no qual no mesmo far-te-á de tudo credor, para que no seu retorno te preste contas. Se ele, todavia, má intenção tiver...

CAPÍTULO XXVII

A IMPORTANTE CONTA DENOMINADA LUCROS E PERDAS OU AUMENTOS E REDUÇÕES, COMO REGISTRÁ-LA NO RAZÃO E POR QUE NO DIÁRIO ELA NÃO PRECISA SER REGISTRADA TAL COMO AS DEMAIS

Após as demais outras contas deve seguir-se a denominada de Pró e Danos ou Lucros e Perdas ou Aumentos e Reduções, denominações que se alteram segundo a região, mas na qual se devem saldar ou encerrar outras de teu Razão, como se explicará em relação ao Balanço.

Desnecessário é registrá-la no Diário, bastando fazê-la no Razão, porque é neste que os saldos e as faltas se evidenciam em débito e crédito e no qual registrarás: Pró e Dano deve dar e Pró e Dano deve haver.

Também quando tiveres perdido alguma mercadoria, no teu Razão ficando a conta mais a débito que a crédito, podes complementar o seu crédito, para equilibrá-lo com o débito, saldando a quantia que falta, dizendo que o haver por Lucros e Perdas é para fins de regularizar a tal partida, em razão da perda ocorrida, etc.

A seguir assinalarás a folha correspondente de Lucros e Perdas para completar a partida. Na conta de Lucros e Perdas, registrarás em débito dizendo:

Lucros e Perdas devo dar a tal dia.... por tal mercadoria, por prejuízo verificado tanto .... registrado naquela do haver pelo seu saldo à folha .... Se tal mercadoria estivesse mais em haver do que em deve, então, farias o inverso.

E assim procederas, com cada uma, em relação a todos os teus negócios ocorridos, quer terminados mal ou bem, a fim de que sempre fiquem em igualdade as contas no teu Razão, isto é, o tanto que se encontre no débito, também o mesmo se ache no crédito, porque esta forma é a correta, como em relação ao Balanço diremos.

Assim, sucintamente, verás se ganhaste, por que e quanto.

Tal partida deverás saldá-la com a de capital e que é a última a movimentar-se no Razão, como receptáculo que é de todas as outras, como compreenderás.

CAPÍTULO XXVIII

COMO SE DEVEM TRANSPORTAR ADIANTE AS CONTAS DO RAZÃO QUANDO ESTIVEREM REPLETAS E EM QUE LUGAR SE DEVE LEVAR O RESTANTE A FIM DE EVITAR DÚVIDAS NO RAZÃO

Oportuno é observar que ao tornar-se completa a folha de uma conta, quer em débito ou crédito, onde nada mais se pode registrar, é preciso transportá-la adiante das demais sem, todavia, deixar espaços no Razão entre o transporte e as outras partidas, para que não se enseje a suposição de fraude.

Deve-se transportar da mesma forma antes referida, para se saldar em Lucros e Perdas e seus respectivos transportes, respeitando-se o débito e o crédito, sem nada registrar no Diário, a menos que se deseje, não sendo, todavia, necessário, porque seria tarefa sem proveito, de modo que é preciso igualar a menor quantidade, isto é, se a referida partida é mais em débito do que em crédito, daquele tanto deves acrescer seu crédito.

Para exemplificar, basta um caso.

Admitamos que Martim tenha feito contigo uma longa conta, de muitas partidas, de modo que o total provoque transporte do que está na folha 30 de teu Razão e que a última partida que registraste tenha sido na folha 60, e que em cima da mesma face ainda haja espaço para colocares a conta de Martim e te seja ele devedor de L.80, s.g. 15, p.24, das quais em tudo deu-te ele L.72, s.9, g.3, p.17, devendo ao mesmo, creditar-se 72, 9, 3, 17, ficando L.8.s.6, g.5, P.7 e que tanto tens de transportar-lhe o valor do débito adiante.

Pelo mesmo valor igualarás a partida para que se eqüivalham as cifras, mas dirás que por aquele valor importa o transporte e tal saldo de L.8,s.6, g.5, P.7 na folha 60 e que reportarás, mas a isto referirás. A seguir com uma linha diametral riscarás a partida. Feito isto, na folha 60, colocarás o saldo devedor, sempre encima pelo ano, se na folha já não estiver, como já dissemos.

E assim dirás: Martim deve no dia... pelo saldo transportado de sua própria conta, na folha 30, L.8, s.6, 9.5, P.7.

Da mesma forma procederás com as demais partidas que tiveres, porque sempre devemos escriturá-las de maneira consoante com as suas origens em lugar, localidade, dia e ano a fim de que ninguém possa caluniar-te.

CAPÍTULO XXIX

COMO MUDAR O ANO NAS PARTIDAS DO RAZÃO QUE OCORREM A CADA DIA, QUANDO ESTAS NÃO SE SALDAM ANUALMENTE NOS LIVROS

Pode ocorrer que nos teus registros do Razão tenhas necessidade de alterar o ano, sem que o anterior tivesses saldado. Nesse caso, o referido ano deve ser colocado à margem, adiante da partida que ocorreu, como se disse no Capítulo XV. As demais partidas que se seguirão entender-se-á, pois, que sejam do tal ano.

O melhor, todavia, é saldar cada ano, especialmente quando se tem sócio, porque diz o provérbio: "Muitas contas, longa amizade".

Melhor será que faças também assim.

CAPÍTULO XXX

COMO SE DEVE APRESENTAR UMA CONTA A UM DEVEDOR QUE A SOLICITE E TAMBÉM AO PROPRIETÁRIO SE FORES GERENTE OU ENCARREGADO DE TODA A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS

Faz-se necessário, além de outras documentações a oferecer, saber demonstrar uma conta ao teu devedor se ele a solicitar, o que a este por justiça não podes negar, especialmente quando contigo manteve extensas transações de muitos anos e meses; haverás de demonstrar os fatos desde o início, alcançando a todo o tempo e abrangendo a tudo, ou em outro limite que ele determine.

Quando entre vós existirem saldos diversos, observados os tempos que ele queira, cada um, de *per si* e de toda a boa vontade deves oferecer.

De tudo extrairás cópia, em uma folha competente para a tudo abranger.

Se uma folha não bastar, haverás de saldar cada folha, colocando o resto no outro lado da folha, em débito ou crédito, como no Capítulo XXVIII foi dito. Assim, deverás continuar procedendo até que termine em um saldo líquido em dar, como melhor a puder resultar. Tais contas devem-se demonstrar com máximo zelo.

O mesmo haverás de observar em teus próprios negócios, com os teus clientes; se, todavia, administrares para terceiros ou fores comanditário ou comissionado, também de forma semelhante deverás demonstrar para o proprietário, tal como registrastes nos livros, fazendo-o credor oportunamente pelos fornecimentos, de acordo com os teus ajustes e, finalmente, pelo saldo líquido o farás teu devedor, ou credor, na demonstração, se fores tu a fornecer.

Depois ele haverá de examinar confrontando, e se tudo achar exato haverá de estimar-te mais e igualmente mais em ti confiará; o importante é que ache em ordem tudo o que te entregou, ao ler as contas, aprovando tua administração. Observe bem tal coisa.

De tua parte, também, da mesma forma deverás exigir de teus agentes e encarregados as demonstrações das contas. Antes que se

entreguem demonstrações, todavia, deves bem conferir as contas no Razão, cotejando as mesmas com os livros Diário e Borrador e demais registros que existirem, para evitar enganos entre as partes.

CAPÍTULO XXXI

DO MODO E ORDEM DE SABER CORRIGIR, OU AINDA, ESTORNAR UMA OU MAIS PARTIDAS, QUE EM CONSEQÜÊNCIA DO ERRO HOUVESSES COLOCADO EM LUGAR DIFERENTE DAQUELE EM QUE DEVERIA ESTAR, COMO OCORRE POR DISTRAÇÃO

É ainda necessário ao escriturário saber corrigir, ou seja, estornar à moda de Florença, uma partida que por erro fosse colocada em lugar diferente ao que ela deveria estar, como por exemplo: se a houvesses colocado no débito e no crédito é que seria o seu lugar ou vice e versa ou se ela devesse ser alocada a Martim e o fizeste na conta de João ou vice e versa.

Nem sempre se pode ser tão atento que se evite erros, diz o provérbio, isto é, quem não faz, não erra e quem não erra não aprende.
Por isso, poderás corrigir da seguinte forma: quando houveres colocado a partida, suponhamos no débito e deveria ser no crédito; para retificá-la, porás uma outra ao contrário dessa no crédito, exatamente da mesma importância, dizendo: no dia ... por outro tanto colocado em oposição no débito, quando deveria sê-lo aqui, no crédito, valor tanto, na folha ... e escrevas L.s.g.p., pelo tanto que erraste.

E em frente à mencionada partida farás uma cruz ou outro sinal, a fim de que, se fizeres demonstrações futuras abandone tal registro. Logo que assim esteja retificada, havendo anulado o débito, então, faças o registro correto e assim tudo estará regularizado.

CAPÍTULO XXXII

COMO SE DEVE FAZER O BALANCETE DO RAZÃO E DO MODO DE TRANSPORTAR DE UM RAZÃO PARA O OUTRO, OU SEJA, DO RAZÃO VELHO PARA O RAZÃO NOVO, TÃO COMO CONFERI-LO COM O DIÁRIO E O BORRADOR E REALIZAR OUTRAS VERIFICAÇÕES DENTRO E FORA DO MENCIONADO RAZÃO

Vistas as matérias já descritas, é oportuno agora evidenciar o modo de transportes de saldos de um Razão para outro, quando se queira substituir um livro já cheio, ou porque se altera o ano, como é habitual fazer-se em diversos locais nos quais os comerciantes respeitam as passagens dos exercícios. Tal prática é o início do Balancente do Razão.

Para prosseguir, é necessário todo zelo; terás, por norma, fazer-te ajudar por um auxiliar, por ser dificultoso fazê-lo sozinho; ao auxiliar entregue o Diário, ficando tu com o Razão para maior segurança da tarefa; pedirás a ele que começando da primeira página do Diário indique no Razão a página de registro da partida, primeiro de débito e depois de crédito e tu conferirás, vendo se o lançamento está correto.

Teu auxiliar dirá de quem ou de que será a partida e quanto é o seu valor e, assim, verás se, no lugar que ele se refere, os registros estão adequadamente feitos e se os valores conferem.

Se tudo estiver de acordo com o Diário, riscarás, isto é, assinalarás ou colocarás um sinal convencional sobre a escrita, ou em lugar que escolheres, para que não te enganes e tal sinal deves, também, requerer que teu auxiliar o faça no Diário.

Observes sempre se tanto tu como ele fizeram os sinais, de forma concomitante, para que grandes erros não ocorram; assim, procederás desde a primeira partida até a última.

O mesmo critério adota-se nas demonstrações que devem ser feitas para serem entregues a devedores, de modo que tudo se assinale no Diário e no Razão quando das conferências, como nos referimos no Capítulo XXX.

Feito isso, cautelosamente, em todo o Razão e o Diário, em confronto

com teu auxiliar, tanto no débito quanto no crédito, as partidas poderão ser consideradas confiáveis.

Teu auxiliar, no Diário, para haver distinção, fará duas marcas ou sinais para cada partida e tu, no Razão, apenas uma, porque de duas partidas no Razão uma apenas no Diário se faz e isto dará coerência à sinalização.

Quando assinalares o Balancete, no Diário, convém fazer dois sinais um sobre o outro nas Libras, ou dois, um sobre o outro, o que denotará tudo estar conferido no débito e no crédito do Razão.

Alguns, no Diário, marcam para o débito o sinal diante do Por e para o crédito atrás das Libras, mas de ambas as formas ficará bem; não obstante, poder-se-ia fazer ainda um só sinal no Diário, isto é, somente para o débito, porque tu, por ti mesmo, não poderás assinalar o crédito, porque sempre haverá débito correspondente no Razão (porque de pronto tens naquele lugar o número das folhas onde está o crédito, quando bem não te enviar àquela do Diário, por ti mesmo poderás acompanhar o crédito); com teu auxiliar acertarás a forma mais cômoda.

Se o Diário sinalizado denotasse que no Razão, em alguma partida, faltasse o débito ou o crédito, acusaria erro no Razão, isto é, denotaria que aquela estaria colocada em falta naquele débito ou no crédito.
Tal erro, imediatamente, deverás corrigir, registrando a partida de forma oposta, isto é, se for de mais no débito, outro tanto levarás a crédito, tudo como precedentemente já se disse, pois assim terás tudo corrigido.

O mesmo ocorreria quando faltasse a partida no Diário e, logicamente, no Razão, no débito ou no crédito, evidenciando erro no Razão; isto mereceria reparo de modo oposto ao da falta, colocando-se a débito ou a crédito do Razão o que se constatar de omissão, embora que extemporaneamente, mas fazendo referência ao dia.

De tais ocorrências e datas, o escriturário deve fazer menção para que não se levante suspeita sobre os registros, como fazem os tabeliões nos seus instrumentos, estes que não se pode alterar sem especial menção dos acréscimos ou eliminações, o que também convém ao escriturário que zela pela realidade dos registros comerciais e que assim bem se qualifica.

Se a dita partida só faltar o débito ou o crédito, bastará que a apontes uma só vez onde a falta ocorreu, com a mesma menção que recomendei

para os erros aos quais já me referi.

Desta forma, todas as tuas partidas terás ajustado, as quais, nos confrontos de conferência, estando certas, indicarão que teu Razão foi bem escriturado e que é confiável.

No Razão, todavia, pode ocorrer que partidas não estejam assinaladas no Diário, porque nele não se encontram, nesse caso, devendo gerar registros a débito ou a crédito pelo valor de saldo, como foi dito no caso do transporte desses, no Capítulo XXVIII.

Então, por ti mesmo, tais saldos encontrarás no dito Razão seus confrontos, isto é, em débito e crédito, guiando-te pelo número das folhas anotadas nas ditas partidas; se tais números são coincidentes e estão no lugar devido, o teu Razão estará correto.

O mesmo que dissemos em relação ao Razão e ao Diário aplica-se ao Borrador ou Memorial, como no início desse “Tratado” te disse, em relação aos livros que manténs; todavia, o último convém que seja o Razão e o penúltimo o Diário, segundo entendo.

CAPÍTULO XXXIII

DO MODO E DA ORDEM DE REGISTRAR AS OCORRÊNCIAS DO TEMPO EM QUE SE FAZ O BALANÇO, ISTO É, QUE SE ENCERRAM OS LIVROS E COMO NOS LIVROS VELHOS NADA MAIS SE DEVE ESCREVER NEM INOVAR COISA ALGUMA NO DITO TEMPO E AS RAZÕES DO PORQUÊ

Tudo observado organizadamente, necessário é que nada mais se registre nos velhos livros, nem se transporte nada ao Razão a partir do Memorial e do Diário, porque os saldos nos livros devem ser sempre coincidentes em datas.

Se fatos ocorressem, todavia, na mesma época em que estás encerrando os livros, quando fazes o balanço, coloque-as em novos livros, estes que gerarão futuras transcrições, isto é, o Borrador e o Diário, mas não mais no Razão, até que transportes todos os saldos deste livro, ou seja, o primeiro que estás a encerrar.

Se ainda não tiveres organizado novos livros, anotarás em folha à parte os negócios ocorridos, com suas datas, até que depois os registre nos livros novos; a seguir, os sinalizará com novos signos, isto é, se os anteriores forem cruzes, agora farás com um A, etc.

CAPÍTULO XXXIV

COMO SE DEVEM SALDAR TODAS AS CONTAS DO RAZÃO VELHO, EM QUE E POR QUE E DA "SUMMA SUMMARIUM" DO DÉBITO E DO CRÉDITO; ÚLTIMA FORMA DO BALANÇO

Feito tudo com diligência, saldarás todo o Razão, partida por partida, deste modo; primeiro começarás pela Caixa, Devedores, Mercadorias e Clientes, transportando ao livro A, isto é, para o Razão Novo, sendo dispensável colocar saldos no Diário.

Somarás todas tuas partidas, no débito e no crédito, igualando sempre a menor, como te disse acima, para o caso de transporte adiante; tal prática de transplante de um para outro Razão é semelhante a qualquer outro transporte e a única diferença é que em outros casos se registrou no mesmo Razão e agora faz-se de um livro para outro; enquanto naquele se indicava a folha daquele próprio Razão, neste se indicará a folha do livro seguinte, de modo que no transporte de um livro para o outro só uma vez se registra a partida de cada Razão; a última partida dos Razões deve ser feita de modo que mais registros não aceite, como o exige a natureza do procedimento.

Tal transporte registra-se da forma seguinte: admitamos que tenhas Martim como devedor, pelo saldo de L.12, s.15, g.10 p.26 no teu Razão, identificado tal débito com uma cruz pela folha 60, P.26 e que tenhas de transportá-lo no Razão assinalado com a letra A, à folha 8, a débito e que te convenha no primeiro livro igualar o crédito, o que te obrigará a isto dizer abaixo das demais partidas: no dia..... ano tal, transporto no Razão A no débito pelo restante que aqui proponho por saldo deste valor, na folha 8, L.12, s.15, g.10, p.26.

Riscarás, então, a dita partida em débito e crédito diametralmente como para o transporte te ensinei, colocando a soma de toda a partida abaixo, no campo da dita partida, em débito ou em crédito, tanto de um lado, quanto de outro, a fim de que se evidencie, facilmente, estar correta e na qual para que também seja fácil identificar o saldo, evidenciando o número da folha do Razão A, onde tal saldo levas.

A seguir, no Razão identificado pela letra A, no débito, iniciando pelo ano, como foi dito no Capítulo XV, dirás que Martim de tal.... deve no dia...

o restante transportado do Razão assinalado com a cruz, na qual figurava como o débito agora transportado, à folha 60, pelo valor de L.12, s.15, g.10, p.26.

O mesmo farás, para saldar, com as demais contas do Razão assinalado com a Cruz e que entendes devam transportar-se ao Razão assinalado com a letra A, qual seja: com Caixa, Capital, Mercadorias, Móveis, Imóveis, Devedores, Credores, Repartições Públicas, Corretores, Aferidores Municipais, etc., nas quais é habitual registrar-se longas movimentações.

As partidas que não queiras transportar ao referido Razão A (que podem ser as tuas privativas e que não te obrigam a prestar contas a quem quer que seja, como sejam as despesas comerciais, despesas particulares, entradas, saídas e todas as despesas extraordinárias, aluguéis, foros ou censos ....) convém que as encerre em partida de Lucros e Perdas, no Razão com a Cruz assinalado e nas folhas pertinentes, etc., deste modo: o que tiverem em débio colocarás em crédito, porque seria raridade tais contas serem credoras, acertando as menores em débito ou em crédito, historiando, no saldo, que o encerramento se deu em Lucros e Perdas por tanto, etc.

Desta forma, as terás todas saldadas na conta de Lucros e Perdas onde, somados os saldos, em débito e crédito, poderás conhecer teu ganho ou perda; isto porque em tal apuração estabelece-se a paridade, isto é, as coisas que deverão ser subtraídas, de fato, o serão, e aquelas que deverão ser acrescentadas, igualmente.

Se nessa partida resultar mais a débito que a crédito, tu terás perdido aquele tanto em teu negócio, desde que o começaste; e se for mais a crédito, então dirás que no referido período tanto ganhaste.

O lucro ou o prejuízo saldarás na conta de capital, onde no início de tuas operações havias registrado o teu Inventário, com todos os teus haveres e, assim, aquela saldarás.

Quando um prejuízo for acusado, que Deus guarde a cada um para que tal não suceda, que realmente o bom cristão Dele deve sempre valer-se, então igualarás o crédito como é usual, dizendo: no dia, por capital, pelo prejuízo ocorrido conforme consta na folha valor ....

A seguir riscarás a partida, diametralmente, no débito e no crédito

referido, pondo, contudo, a soma no espaço a débito ou a crédito para que se igualem.

Na Partida do Capital, dirás a débito: capital deve no dia ... por Lucros e Perdas, pelo prejuízo ocorrido, colocado aquela no crédito pelo seu saldo, valor, a folhas .... L.s.g.p

No caso de lucro, identificado pelo crédito em Lucros e Perdas, então debitarás esta conta e o crédito levarás à conta de capital, nas suas folhas, nas mesmas onde também o creditaste pelos outros bens móveis e imóveis.

Assim, uma vez mais, no Capital poderás conhecer todos os teus haveres, juntando os débitos e os créditos que transportartes ao Razão A, sendo, pois, conveniente que a última partida seja essa de capital.

Saldarás, então, à conta de capital no Razão assinalado com a cruz e a transportarás, como as demais ao Razão A, em saldo e soma, ou se queres, partida por partida pois, também assim se pode fazer, sendo sempre melhor fazê-lo na totalidade para que todo o teu Inventário se evidencie. Lembre-te, sempre, de indicar todas as folhas.

As partidas do Razão A, cada uma de *per si*, como foi dito no Capítulo V, deverão ser registradas no índice Alfabético para que, com facilidade, possas tudo identificar relativamente a teus negócios, de acordo com a tua necessidade. Assim, todo o encerramento dos primeiros livros Razão,

Diário e Memorial se opera.

Se maior clareza for ainda necessária, poderás fazer outro confronto, somando em um fólio à parte todos os débitos do Razão assinalados em Cruz e os colocando à esquerda e todos os créditos os colocando à direita; em débito e crédito deverás, outra vez, somar todos esses saldos e terás, então, a “Suma Sumamrium” dos mesmos. Ambas terão essa denominação: “Summa Summarium” do Crédito e “Summa Summarium” do Débito.

A coincidência de valores de tais “Summas” indicará que teu Razão está correto no saldamento, tal como se disse no Capítulo XIV; mas, se uma dessas somas totais não coincidisse com a outra, excedendo, denotará erro em teu Razão o que convém que logo o procures, com o engenho que Deus, intelectualmente, te deu e com as técnicas que bem aprendeste.

Repetimos, pois, que o comerciante que não tem conhecimento contábil tende a andar às apalpadelas em seus negócios e poderá ter sérias perdas. Portanto, em algum estudo e cuidado, esforça-te sobretudo

em ser bom contador, pois dentro da minha possibilidade, procurei dar-te meios, para tua comodidade e com todas as regras necessárias, cada uma em seu lugar posta, com facilidade, como desde o início desta obra perceberás.

E, ainda, pelas coisas aqui ditas e como no Capítulo XII prometi, para tua maior lembrança, far-te-ei um epílogo, ou seja, um sumário e essencial resumo de todo o presente "Tratado" que admito ser-te-á de muita utilidade.

E por mim te lembrarás de rezar ao Altíssimo, para que em seu louvor e glória possa eu proceder sempre de bem para melhor.

CAPÍTULO XXXV

DO MODO E ORDEM DE GUARDAR OS DOCUMENTOS DIVERSOS, COMO MANUSCRITOS, CARTAS CONFIDENCIAIS, APÓLICES, PROCESSOS, SENTENÇAS E OUTROS INSTRUMENTOS E O REGISTRO DAS CARTAS IMPORTANTES

Trataremos agora da ordem de saber guardar os documentos e declarações diversas, como os são: recibos de pagamentos efetuados, quitações de cambiais, notas de mercadorias entregues, cartas confidenciais, coisas estas que para o comerciante são de grande valor e muita importância e que correm o risco de perda e extravio.

Destacam-se, em primeiro lugar, as cartas confidenciais que, freqüentemente, se fazem entre clientes e tua pessoa; abra-as e as conserve sempre em uma banqueta até o fim do mês, e, terminando o mesmo, junte-a em um maço e coloque-as à parte, as assinalando em cada um, à parte, o dia que a recebeste e o dia em que a respondeste.

Tal tarefa deve ser mensal para que, no fim do ano, faças um maço grande de todos esses maços, identificando-o pelo ano, a fim de que localizes, quando desejares, alguma carta.

Terás em teu escritório uma bolsa própria para cartas recebidas e expedidas e que identificarás por localidade; assim, se a enviares a Roma, coloque-a na bolsa de Roma, se a Florença, naquela de Florença, etc.

Se teu empregado envias a algum lugar, toma-o como portador de tua correspondência porque será melhor, e, por isto, deves dar-lhe uma gorgeta....

A bolsa a que me referia, necessário é que ela esteja dividida em pequenas bolsinhas que se destinarão a acolher as cartas expedidas e as recebidas, identificadas pelos locais onde tens os teus negócios (como dissemos, Roma, Florença, Nápoles, Milão, Gênova, Lion, Londres, Bruges ....); aí colocarás as cartas de acordo com cada local, quer as expedidas quer as recebidas.

Por resposta que deres ou tiveres, proceda sempre da mesma forma referida. O tratamento deve ser uniforme quanto à menção da resposta, colocando, também, por quem a mandaste e em que dia.

Em todos os teus afazeres nunca faça faltar a data o ano e o local, tal como procedes no caso das cartas, sejam eles grandes ou pequenos, tão como teu nome.

O nome costuma-se colocar ao pé no lado direito da carta, ao canto; a data e o ano e o local, comercialmente, usa-se colocar acima, ao iniciar-se a carta; mas antes, como bom cristão, terás sempre em mente colocar o gracioso nome, em saudação, de Jesus ou, se não, o da Santa Cruz, em nome da qual sempre devemos iniciar todas as nossas operações.

E assim farás: Cruz 1494 ao dia 17 de abril, em Veneza, e, só após disto, o que tenhas a dizer, isto sendo o desejável....

Mas, se os estudantes e outras pessoas, como religiosos, etc., que não comerciam, usam em suas localidades colocar embaixo o dia e o ano, os comerciantes, todavia, o fazem acima, como disse.

Se de outra forma se fizer, sem o dia, haverá confusão, e de ti zombariam, porque se diz que a carta em que não está anotado o dia é feita de noite, e aquela em que não está anotado o lugar se diz que é feita em outro mundo e não neste; além da zombaria, o pior é que surge a quebra de conceito, como disse.

Ao expedir a resposta procure os locais adequados como já bem compreendeste e o que para uma dissemos a todas se aplicam. É preciso ainda observar que se as cartas que expedes são de importância; melhor será que as registre em um livro próprio só para tal fim reservado.

Em tal registro coloques a correspondência palavra por palavra, se realmente tudo é importante deveras, tais como letras de câmbio, mercadorias expedidas, remessa de dinheiro, etc., registrando-se só o que, de fato, é relevante, para que tenhas disto memória, dizendo: neste dia .... escrevemos a fulano ... mandamos tal coisa.... atendendo sua carta de tal dia... a foi-nos pedido e isto atendido e na bolsa colocamos.....

E protegida a carta, fechando-a, para expedi-la, depois de subscritá-la, teu signo nela colocarás para que todos saibam que é de um comerciante e que todos precisam respeitar, porque, como dissemos no princípio deste “Tratado”, são eles que mantêm as Repúblicas.

Far-se-á então o mesmo que os Cardeais, que por fora colocam seus nomes para que todos saibam de quem se trata e não alguém ignorado. Mais, enfaticamente, ainda as faz o Santo Padre nas suas bulas, privilégios...... algumas, todavia, quando mais sigilosas, identificam-se

com o lacre do Pescador.

As cartas, pois, mês por mês, ano por ano, guardarás em maços ou enfiadas, e as porás à parte, em ordem, em um sumário ou cofre seguros.

Tal como as receberes, em relação a cada dia, assim as arrumarás, a fim de que melhor as localize quando necessitar. Nada mais se necessita dizer porque creio que bem tudo entendeste.

As letras não-pagas por teus devedores, como te indiquei no Capítulo XVII, guardarás em outro lugar mais secreto, como são cofres e caixas privativas.

As quitações, igualmente, guardarás em lugar seguro para qualquer ocasião. Quando, entretanto, pagares a terceiros, farás que escrevam ter recebido em um livrinho de pagamentos, como de início te disse, a fim de que não se possam, facilmente, extraviar ou perder.

O mesmo tratamento darás aos títulos de valor, como sejam notas de corretagem, de comerciantes, ou de conferentes ou conhecimentos de mercadorias remetidas ou recebidas das alfândegas marítimas ou terrestres, ou sentenças ou certificados consulares ou de outras repartições, ou instrumentos de cartórios em pergaminho, tudo devendo ser guardado em lugar separado.

O mesmo critério adotarás com escrituras, processos, procuradores, advogados. O mesmo farás com o que tiveres que recordar e que em um livro de Agenda anotarás diariamente, para que prejuízos não ocorram.

Nesse livro, a cada noite, antes de dormires, revisarás e verás se algo pendente ficou e o que realizaste risques com a pena.

O que emprestares ao vizinho ou ao amigo por poucos dias, como sejam vasilhas da loja, cadeiras e outro apetrecho aí também anote.

E documentos similares, como os utilíssimos indicados, guardarás tal como indiquei, aproximadamente, como melhor te parecer, não me sendo possível tudo dizer porque, como disse, preciso é mais esforço para fazer um comerciante que um doutor em leis.

É o que penso. De tudo o que te disse, se bem aprendeste, tenho convicção que com tua inteligência o demais suprirás.

CAPÍTULO XXXVI

SUMÁRIO DE REGRAS E FORMAS DE MANTER UM LIVRO COMERCIAL

Todos os credores devem-se colocar no Razão à direita e os devedores à esquerda. Todas as partidas do Razão são duplas, ou seja, se constituis um credor também deverás constituir um devedor.

Cada partida, tanto em débito quanto em crédito, deve conter as seguintes coisas: o dia do pagamento, a soma do pagamento e o porquê do pagamento.

O último número da partida do débito deve ser o primeiro da partida do crédito. No mesmo dia em que é escrita a partida do débito deve o ser a do crédito.

O Balancete do Razão é uma folha dobrada ao cumprido no qual se apoiam no lado direito os credores e no esquerdo os devedores no mesmo livro.

O Razão estará correto se a soma dos débitos for igual à soma dos créditos. O Balancete deve evidenciar igualdades, não de suas parcelas, mas de seus totais em débito e crédito, o que não ocorrendo evidenciará erro no Razão.

Do Razão não devem constar devedores que não tenham autorizado e desejado que o débito ocorresse, e, se assim não for, a escrituração será falsa. Igualmente não se pode creditar, também, qualquer coisa sem que de tal tenha conhecimento o interessado, o que não ocorrendo geraria também falsidade.

O Razão deve ser todo escriturado na mesma moeda, o que não impede que possa refirir-se a outras como: ducados, liras, florins, escudos de ouro.

Para os efeitos de avaliação, todavia, necessária é a uniformidade monetária e como começares o Razão assim convém continuar.

Os lançamentos do débito e do crédito de Caixa podem ser abreviados, se desejado, sem explicação dos motivos, somente dizendo de tal de tal ou a tal de tal, porque as justificativas estarão sempre expostas na contrapartida.

Quando surgir uma nova conta, sempre nova folha se deve abrir, sem voltar atrás, ainda que espaço atrás exista. Não se escritura para

traz, mas, sempre para frente, cronologicamente, com o avançar do tempo e jamais se volta atrás. Retornos podem denotar falsidades.

Se um lançamento no Razão fosse registrado erroneamente, inadequadamente, como por distração pode ocorrer, desejando-se estornar, assim farás: assinale o tal lançamento com uma cruz à margem ou com uma letra “n” e depois registres um lançamento invertido, isto é, ao oposto, daquela mesma conta; isto é se a partida errada fosse credora, por exemplo 1.50, s.10, g.6, tu a farás devedora e dirás: deve dar L.50, s.10, g.6, por contraposição ao assinalado com a cruz que se estorna, em razão de erro que não deveria ter ocorrido. Também o estorno deves assinalar com a cruz.

Quando um espaço reservado a uma conta se preenche todo, nada mais podendo lançar-se e se tu desejas continuar adiante, observes o saldo, se devedor ou credor se encontra.

Admitamos que haja um credor de L.28, s.4, d.2, o que ocorrendo basta que o inverta, sem colocá-lo ao pé, e, por débito, o mesmo valor consigne e digas que tal valor irá em crédito à folha.... e assim saldarás e completarás a tarefa.

A mencionada inversão deve-se assinalar na margem adiante, assim: S, que significa saldo devedor, para fim de ajuste apenas, mas que se transporta ao crédito na folha tal, ainda que aqui se mostre em crédito, só para fim de encerramento desta folha. E basta.

A seguir, convém virar as folhas e continuar até que encontres nova folha, nela fazendo credora a outra que com o débito encerraste na folha cheia, fazendo outro lançamento, sem necessidade de colocar o dia. E então dirás que foi um transporte de L.18, s.4, d.2. Aí assinalarás dizendo ser S, ou seja, saldo. E basta.

O mesmo que exemplifiquei do crédito, para transportar, farás com o débito, só invertendo os lados.

Quando o Razão estiver todo repleto ou velho, e um novo desejes iniciar, farás todos os transportes, mas, antes, verás qual a marca que na capa de teu livro existe; se está assinalado com um A o novo terá na capa o B, porque os livros comerciais precisam indicar suas seqüências nas capas alfabeticamente: A, B, C ....

A seguir farás o Balancete do livro velho, com a maior precisão, discriminando todos os credores e devedores no novo Razão, na ordem

em que no Balancete estiverem, abrindo para cada um uma conta com o espaço que a elas desejas atribuir e compatível com o volume de registros esperados.

Em cada partida de devedor dirás: saldo devedor do Razão A, folha... e no caso credor: saldo credor do Razão A folha... E desta forma tudo transportará ao novo Razão.

Para cancelar o Razão velho cada conta encerrarás tendo por base o mesmo balancete, isto é, se uma conta do Razão for credora, faze-a devedora dizendo: por tanto que resta em haver nesta conta, colocada a crédito no Razão B a folhas .... Assim, extinguirás o Razão velho e iniciarás o novo Razão.

O que exemplifiquei no caso de credor faças com o devedor, ressalvados os casos opostos. E basta.

OBJETOS DE REGISTROS NO RAZÃO DOS COMERCIANTES

Todo o dinheiro em espécie de tua propriedade, isto é, que ganhares em qualquer época, ou que te for deixado por parentes falecidos, ou doados por qualquer príncipe, farás credor a ti mesmo e devedora a Caixa.

Todas as jóias e mercadorias de tua propriedade, que ganhaste ou deixadas por testamento, ou doadas, e que devem ser avaliadas cada uma de *per si*, em expressão monetária, quantas sejam, tantas registrarás no Razão, fazendo-as cada uma devedoras; e dirás: por tanto que avalio neste dia para tal bem, no valor tal ... tudo levando a teu crédito, de cada uma de tais referidas contas.

Observe, todavia, a exatidão de cada partida, ou seja, que nem ducados sequer faltem nos registros, mas, lembrando que coisas irrelevantes em valor no Razão não se registram.

Todos os bens imóveis que possuíres, como casas, possessões, lojas, deves fazer das mesmos devedores, avaliando-os a teu modo, em moeda e fazendo-te credor na tua supra referida conta. Assim, cada possessão debitarás e avaliarás uma por uma, tudo a ti creditado. Isto renova a lembrança de que cada lançamento deve ter: o dia, o valor e o histórico ou explicação do motivo.

O que comprares, sejam mercadorias ou quaisquer outras coisas, deves debitar tais mercadorias e coisas e creditar à Caixa.

Se objetares dizendo que tais mercadorias não foram compradas a dinheiro e que um Banco ou um amigo pagou por ti, responder-te-ei que de qualquer forma debitarás tais mercadorias, como antes já te disse, mas, e, em vez de Caixa, nesse caso, creditarás ao Banco ou ao amigo e que foram os pagadores.

Compras de mercadorias ou de quaisquer coisas que sejam a prazo debitarás tal mercadoria e creditarás àquele da qual compraste.

Compras que faças de mercadorias ou outras coisas parte a dinheiro e parte a prazo deves debitar às tais mercadorias e creditar ao fornecedor de acordo com o combinado, digamos um terço em dinheiro e o resto há seis meses próximos futuros.

Farás, a seguir, outro lançamento, debitando o Fornecedor pela parte paga em dinheiro, ou seja, por exemplo, um terço e creditarás o restante a outrem ou o Banco que por ti pagasse.

Todas as vendas de mercadorias ou de outras coisas que fizeres a terceiros farás, igualmente, mas de maneira contrária, ou seja, se a mercadoria, no exemplo dado, foi debitada, nas vendas será creditada, sendo devedora a Caixa, se vendida a dinheiro; ou devedor o Banco que te promete pagar, ou, se a prazo, farás devedor teu cliente ao qual a prazo vendeste; se a venda foi parte a dinheiro e outra a prazo, farás como já referi no caso das compras, em duas partidas.

Se vendesses na base de troca de mercadorias – digamos, mil libras de lã da Inglaterra em troca de 2.000 libras de pimenta –, pergunto: como escriturar?

Faças assim: avalia a pimenta, a teu critério; admitamos que o faças por 12 ducados a unidade da medida, portanto, as duas mil libras valeriam 240 ducados em efetivo, tal base servindo para que avalies a lã em troca entregue. Tal norma é válida para as permutas de outras mercadorias nas quais o preço fosse o de duas mil libras, na base de 240 ducados.

Debitarás, então, a conta de Pimenta quando consumada a operação. O dinheiro em espécie que emprestares a qualquer amigo teu, a ele debitarás, creditando à Caixa.

Se receberes dinheiro em espécie, como empréstimo de amigo teu, creditarás a este e debitarás à Caixa. Se receberes dinheiro em espécie, como empréstimo de amigo teu, debitarás à Caixa e creditarás teu amigo.

Se de uma perda de dez ou vinte ducados ocorrida em navio, galera ou outra coisa, ocorresse cobertura de seguros, deves creditar “Seguros de Navios” e esclarecer o que, como, quando e onde o fato ocorreu e que percentual te atribuíram, fazendo devedora a conta de Caixa.

Mercadorias de terceiros, a ti consignadas para que sejam vendidas ou trocadas, mantidas em teu estoque, no Razão debitarás, mencionando pertencerem a fulano, debitando-a também por fretes, carregamentos e armazenagens, mas, neste caso, a Caixa creditando pelos pagamentos que fizeste para cobrir tais custos.

CASOS QUE A UM COMERCIANTE CONVÉM REGISTRAR

Todos os objetos domésticos ou do comércio que possuas, mas que os deseje organizados, isto é, todas as coisas duráveis como o ferro, deixando-se espaço, se necessitasses, para registrar acréscimos de outras, e, também, para as que fossem perdidas, vendidas, doadas ou gastas, necessitam ser considerados.

Deves fazer registro de tudo, inclusive dos objetos de latão, estanho e similares, de madeira, cobre, prata, ouro, etc., sempre com um espaço para acrescentar, se necessário, observações, inclusive das que venham a faltar.

Todas as fianças, obrigações ou promessas que assumiste por qualquer amigo deverás esclarecer bem e como as fizeste. Todas as mercadorias ou outras cousas sob tua guarda ou confiança, cada empréstimo de qualquer amigo e assim todas as coisas que emprestares a teus amigos, todos os negócios contratados, de compras ou vendas, como os que contratas sem expedições de mercadorias no retorno de naves à Inglaterra, como sejam cântaros de lãs cardadas boas e bem embaladas, ao preço de tanto por cântaro ou cento, ou promessa de tantos cântaros de algodão, tudo deve ser registrado.

O mesmo deve ocorrer com casas ou propriedades, lojas, jóias que alugares por tantos ducados ou libras ao ano. Quando cobrares o aluguel, tais importâncias serão também registradas no Razão, como já disse.
Emprestando qualquer jóia ou baixela de prata ou de ouro, a qualquer amigo teu por oito ou quinze dias, tal liberalidade no Razão não convém

registrar, apenas anotando à parte, porque dentro em breve as terás de novo.

O mesmo vale para o que te é emprestado em tal condição e que não merece registro em face da rápida restituição.

COMO REGISTRAR A PARTIDA DOS DEVEDORES

MCCCCLXXXXIII

Ludovico di Piero Forestani deve dar no dia 3 de novembro de 1493, L.44, s.l, d.8, em dinheiro levado por empréstimo, levado a crédito de Caixa à folha 2

L.44, s.l, d.8

E no dia 18 do referido emprestamos por sua ordem a Martim de Piero Toraboschi, levado a crédito deste à folha 2

L.18,s.ll,d.6

Caixa em mão de Simão de Alessio Bombeni, deve dar no dia 14 de Novembro de 1493 L.62,S.13,d.2 de Francisco de Antônio Cavalcanti neste à folha 2

L.62, s.13, d.2

Martim de Piero Foraboschi deve dar no dia 20 de Novembro de 1493, L.18, s.ll, d.6 levado por ele em espécie e colocado no Caixa à folha 2

L.18, s.ll, d.6

Francisco de Antônio Cavalcanti deve dar no dia 12 de novembro de 1493, L.20, s.4, d.2 que prometeu a nosso favor por Ludovico de Pedro Forestani à folha 2

L.20, s.4, d.2

COMO REGISTRAR A PARTIDA DOS CREDORES

MCCCCLXXXXIII

Ludovico de Piero Forestani deve haver no dia 22 de novembro de 1493, L.20, s.4, d.2 como parte de pagamento. E por ele prometeu a nosso pedido, Francisco de Antônio Cavalcanti colocado à crédito à folha 2
L.20,s.4,d.2

Caixa em mão de Simão de Alessio Bombeni deve haver no dia 14 de novembro de 1493, L.44, s.I, d.8 a Ludovico de Piero Forestani neste à folha 2
L.44, s.I, d.8

E no dia 22 de novembro de 1493, L.18,sII,d.6 a Martim de Piero Toraboschi à folha 2
L.18, s.II, d.6

Martim de Piero Toraboschi deve haver no dia 18 de novembro de 1493, L.18, s.II, d.6 que lhe prometemos a seu pedido para Ludovico de Piero Forestani colocado a crédito deste à folha 2
L.18, s.II, d.6

Francisco Antônio de Cavalcanti deve haver no dia 14 de novembro de 1493, L.62, s.13, d.6 por ele mesmo em espécie, colocado a débito de Caixa, folha 2 L.62, s.13, d.6

CAPÍTULO VI

COMENTÁRIOS SOBRE O "TRATADO" DE LUCA PACIOLI

Cada um dos capítulos do Tratado de Paciolo é comentado a seguir.

Minha interpretação fica mais por conta de um desejo meu em esclarecer, ainda mais, o que já é bem claro na obra do frei, mas que a forma de expor, de mais de meio milênio atrás, às vezes ofusca.

VI
COMENTÁRIOS SOBRE O "TRATADO" DE LUCA PACIOLI

6.1. ESTILO E DIDÁTICA – PARA ENTENDER A OBRA

O "Tractatus de Computis et Scripturis", como parte de uma obra que se dedicou, especificamente, às Partidas Dobradas, tem o sabor literário de sua época, de um período da história da humanidade caracterizado por mudanças de estruturas socioeconômicas.

A linguagem é simples e o caráter didático chega a ser exaustivo em certos trechos, omisso em outros, repetitivo e deveras personalista.

Foi escrito visando destacar a figura do "comerciante", aquele que negociava e morava no mesmo prédio, quase sempre, para ele lecionando, como se ele mesmo, por princípio, se incumbisse de seus registros e só, eventualmente, os delegasse a prepostos.

O estilo da época hoje nos confunde, se tentarmos ser literais na tradução do italiano renascentista; por isto, adaptei alguma coisa (como fizeram outros ilustres historiadores como o Prof. Esteban Hernández Esteve), evitando, todavia, que se perdesse a idéia essencial, pois nesta me mantive atado; em certos trechos dessa tradução que ao leitor apresento, cheguei a buscar palavras que o frei não usou, mas que facilitam o entendimento do texto, em nossos dias.

Observa-se, no desenvolver do “Tratado”, que Paciolo usa provérbios populares e muitíssimas expressões latinas, muito ao hábito de seu tempo; Machiavelli, também, muito tal recurso utilizou, para nos referimos apenas a um intelectual da área dos escritos sociais coevos, embora, por vezes, e muitas, explicasse o que a expressão significava (por exemplo, em sua obra “Sobre a Primeira Década de Tito Lívio” – a que mais admiro desse autor – cita o provérbio “Resredacta est ad triarios” e a seguir verte o mesmo para o idioma italiano de sua região: “Jogamos a última cartada” - Livro II, Cap.XVI).

O frei, todavia, não só provérbios, mas expressões que não as traduz; utiliza, por exemplo, *“Iuxta comune, dictum, ubi non est ordo ibi est confusio”* (Fala-se comumente que onde não há ordem há confusão”), “Videlicet vigilantibus est non dormientibus, jura subveniunt” (É necessário que se ajudem aqueles que vigiam e não aqueles que dormem.), “Nec charitas opes, nec missa minuit iter ...”, etc.

Em nossa tradução, não transcrevemos a expressão em latim, mas em português. Buscamos o tanto que nos foi possível (porque dúvidas ocorrem, não só a mim, mas a ilustres contadores que traduziram o Tratado, como já me referi a Esteban Hernandez Esteve) manter a forma literal de Paciolo, deixando algumas vezes de realizar a ordem direta nas frases, como é moderno fazer-se, para não quebrar o encanto das construções do autor em certas expressões.

Para nossos dias, a obra não tem uma metodologia que pudesse qualificar-se como primorosa, mas, para a época, teve condições de atingir, plenamente, seus objetivos e por longos e longos anos seria, praticamente, “reproduzida” em quase sua totalidade nas obras de terceiros.

O critério do frei é, todavia, acertado e merecedor de consideração, embora alguns críticos tenham condenado, chegando até a negar-lhe a autoria dos textos e a autenticidade (o que julgo temerário).

Não é justo condenar-se Aristóteles por alguns conceitos astronômicos onde falhou (como o do geocentrismo) e desmerecer toda a sua intuição científica e espírito lógico que desenvolveu, só porque não se postou tal como se desejaria para uma obra do século XX, como também, a Paciolo, não se deve realizar condenações por questões menores e de forma.

Quantos foram os princípios de Newton que a Física moderna derrotou e quantas são as novas teorias da ciência que mesmo modernas já foram superadas?

Muitos dos que contestaram Galileu hoje são também contestados por seus conceitos; não devemos criticar aqueles cientistas famosos como medíocres porque suas concepções foram suplantadas; de qualquer forma foram, inquestionavelmente, homens que estiveram à frente de seus tempos, ensejando caminhos para a evolução, preocupados com o encontro com a verdade.

O “Tractatus” é um verdadeiro “curso de idéias”, que busca na singeleza de suas expressões retratar procedimentos de uma prática que servia adequadamente a uma era de grande significação no comércio e na vida financeira do mundo.

Devemos ler do Capítulo I ao XXXVI com respeito, como ainda hoje reverenciamos os textos de outras disciplinas e filosofias. Não se trata de uma exposição despida de virtudes, como alguns procuraram taxar, menosprezando uma publicação que construiu uma época que marcou uma fase na História da Contabilidade.

Para entender Paciolo é preciso mentalizar a sua época, conhecer o curso do processamento contábil e a maneira com a qual se dava importância a tal mister.

Da Vinci, pelo seu brilho cultural, não se tornaria discípulo e amigo de um ser que não tivesse a mesma luz.
Paciolo influiu na arte de Leonardo, como, certamente, este influiu sobre o frei; essa interação é própria nos seres que, em demasia, têm o que oferecer.

A obra do emérito italiano, centenas de anos após sua morte, teve ainda três edições na Itália (1878, 1911 e 1983) e foi reproduzida muitíssimas vezes em toda a Europa (felizmente, possuo a edição de 1983); não tivesse o livro grandes méritos e não teria tal expressão por tanto tempo.

Não há dúvida que se limita a livros contábeis, lançamentos e algumas práticas de escritório, sem aprofundar-se nas origens do processo, nem em suas bases, nem em suas peculiaridades (coisas que poderia ter feito), mas espelha a conquista de um tempo, tal como se apresentava na ocasião.

Quanto ao teor eminentemente contábil admito que ele se situou em posição mais modesta que a de obras que se editaram no Oriente Médio, como a de Mazandarani, em 1360.

É, entretanto, inequívoco que ao mesmo não se pode negar o privilégio de ter sido o primeiro livro sobre o assunto que foi industrialmente impreso e o que teve, em sua época, a maior difusão, ainda que não tivesse sido, exclusivamente, contábil.

A obra, não há dúvida, é bastante rudimentar, sucinta, logo sem um teor de profundidade conceptual contábil, este que só admito ter-se iniciado em 1586, com Ângelo Pietra, como julgou igualmente Vincenzo Masi (La Ragioneria nell'etá medievale, editor Tamari, Bolonha, 1975).

O século de Paciolo não foi de profundas teorizações em torno do campo contábil, pois a sensibilidade, para isto, não se aninhara ainda no intelecto humano; a partida dobrada estava amadurecida na Itália há mais de 200 anos, como prática, mas a "vontade teórica" não se havia ainda manifestado de forma perceptível.

Mesmo em outras ciências não se encontram obras dignas de serem qualificadas como "primores" de metodologia e de indagação teórica no século XV. Quem lê Giordano Bruno (1550-1600), Galileu Galilei (1564-1642), pode aferir o que se doava de intelecto às doutrinas; a profunda preocupação estava volvida aos aspectos eminentemente pragmáticos, experimentais, de até aparente ingenuidade, embora ambos sejam posteriores ao Frei, mas não tão distantes.

A relatividade da verdade, apregoada por Bruno, aquela dos fenômenos físicos lecionada por Galileu, o estado indeterminável do curso de muitos fenômenos são bem o espelho de uma época que derrotava estruturas calcificadas no âmbito social e cultural, mas que, sem dúvida, não tinha ainda um domínio metodológico para estruturar complexas teorias científicas.

Para que se tenha uma dimensão do "medo pela verdade", aferrolhada que estava esta aos dogmas eclesiásticos, basta lembrar o juramento de Galileu em 1633 (muito tempo após a obra do frei, ou ainda, 139 anos depois), negando suas teorias científicas para amenizar a pressão que sofreu do clero.

Paciolo era um religioso, limitado à sua disciplina, adaptado às conveniências clericais e não poderia, jamais, ousar teorizações no campo da riqueza patrimonial, sem, talvez, arranhar suceptibilidades que lhe pudessem custar dissabores; todavia, capacidade cultural não lhe faltava para que penetrasse nas teorizações.

6.2. CAPÍTULO I – DAS COISAS NECESSÁRIAS AO COMERCIANTE

A introdução do "Tractatus" busca dar uma idéia do que, na concepção da época, parecia o fundamental. O momento era o do "auge da formação da riqueza". O capital aparecia como "o quase tudo", como solução definitva para a quebra da estrutura medieval (como foi dissertado na parte inicial deste livro).

Dinheiro e bens (que na obra de Paciolo aparece sob a denominação de "faculdade substancial") apresentam-se como o "necessário substancial" a fazer o "corpo da empresa".

O autor mostra que o grande "objeto" de atenções era o patrimônio, e afirma, enfaticamente: "sem cujo auxílio dificilmente se pode exercer a atividade mercantil".

Compara a "substância" da matéria com a "substância" da empresa, que, no entender do frei pode também gerar-se do "Crédito".

Admite, pois, que a riqueza pode formar-se, quer por via do capital próprio quer de terceiros.

A "Fonte", pois, pode variar, mas a "substância" é imprescindível, ou seja, o "meio material de exercício da atividade" é condição para que dela se derive o que vai ser gerido.

Paciolo apresenta essa idéia do "substancial" de forma singela e até rude, mas, positiva e fundamental.

O "objeto científico" que desenvolvi em minha "Teoria do Conhecimento Contábil" (Edição IPAT-UNA, Belo Horizonte 1992, ICAC Madri, 1997) foi o "patrimônio", o mesmo que de forma inquestionável e basilar foi reconhecido como fundamento pelo frei franciscano, em 1494, ou seja, a visão patrimonialista estava germinada já de há muito.

A condição primeira de Paciolo, no Capítulo I, é, pois, a que Masi transformaria como "objeto científico" na doutrina do Patrimonialismo na década de 20 do século XX e a que tomei em minha obra, que resultaria na década de 80 do século XX na doutrina do Neopatrimonialismo, hoje a maior corrente científica organizada no campo da Contabilidade, com muitos milhares de adeptos.

A seguir, como 2ª das três condições do comerciante, Paciolo enuncia a "capacidade contábil".

Para ele, o comerciante precisava ser "bom contador e ágil calculista" porque tal empresário não só comprava e vendia, mas industrializava e

prestava serviços, e como não havia incompatibilidade entre tais atividades, assim não deveria haver em praticar atos de registro para que ocorresse um pleno conhecimento das mutações da riqueza.

Com isso, visou a uma associação de idéias entre o “objeto” do comércio (patrimônio) e o conhecimento do objeto (informação e estudo desta).

Essa genial forma expositiva não só engrandece o entendimento, mas, especialmente, a qualidade intelectual do autor.

A terceira condição a que Paciolo proclamou como também fundamental é a da organização que o mercador deve ter em sua escrita.

A sensibilidade para as “condições básicas” estava, pois, na “existência do patrimônio como substância, na avaliação do comportamento da riqueza e na boa ordem com que tais entendimentos deveriam processar-se.

O introito do trabalho vai ao cerne da questão, inquestionavelmente, atribuindo à Contabilidade uma importância magna.

Por isto lecionou que: “tre cose massime sono opportune a chi vuole con debita diligenza mercantare” (três coisas máximas são oportunas a quem deseja com devida diligência comerciar). O “máximo” (e Paciolo era um matemático, logo com conceitos sólidos sobre as grandezas) já dá uma ordem da qualidade do conhecimento que se reconhecia para a prática do comerciante.

Vale ressaltar que no “caput” do Capítulo I o frei ainda admite que tais coisas são as que se exigem de um “verdadeiro comerciante” e, com isto, marginaliza os demais que não seguem a tais bases.

Ainda nesse preâmbulo encontramos a expressão “ao modo de Veneza” como o “recomendável” para que se possa implantar a boa organização contábil (e o frei, em seus textos, fala de práticas do processo em outras localidades, mostrando conhecê-las, pois se assim não fosse, não teria como compará-las).

Afirmam alguns estudiosos que tal se deve ao fato do autor só haver aprendido as partidas dobradas naquela cidade, na casa do judeu Antônio Rompiaci, a cujos filhos Paciolo ensinava matemática (tese que não acolho e que contestei em trabalho específico já referido).

Outros admitem que o “Tratado” não é do frei, mas que foi inserido a partir de um manual que circulava em Veneza (o que não procede, bastando ler a obra para certificar-se disto, dadas as diversas referências

aos hábitos da Toscana, região de origem do Frei, e, também da terra natal deste, além de não haver prova material que sustente a não-autenticidade).

O fato é que, sendo adepto das normas de uma cidade que tivera o pleno domínio dos mares e que se tornara vitoriosa comercialmente, difundia ele o que de melhor considerava em sua época (apesar das muitas andanças, embora não se tenha notícia de Paciolo em outros países, a não ser na Iugoslávia e, mesmo assim, quando Zara pertencia a Veneza).

Além do mais, o ambiente daquela república jamais sonegou ao gênio das matemáticas e da Contabilidade o apoio que necessitou, tendo sido justo que retribuísse a afeição que recebia, com homenagens, por meio de suas letras.

Já no primeiro Capítulo, percebe-se o intuito de dar destaque ao Inventário e a seguir à “Disposição”, evidenciando as partes que pretendia secionar, ou seja: a Estática (Inventário) e a Dinâmica (Disposição).

Também, já de início, confirma o papel relevante dos dois livros fundamentais do processo: Diário e Razão (que também se encontram em obras mais antigas que a do frei, como a de Mazandarani, editada na Pérsia, em 1360).

Adverte, finalmente, com a veemência que repete durante todo o conteúdo do “Tratado”, ser preciso ter-se muito boa organização e atenção.

O primeiro capítulo, por conseguinte, fala-nos do que o comerciante necessita para seu êxito, ou sejam: o seu capital de suprimento (próprio ou de terceiros) e o pleno e absoluto conhecimento do comportamento de tal riqueza (Contabilidade), apoiado por uma organização vigorosa.

Ou seja, advertiu que não basta possuir um patrimônio, sendo necessário que inteligentemente possa ele ser conhecido e conduzido. É inequívoca a posição assumida na obra de que a escrita é “instrumento de conhecimento” e não o “próprio conhecimento”, embora isto só, logicamente, se deduza, por não estar assim ostensivamente dito no capítulo inicial.

6.3. CAPÍTULO II – O INVENTÁRIO E SUAS BASES METODOLÓGICAS

Coerente com a exposição do primeiro Capítulo, o autor que consagra a "substância patrimonial" como coisa "máxima" (por não existir o fenômeno sem que aquela exista) passa a referir-se ao Inventário, como expressão documental da referida essência.

Afirma, categoricamente, que o fim da empresa é o lucro e que os elementos usados para consegui-lo devem ser "levantados" ou reconhecidos em um "Inventário", sendo este a "descrição e avaliação" da substância.

Pragmaticamente, Paciolo oferece o método de fazer o levantamento e que é o de relatar os bens mais importantes e mais fáceis de se perderem ou modificarem seus estados, como, por exemplo, o é o dinheiro.

Justifica que os mais estáveis podem ser feitos depois, porque menos preocupam, tais como terrenos, edifícios, etc.

Sugere, pois, o começar-se pelo capital em giro, deixando-se o fixo para o fim, mas a tudo abrangendo, sem que coisa alguma se exclua, ressalvando, apenas, em alguns pontos do Tratado, que coisas de expressão insignificante não devem preocupar.

Enuncia o princípio da Tempestividade, ou seja, adverte que todos os componentes do Inventário devem referir-se à existência das coisas "em um mesmo dia".

Recomenda a "identificação cronológica", a "classificação" e o "local" onde se encontram os bens"; ou seja, em que ano, classe de bens e local encontram-se as coisas. Estabelece as "normas" essenciais para a elaboração do inventário, ou ainda, ao "como se deve fazer" tal peça.

Dentro de um raciocínio lógico, próprio da mente do autor (afeito às matemáticas), ele estabelece uma "linha filosófica de comportamento prático" e que é a da "finalidade do trabalho"; por isto esclarece, antes de mais nada, que a tarefa visa a fins de uma riqueza que se encontra na perseguição do lucro e que sob tal aspecto deve ser observada.

Com isso, ressalva a "intenção do levantamento", dando uma linha de raciocínio que deve guiar a determinação dos componentes no referido trabalho.

6.4. CAPÍTULO III – EXEMPLICAÇÃO DO INVENTÁRIO

A seguir, sobre o tema do Inventário, Paciolo passa das normas gerais que guiam o levantamento para um "exemplo prático de inventário". Sugere uma certa formalidade que deve começar com um "Termo" ou intróito detalhado.

A seguir, recomenda que sejam evidenciados: dia, nome da pessoa proprietária, localidade, endereço, identificação do encarrregado do levantamento (nome da pessoa que o fez), classe dos bens que a listagem identificará (móveis, imóveis, etc.), todos como elementos formais, imprescindíveis à introdução.

Percebe-se ainda toda a "solenidade" da época: "Em nome de Deus, aos 8 dias do mês de novembro de 1493, em Veneza, etc., tal como ainda hoje nos Cartórios se adotam para certos registros importantes.

O Inventário, feito em folha à parte, como sugere o frei, é, pois, um autêntico "documento" que passa a ser base para a "abertura" da escrita, e, também, para "encerramento" de períodos.

A anotação do que se encontra na empresa ou em casa, Paciolo sugere historiar de uma forma que naquela época se empregava (e que hoje se simplificou) lecionando que deveria ser: "Primeiramente encontro de moeda em espécie, tantos ducados, dos quais tantos são de ouro e de cunhagem Veneziana, tantos de ouro húngaros, etc."

Nota-se, nisso um misto de preocupação com o detalhe e com a solenidade documental.

O capítulo continua exemplificando toda a sorte de levantamentos, deveras abrangentes, incluindo bens, créditos e dívidas.

Percebe-se que, conforme o uso do tempo, mesclam-se os "bens de uso domésticos" e os "bens do negócio", tudo como sendo um só conjunto. Isso porque era habitual, na época, os negociantes, em um só prédio, possuírem a residência e a loja sem, às vezes, muita distinção de tais coisas.

O modelo de inventário apresentado no Tratado não só é descritivo, mas, também, analítico, preocupado com a mensuração e a avaliação de tudo.

A avaliação é feita em L = Liras, S = Soldos, d = ducados, p = piccioli e g = grossi (moedas) que ele coloca, muitas vezes, abreviadamente, e

que enseja entender que mesmo as frações das moedas deveriam ser evidenciadas.

Como em Veneza circulavam muitas moedas, ao relacionar os haveres, Paciolo chamou a atenção para que fossem bem identificadas. O propósito do inventário não difere muito do que hoje ainda se utiliza quanto a tais técnicas, mas bem se distingue no que tange à mescla do “particular” com a “empresa” e a solenidade.

O frei divide bem os “itens” do Inventário por natureza de bens, mais do que por funções da riqueza, mas define de forma a se aproximar destas.

Na tradução da obra do frei, algumas dificuldades ocorrem, em virtude de termos que caíram em desuso ou que se alteraram ao longo dos anos (mesmo para os italianos que hoje conseguem ler sem grandes problemas a obra), mas não prejudica o entendimento geral do assunto.

É o caso, por exemplo, da expressão “balassi” que descreve uma espécie de pedra preciosa e que se admite seja o “rubilite” (rubi rosa claro), “safili” (hoje zaffíri) “rubini coculegni” (que se admite seja a forma de lapidação do rubi), etc.

Tais dúvidas, entretanto, só tangem aos que se aferram a um preciosismo de tradução, mas não prejudica o que o frei desejou apresentar como exemplificação de um trabalho contábil.

Mesmo na época em que a obra foi escrita, ao ser passada para outros idiomas, como o alemão, tiveram também os difusores do “Tratado” dificuldades, dado o caráter específico dos “dialetos” ou de expressões idiomáticas que bem compreendidas em Veneza não o eram, todavia, em todas as partes (fato que ainda hoje ocorre com muitas coisas, mesmo em nosso País, onde há uma só língua predominante e regulada gramaticalmente).

O que se percebe é a preocupação do autor em evidenciar que o Inventário é um documento muito importante, que deve bem se identificar e caracterizar, que precisa ser analítico e que exige uma classificação racional, apresentando toda a riqueza, em uma só data de referência, possuindo abrangência e devendo ser o mais preciso possível.

O inventário, tal como é exemplificado, é uma relação completa de tudo o que compõe o patrimônio, possuindo caráter descritivo e organização própria.

Tal como o frei o apresenta, ele não é apenas uma "anotação de haveres", mas a descrição e a classificação do patrimônio de forma plena e própria, ou seja, "em forma contábil definida" .

Ao apresentar os modelos de inventário, Paciolo ressalta o cuidado e a precisão que a tarefa exige, e adverte sempre que coisa alguma deve ficar omissa, a menos que de expressiva e notória irrelvância.

6.5. CAPÍTULO IV – RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS AOS COMERCIANTES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

De um capítulo pragmático de escrituração contábil, o frei passa a generalidades, visando ressaltar a importância documental, tão como a da organização e dos detalhamentos.

Paciolo adverte logo de início que é mais difícil fazer-se um comerciante do que um doutor em leis, buscando ressaltar que mais responsabilidades e cuidados se exigem de mercadores, em virtude do significativo número de casos que ocorrem com habitualidade.

Lembra, a propósito, algumas variáveis que concorrem, a cada dia, na formação de fenômenos empresariais é até de difícil determinação com detalhes precisos (algumas coisas irrelevantes o frei, ao longo da obra, sugere, até, abandonar).

Chega mesmo a usar a expressão "casos infinitos" para expressar toda a vasta complexidade dos fenômenos aziendais.

Adverte: "Quem é que pode determinar o imenso número de lançamentos e casos que vêm a ocorrer?"

Destaca a influência dos ambientes externos à empresa (que o Neopatrimonialismo classifica como relações lógicas ambientais ou do entorno) e os riscos que podem trazer em relação a casos que não dependem da vontade do comerciante (guerras, naufrágios, pirataria, pestes, etc.).

Sérias eram as dificuldades naquele século XV envolvendo: riscos dos transportes marítimos e terrestres, lentidão das comunicações, multiplicidade exagerada de moedas, feiras comerciais de acesso difícil, etc.

Por isto, o frei insistiu na "rigorosa precaução" que pudesse a tudo abarcar em "vigílias permanentes" (dia e noite se possível for).

Ao destacar a “imensidão” de eventos e de riscos, objetivou destacar a “importância” de “tudo documentar” e de possuir registros abrangentes e competentes para comprovar e gerar informações.

Reclamou “cem olhos na cabeça” para tudo ver, evidenciando preocupação didática em comentar e advertir, apoiando seu conceito naqueles correntes em todas as partes de seu país.

“Vide licet vigilantibus et non dormentibus, Jura subveniunt” escreve o frei, ou seja: “É necessário que se ajude àqueles que vigiam e não aqueles que dormem”, evocando a plena atenção, como condição de eficácia nos negócios.

O autor, além do adágio, lembra Dante e recorda que não se deve jamais mostrar cansaço, trabalhando como faz a formiga, com plena presença e perseverança.

O princípio até hoje reconhecido como válido e racional de ser “presente” e “atento” a todo o comportamento da vida empresarial, sem dúvida, é uma ampla recomendação no “Tractatus”, denunciando a plena cognição de Paciolo sobre a administração eficaz.

Se a isto mesclou ele o apelo da fé religiosa, percebe-se como natural a uma época, onde o poder da Igreja destruía valores em favor de seus interesses, onde os papas tinham exército e onde Paciolo submetia-se a uma subordinação que lhe convinha.

O mesmo encontramos em outros autores que temeram a Inquisição e que sofreram pressões do Poder Religioso.

6.6. CAPÍTULO – AS DISPOSIÇÕES E OS LIVROS BÁSICOS

Sob a denominação de “corpo” ou “monte do negócio”, define-se o que na realidade hoje intitulamos patrimônio e capital e é dedicado a tal matéria que Paciolo inicia a dita segunda parte, evidenciando que se deveria detalhar tudo sobre o que fosse acontecendo com as riquezas aplicadas.

Em razão disto, evocou a necessidade que já havia evidenciado, de bem tudo inventariar e refere-se aos três livros principais.

Tais livros são: 1) o Borrador, ou Memorial, que recebe as anotações na medida que os fatos acontecem, 2) o Diário, que deve ensejar a

classificação e a disciplina os eventos em partidas e 3) o Razão, que registra de forma sistemática, conduzindo os valores a cada uma de suas contas.

Detalhando, afirma que nem todos usavam o Borrador, mas que tanto o Diário quanto o Razão são imprescindíveis.

O Capítulo limita-se a referir-se à existência da riqueza e a dos livros competentes para guardar memória de seus fatos, tão como da disciplina destes para que ocorra um pleno entendimento.

6.7. CAPÍTULO VI – O BORRADOR OU MEMORIAL

O uso do Borrador, como "rascunho", como elemento de captação do fato contábil, no momento em que ocorre, é muito antigo e há comprovação de sua existência em remotas civilizações (Federigo Melis denuncia sua existência entre os sumero-babilônios).

O ato de anotar um acontecimento no momento da ocorrência do mesmo ou bem próximo a esta mostrou-se sempre eficaz.

Paciolo apresenta alguns nomes que tal livro recebia em sua época (em italiano Memoriale, Squartafoglio ou Vacchetta), e que em português equivalem a Borrador, Memorial, Costaneira.

No Oriente Médio, já ao tempo dos fenícios, tal livro era anotado em "símbolos", ou seja, uma espécie de "taquigrafia" da época e que os árabes assumiram com o nome de "Siyaqat".

O problema estava em dar "agilidade ao registro", ou seja, evitar que a memória se perdesse (dai o nome Memorial).

O frei ressalta, pois, toda a utilidade do livro, destacando que o mesmo: a) aplica-se ou utiliza-se para registrar todos os fatos, b) em todos os momentos, e c) em todas as expressões.

Recomenda: 1) clareza, 2) individualização, 3) integridade ou completa abrangência de todos os dados.

A utilidade do uso, portanto, Paciolo a consagra, admitindo que até o inventário, em tal livro, é costumeiro registrar-se.

Quanto a quem se deve confiar as anotações o frei deixa ao arbítrio de tantos quantos saibam e possam fazê-lo, não estabelecendo restrições. O importante é que tudo se anote, tempestivamente, ainda que o próprio comerciante não o faça pessoalmente.

Por muitos séculos o uso do Borrador prevaleceu e embora hoje em desuso, em face dos recursos modernos de memorização, transferidos a computadores e outros instrumentos de reconhecimento e gravação de informes, no início deste século gerava, ainda, até um seu auxiliar e que era dito “Borrão”, no qual as anotações eram espontâneas e até desordenadas.

O “Tratado” insiste nos detalhamentos dos registros em tais rascunhos, para que o Diário possa deveras nele basear-se. Recomenda informar ao máximo, para que os levantamentos possam ter a maior fidelidade, fazendo rascunhos que facilitem os livros principais.

Conforme o uso da época, aconselha gravar na capa dos livros um sinal que os identifique, assim como os que se seguirem, ou seja, por exemplo, o primeiro com uma cruz, o outro que o segue com a letra A, o outro com a letra B, etc.

Portanto, “cheio um livro”, como diz o “Tratado”, o outro que se segue identificar-se-á pela sinalização na capa, devendo esta ser seqüencial pelas letras do alfabeto: A,B,C ...., etc.

Afirma, todavia, que o abandono de um livro pode ocorrer mesmo que cheio não esteja, por outras conveniências, mas, nesse caso, o critério será sempre o mesmo quanto a identificação na capa.

O importante, adverte, é que os sinais sejam “diferentes” nas capas, de modo a ressaltar que se trata de uma continuação ou “seqüência”.

O “sinal da cruz”, no primeiro livro, sugerido pela obra, atende à superstição católica de que ela “afugenta o demônio”, fato que parece destoante, mas justificável na época.

Os intelectuais da época necessitavam “estar bem” com um regime de fanatismo clerical, pois, se assim não fosse, poderiam estar sujeitos a perseguições, sansões e até crueldades.

Menos é a culpa de Paciolo, portanto, que aquela de sua época, dominada pelo Poder da inquisição .... (iniciada na França nos fins do século XII para perseguir e punir os “hereges” ou os que contrariavam ou ameaçavam o Poder do clero; foi entregue a partir de 1233, por Gregório IX, a um tribunal de dominicanos e ceifou dezenas de milhares de vidas e outras tantas milhares anulou e torturou).

Os que escreviam estavam sob tal vigilância da Igreja que, certamente, para bem com ela ficar, necessário se fazia “mostrar-se muito católico”, especialmente em países como a Itália, Espanha e Portugal.

Por isto é que Paciolo escreve, em seu “Tratado”, expressões como “como bem costumam fazer os verdadeiros católicos”, “o glorioso signo da cruz”, “o que afugenta o espírito do inferno”, etc. tudo isto ainda mais justificando seu próprio estilo, contrariando a tese do “plágio”, em meu modo de entender (esse é um dos argumentos, apenas).

Quanto às formalidades “extrínsecas” dos livros leciona sobre as necessidades de seqüênciar páginas, numerá-las, não saltar folhas, evocando ordem e seriedade para evitar a suspeita de fraude, e, também, para permitir que esta possa facilmente descobrir-se.

6.8. CAPÍTULO VII – AUTENTICAÇÃO DOS LIVROS COMERCIAIS

Buscar a fé pública dos livros, em razão de nos cartórios registrá-los e autenticá-los, passa a ser uma recomendação de Paciolo.

Em verdade, tal prática para a validade de documentos perante terceiros é milenar, mas na alta Idade Média, segundo se lê na obra do frei, não era obrigatória, mas emprestava fé, se os livros passassem pelos cartórios e cumprissem algumas formalidades.

Fala o “Tratado” de um termo de abertura, no qual se devem definir várias coisas, como: a moeda eleita para a avaliação ou a expressão dos valores, quem se encarregará de escriturar, quem é o proprietário dos mesmos livros, qual o sinal que identifica o livro, quantas folhas tem, a data da primeira folha, etc.

O escrivão, segundo o frei, autenticaria as declarações cabíveis e com o seu sinete daria validade a tudo, emprestando a “fé” necessária, evitando que terceiros pudessem colocar em dúvida o que estivesse contido em tais livros.

Pelo texto do capítulo, percebe-se que o tratamento referido não era uniforme na Itália, razão pela qual Paciolo cita como exemplo apenas um dos burgos onde tal hábito era consagrado.

Evidente fica, também, que discussões ocorriam sobre a validade dos lançamentos e que o registro em cartório ajudava a dar confiabilidade, posto que eram reconhecidos como competentes para atestar verdades.

Finaliza o capítulo lembrando que evocando o nome de Deus, se deve iniciar os registros a partir do Inventário.

O cartório, na referência do "Tratado", já era especial para o comércio.

6.9. CAPÍTULO VIII – LANÇAMENTOS NO BORRADOR

O "Memorial", o "Costaneira" ou o "Borrador", como livro de "rascunho", de "primeiro e pronto registro" parecia ser , no dizer do "Tratado", um livro que cada um fazia ao seu feitio, ou seja, de acordo com a sua própria conveniência e capacidade. Por isso, Paciolo afirma, entendo, que sobre o mesmo não se poderia oferecer uma norma geral.

Ao lecionar sobre a questão, refere-se, pois, ao que era "comum costume", evidenciando a impossibilidade de oferecer um modelo que fosse geral. O exemplo que apresenta detalha uma operação de compra.

Evidencia que a preocupação é "narrar o fato", porém, da forma mais completa possível, bem identificando a tudo.

Aconselha o frei que as referências deveriam ser precisas sobre as mercadorias, fornecedores, pesos, valores, condições do negócio, etc.

Enfaticamente, afirma que no Borrador nenhum detalhe pode ser omitido e afirma que "a clareza nunca é demais para o comerciante". Logicamente, o que recomendava era a segurança de informações, de modo que os lançamentos pudessem ser os mais completos possíveis.

A prolixidade dos históricos, hoje abandonada em grande parte, na época do "Tratado" parecia ser predominante, recomendável como conveniente.

Não se poupavam palavras, nem minúcias, procurando levar-se para os livros todos os informes alcançáveis.

6.10. CAPÍTULO IX – COMPRAS DE MERCADORIAS E SUAS MODALIDADES

Expõe o capítulo as nove modalidades de aquisição de mercadorias, ou seja, as variações e as combinações entre as "Formas de pagamento": a dinheiro, por cheque, a prazo ou em troca.

O "Tratado" combina tais componentes, ou seja, por exemplo:

compra só a dinheiro, compra parte a dinheiro e parte a prazo, compra parte em troca, parte a dinheiro, etc., de modo a oferecer nove situações diferentes, embora que derivadas.

Volta o “Tratado” a insistir sobre a plena clareza na descrição da venda, em todos os seus detalhes, quando registrada no Memorial ou Borrador.

Exemplifica tais detalhes e, novamente, aí se vê a citação do lugar onde Paciolo nasceu, ou seja, Borgo Sansepolcro, mais uma vez denotando que a hipótese do “plágio” (que contra ele se levantou) carece de fundamento (seus opositores afirmaram que ele não era o autor e, sim, havia inserido um manual de partidas dobradas em sua “Summa”); o frei, ao citar exemplos, lembra-se de sua cidadezinha natal e ainda diz: “nosso pequeno mercado”, ao referir-seà localidade: “Borgo Sansepolcro, nostro mercatello ....”.

Insiste, nesse capítulo, que o registro no Borrador é apenas uma preparação para aquele do Diário e que este deveria ser realizado alguns dias depois, ou seja, o mais brevemente possível.

Desvincula, portanto, o registro do Diário e mostra que o mesmo deve ser feito posteriormente, com maior solenidade, mas que o detalhamento da operação se realiza, em rascunho.

Leciona, finalmente, que da mesma forma, das nove formas que se compra, também pelas nove se pode vender.

Apela para o talento do leitor, afirmando que os detalhes oferecidos na obra a respeito das “compras” já eram suficientes para sugerirem como proceder no caso das “vendas”.

6.11. CAPÍTULO X – O LIVRO DIÁRIO

O uso do Diário, sabemos, é milenar e a intuição para ele já se havia formalizado há mais de 6.000 anos entre os sumérios, consolidando-se entre os babilonos.

Na alta Idade Média, quando do aparecimento e difusão das Partidas Dobradas, sofisticaram-se as Normas e os detalhes.

Quando, no fim do século XV, Paciolo descreveu os procedimentos do livro Diário, algumas tradições no uso já estavam arraigadas quanto às formalidades intrínsecas e extrínsecas do mesmo.

Inicia, portanto, o frei, por falar que na capa do livro Borrador deve existir o mesmo sinal de identificação que no Diário se põe, para evidenciar que este deriva-se daquele, ou seja, se a capa do Borrador tem uma Cruz, a do Diário também deverá possuí-la; se o Borrador tem na capa um A, o Diário, também, deve ter o A.

Adverte que no início de cada folha deve-se colocar o "ano" (dito por Paciolo "millesimo") e o "dia", devendo começar pelo Inventário completo, como partida inicial, de abertura.

Evidencia que o Diário é um livro "privativo" do comerciante ("secreto", diz o texto) e que nele pode evidenciar detalhes que no Borrador não existam (porque este pode ser de alcance geral).

A privacidade absoluta do Diário era algo respeitável, mesmo porque o sistema fiscal em Veneza concentrava-se mais nos tributos sobre o sal e propriedades que mesmo sobre o lucro das transações, gravando mais o consumo e que os resultados, o que liberava o fisco de exame da escrita e a tornava indevassável, praticamente (Tommaso Fanfani – "Note sul partito del sale a Venezia tra XVI e XVIII secolo; aspetti di evasione fiscale .... in Il sistema Fiscale Veneto, problemi- aspetti, XV - XVIII secolo", edição da Universidade de Pádua, Verona, 1982).

Adverte sobre a necessidade do detalhamento e da estreita ligação entre os documentos do arquivo e os registros do Diário. Evidencia que de rara importância era a comprovação ligada ao registro, devendo-se organizar as coisas de modo a permitir uma fácil localização.

A importância da "arte de escriturar" é ressaltada por Paciolo quando adverte que os lançamentos no Diário devem ter uma forma de maior elegância ou nobreza ("Ma le partite del ditto Giornale si convengono formare e dittare per altro modo piu leggiadro, nom superfluo, neanche troppo diminuto ....").

Com isso desejou dar ênfase à solenidade do livro contábil que deveria servir de prova quando esta fosse solicitada.

6.12. CAPÍTULO XI – OS PREFIXOS "POR" E "A", COMO IDENTIFICADORES DAS CONTAS DEVEDORAS E CREDORAS

A identificação de POR para o débito e do A para o crédito, o frei apresenta como um uso de Veneza, constantemente utilizado para "distinguir" a situação da conta.

Em verdade, tal distinção, há mais de 5 mil anos, já era adotada pelo sistema contábil da Suméria, com as expresses "MU" e "BAL", para significar "tem dado" e "tem a haver", e também "E" e "BAL" que se encontra nos registros dos templos religiosos daquela longínqua civilização.

O Diário, pelo que se conhece das provas arqueológicas das expedições de Sarzec (de 1893 a 1900), referem-se às dinastias que sucederam à de Fara, na Suméria, há mais de 5 mil anos, época em que também já se fazia uma escrita de custos.

Na própria Itália, as expressões "PER" e "A" podem ser encontradas em Diários do início dos anos 300, como, por exemplo, naquele de Giotto dé Peruzzi de 1308 a 1336 (na Toscana, região de nascimento de Paciolo), fora de Veneza e feitas há mais de um século e meio antes da obra do frei.

Que Veneza, todavia, utilizasse tal critério não há dúvida e existem provas documentais, mas não foi lá que o critério nasceu e nem onde se tornou exclusivo.

A ordem de colocar-se antes o devedor e depois o credor, identificando-se aquele por PER ou POR e este por A é, todavia, lecionada no "Tratado" como "obrigatória". Entre tais prefixos de identificação o frei afirma que se deve separar as contas por duas vírgulas.

Os tempos, entretanto, alteraram os hábitos; as duas vírgulas se substituíram por duas barras verticais e paralelas, e, depois, desapareceram; o PER ou POR, também foi abandonado, só ficando o A, para o crédito.

Atualmente, na quase totalidade dos casos, com os sistemas da Informática, nem mesmo o A se utiliza mais.

6.13 CAPÍTULO XII – LANÇAMENTOS NO DIÁRIO E NO RAZÃO RELATIVOS A CAIXA E CAPITAL

A conexão dos registros, para que surja a conta de capital é a preocupação inicial expositiva do Capítulo XII do "Tratado".

Para fins didáticos, o "dinheiro", expresso por "Caixa", passa a ser o primeiro devedor, tornando-se credora, então, a conta de "Capital".

A conta de Capital, segundo Melis, já se movimentava de há muito, sob a denominação "Corpo de Companhia", com a concepção de uma "dívida da empresa" para com os seus sócios (que eram considerados, pois, credores), abrindo-se para cada um uma conta, possivelmente desde os fins do século XIII, mas, comprovadamente expresso na escrita dos Peruzzi, de Florença, pelo seu livro próprio, em 1335-1343 (Federigo Melis - Storia della Ragioneria, pág. 405, edição Zuffi - Bolonha, 1950).

A partir do Inventário, pelo dinheiro encontrado, sugere o "Tratado" a abertura das contas: de "Caixa", como devedora, para expressar o numerário e a de "Capital", credora, como conta-partida, para expressar, "o que o sócio entregou", ou como se denomina, no escrito do frei, creditando-se pela formação do "Corpo de Faculdade Presente" ou "Teu Monte" ou "acervo patrimonial".

O Capital, adverte, é "sempre credor", e a caixa "sempre devedora", confirmando a concepção de que tais contas surgem para possuir "sempre" saldos de tais naturezas.

O "Caixa" jamais poderá deixar de ser devedor e se aparecer credor é porque há erro no Razão, leciona, decididamente.

A seguir, surgem os exemplos dos lançamentos, vertendo à conta de Capital todos os itens do Inventário, ou seja, oferecendo a idéia de que tudo o que se dispõe é o que forma o "corpo da companhia".

Curioso é que ao falar de "avaliação", Paciolo apresenta um princípio que hoje é um oposto ao consagrado, denominado de "Prudência".

Sugere a avaliação pelo "maior preço" e não pelo "menor".

O sistema fiscal de Veneza, não alcançando tais fatos, permitia tal ocorrência sem danos, mas, atualmente, a prática seria gravosa, ilegal e contraria aos preceitos hoje estratificados nos Planos Gerais de Contas de diversos países, tão como às normas de diversas entidades contábeis.

Sugere, ainda, como medida de simplificação, em vez de repetir

títulos de contas de pessoas, quando vários registros são iguais e imediatamente sucessivos, registrar-se apenas “ao dito” ou “ao referido”; adverte, todavia, que tal prática só é válida quando outro lançamento não se interpõe.

Quanto às mercadorias, sugerindo, como foi dito, a avaliação a “preço de mercado” ou “preço corrente” ou “ao curso” (como se expressa para designar valor usual de venda) adverte que tudo deve avaliar-se com base em “ima só moeda”, ou seja, com homogeneidade monetária (porque muitas eram as que circulavam em Veneza, dada a sua atuação no mercado italiano e estrangeiro).

Ao passar os lançamentos do Diário para o Razão, recomenda assinalar ou evidenciar número de páginas, mostrando a preocupação que as transcrições motivavam e a necessidade de conferi-las atentamente (preocupação que até hoje se conserva, mesmo diante das listagens dos computadores).

Os mínimos detalhes da mecânica dos registros e das pertinentes transcrições o frei os oferece, evidenciando o imenso zelo que advertiu como necessário para que houvesse proteção contra os erros.
O lembrete é no sentido básico da “segurança” nos registros.

6.14. CAPÍTULO XIII – O RAZÃO E SEU ÍNDICE

O livro “Razão Geral” criava, na época de Paciolo (tudo feito por processo manual), dificuldade em localizar as contas, compelindo, pois, ao uso de um “Índice” ou “Indicador” (trovarello).

Paciolo destacou bem que enquanto no Diário a dificuldade não existe, por sua natureza de absoluta seqüência cronológica, o mesmo já não ocorre com o Razão, onde uma mesma conta pode ser repassada a várias páginas.

É verdade que a forma antiga de escriturar livros foi caindo em desuso, passando a ser substituída por folhas soltas, fichas, listagens e arquivos magnéticos ao sabor de programações de computadores.
No tempo de Paciolo, todavia, para que bem se possa compreender sobre o que ocorria, é preciso imaginar que só livros manuscritos se utilizavam e que tudo tinha que se subordinar às limitações destes.

Portanto, “duas folhas”, sempre uma para o DEVE e outra para o HAVER, existiam no livro Razão.

Ainda sobre as referidas observações, mais uma vez se prova a autoria e não o plágio do “Tratado”, pois o frei, ao referir-se ao índice, cita os nomes que o livro de identificação possuía em Veneza (Alfabeto, Repertório, Trovarello) e também o usado em Florença, principal cidade de sua região (onde o livro era conhecido sob a denominação “Stratto”).

O Razão, como livro de “Devedores” e “Credores”, por ser de um processo que exige “igualdade” (a partida dobrada é uma equação fínita), demanda, também, “saldos coincidentes” nos totais de débito e de crédito e isto o “Tratado” muitas vezes sugere.

A “ordem” da abertura das folhas é iniciada pelo Caixa, argumentando Paciolo que como tal conta é a primeira no Diário também deve sê-lo no Razão.

Isto sugere o entendimento de que os registros seguem a disciplina do Diário e não a uma outra ordem, fazendo pressupor a ausência de um Plano de Contas (que em nenhuma parte do “Tratado” está referido).

O expressivo movimento de Caixa, como básico nas empresas, é motivo de advertência por parte do frei e este sugere que se deve reservar toda a página do Razão para tal conta e também que se poderia aproveitar as folhas com mais uma conta, dividindo-a, no caso de movimentos menores.

Embora tais detalhes sejam de natureza eminentemente formal, deixam claro não só o pleno conhecimento de uma prática, como a preocupação com as minúcias na execução.

6.15. CAPÍTULO XIV – A TRANSCRIÇÃO DAS PARTIDAS DO DIÁRIO PARA O RAZÃO

O Capítulo incia-se com a advertência de um princípio, ou seja, o de que todas as partidas que se acham no Diário devem ser transcritas no Razão e que nestes livros as partidas são em Débito e Crédito.

A seguir, um outro flui: o devedor posta-se à esquerda e o credor à direita.

Logo após, um terceiro dimana: na partida devedora deve-se identificar a credora e na credora aquela devedora.

Afirma, como complemento, que o Balancete (Balanço do Livro, como diz o "Tratado") decorre do fato de todo crédito corresponder a um débito e vice-versa e que aquele se extrai pelos "saldos" das contas.

Em sua simplicidade expositiva, o frei objetiva, com rara segurança, a maneira de escriturar a transcrição nos livros e que diferenças existem entre Diário e Razão.

Com detalhes, sugere como sinalizar a transposição e que cuidados devem ser seguidos para que omissões não venham a ocorrer.

Finaliza com um outro princípio, afirmando que no mesmo dia em que nasce o devedor, deve nascer o credor, ou seja, enuncia a tempestividade do débito e do crédito no Razão.

Adverte, ainda, que ao se registrar, na mesma hora, é preciso que não se interponha nenhuma outra partida, para que se respeite o rigor da ordem dos lançamentos.

6.16. CAPÍTULO XV – LANÇAMENTOS DE CAIXA E CAPITAL NO RAZÃO E AS PARTIDAS MENORES

A advertência básica inicial é a de que o Razão difere do Diário quanto à cronologia, ou seja, enquanto a data que encima cada folha do Diário tem registros relativos ao dia indicado, no Razão, diversas são as datas em uma mesma folha; por isto, recomenda iniciar os registros do Razão apenas com a menção do ano, em algarismos romanos, seguindo-se, depois, as diversas datas.

O arraigado uso dos algarismos romanos ainda não se havia eliminado, mas já estava em grande desuso; a parte influente do clero impunha sua vontade, preso à tradição, mas, em verdade, desde a obra de Leonardo Fibonacci, em 1202, sugeria-se que na escrita contábil se adotassem os números "arábicos" (cuja origem verdadeira é da Índia, mas que teve nos árabes os grandes difusores, daí gerando a denominação).

Paciolo, fiel ao seu vínculo clerical, recomendou os algarismos romanos, e referia-se "ao ano de acordo com o ábaco antigo" exemplificando: MCCCCLXXXXIII.

No século XIV, muitas são as provas de registros, ainda, em "algarismos romanos"; no século XVI, todavia, raros já eram os documentos

que adotavam a forma antiga; gênios como Ariosto, Cellini, Michelangelo, nos recibos que fizeram e que hoje ainda estão em vários museus, só adotavam os números arábicos (British Museum, de Londres, Biblioteca Rícardiana, de Florença).

Desde os séculos X e XI, o francês Gerberto, papa sob o nome Silvestre II, tinha tentado introduzir a modificação numérica, mas sem sucesso (999 a 1003); a grande influência transformadora encontrou um relevante apoio, contudo, na obra de Fibonacci (1202), matemático, revisor de contas e livros, na comuna de Pisa.

A "passagem" do uso dos algarismo "romanos" para os "arábicos" deu-se, primeiro, utilizando-se "ambos" (os arábicos no histórico e os romanos nas colunas) e, depois, abandonando-se completamente os "romanos" (o que se acelerou na segunda metade do século XV).

A seguir, o frei leciona ser desnecessário o histórico extenso no Razão; o Diário já desempenhava, na época, o papel básico dos detalhes e isto sugeria que no Razão se evitasse ser repetitivo, bastando mencionar-se a "contrapartida".

O caráter "sucinto" do Razão e "detalhado" do Diário é lembrado no "Tratado", sugerindo uma distinção quanto à extensão das descrições dos fatos, ressalvando apenas o caso de relações com terceiros, quando aconselha que para este caso a clareza exige a extensão, em função da necessidade de uma prestação de contas de maior limpidez, especialmente quanto à emissão de extratos.

Era comum, na época, manter-se "conta autônoma" para pessoas, como "principal" e não como "subconta" de Clientes, Fornecedores, Bancos, etc., costume que se estendeu por muito tempo e chegou até a metade do século XX.

Como o frei é bastante repetitivo em seu "Tratado", volta a fazer todas as advertências quanto aos controles de lançamentos já feitos e também aos registros no índice Alfabético ou Indicador.

Ressalta a importância do destaque e da referência das transcrições nas páginas, para os casos de ter-se que refazer um livro que se tivesse perdido ou estragado.

Ou seja, lembra a utilidade em se saber qual a página em que o lançamento transcrito teve origem, pois, em caso de extravio de livro, torna-se possível uma recomposição total.

Ainda nesse capítulo, e uma vez mais, percebe-se a autenticidade da obra, contrariando a tese do plágio, quando Paciolo, ao referir-se às palavras de Veneza, afirma que: “nós, em Toscana” (o frei nasceu nesta região da Itália), colocamos tal letra em vez daquela (variações de palavras em G e Z).

Os detalhes dos registros podem não ser os didáticos desejáveis, mas são suficientes para distinguir o tratamento diferenciado que nos livros ocorre.

A preocupação com o rigor percebe-se quando o frei coloca o “valor” nas partidas; para um valor “não-fracionado”, por exemplo, de 40 liras exatas, evidencia: L.40, s.O, g.O, p.O, em vez, de, apenas, L.40.

As frações do dinheiro, mesmo inexistentes, são referidas e então zeradas.

6.17. CAPÍTULO XVI – INVENTÁRIO DE MERCADORIAS E O RAZÃO

Cada mercadoria precisaria ter a sua própria conta no Razão, segundo destaca o capítulo. Observa, todavia, que o inventário não é transcrito para o Razão a partir do Diário, pois neste o frei entende dispensável repetir o relacionado, mas faz ressalva ao caso das mercadorias.

Leciona que as mercadorias no Diário se registram em todos os seus pormenores, tais como: descrição, quantidade, peso, medida, valor e adverte que aí devem ser descritas “tal como são vendidas”.

O princípio de identidade entre inventário, compra e venda, para fins de controle evidencia bem o rigor que se atribuía às mercadorias, como coisas deveras importantes, exigindo todas as minudências às mesmas pertinentes.

Tal particularidade, todavia, sugere o frei que seja a “costumeira” e não uma diferente, sendo a mesma que era a usada no local para onde convergiam os comerciantes (perto da ponte do Rialto, uma das mais famosas de Veneza).

Quando, todavia, se tratasse de mercadoria importada, entendia o frei que deveria conservar a sua denominação do país de origem (logo, não a de Veneza).

Novamente, nesse capítulo, volta Paciolo a falar de sua região de nascimento, referindo-se à “nossa Toscana”, outra vez mais derrotando

a hipótese de plágio (faz a referência em relação as diversas formas de denominar, medir e avaliar mercadorias).

Como um paradigma para os demais registros (sobre os quais volta a repetir como devem ser feitos), ele toma o “gengibre” (mercadoria que pelas referências parece ser a que com qualidade se negociava).

6.18. CAPÍTULO XVII – CONTAS COM AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E AS DE EMPRÉSTIMOS

O capítulo refere-se a relações de empréstimos e as entidades públicas que lidavam com o comércio. A advertência inicial é de que não se deve confiar nas contas mantidas com tais instituições, necessário sendo redobrado esforço para controlá-las, exigindo sempre comprovantes.

A expressão “uffici pubblici” com a qual Paciolo classifica a relação de terceiros e “Câmera degl’imprestiti in Venezia” tem sido entendida pelos estudiosos do trabalho como “Bancos” (estas) e “Repartições que lidam com o público” (aquelas), mas, em verdade, pode também se ampliar a relativa a repartição de “fé pública” que cuida de mercadorias (Messeteria) como uma “corretora” (e também consignatária e agenciadora) de compras e vendas, tipo de uma Bolsa de Mercadorias (não exatamente como a dos dias de hoje), embora existam autores que as entendam como “Coletorias” de tributos (o que não me parece correto).

Os cuidados relevantes, objeto de advertência do “Tratado”, fundamentam-se na precisão que com que cada um deve manter seus registros, sem achar que a de terceiros seja melhor só porque possui “fé pública”, pois enquanto o comerciante leva sua contabilidade sob seus olhos e com as mesmas pessoas, nas outras repartições a autoridade se pulveriza e os funcionários mudam.

Essa situação que preocupava Paciolo ainda prevalece em nossos dias, apesar de todas as conquistas da tecnologia de computação. O zelo que o frei evoca abarca o setor privado e o público, tanto nas áreas financeira e comercial, quanto nas de natureza impositiva ou de encargos fiscais.

As contas, especialmente, quanto mais extensas e mais complexas, requerem, sem dúvida, maior cuidado (como o capítulo adverte); como os

livros são bases para a formação de provas, necessário se faz a exatidão, pois falhas resultam em problemas, adeverte o “Tratado”.

A força probante, ainda hoje sustentada pela lei e pelos tribunais (para ilidir os livros é preciso prova maior que a deles), na época renascentista era levada a sério e os erros originavam punições.

Retornando ao conceito de “Messeteria”, evocado no Capítulo, entendo-a, repito, como uma similar de Bolsa de Mercadorias, na qual corretores agem, e é isto que se percebe das expressões de Paciolo quando se refere ao livro do “Sensaro” (hoje, em italiano atual, a expressão nem existe, mas, sim, “sensale” que significa corretor, intermediário, medianeiro), esclarecendo: ao “sensoro che vi s’interpone”, ou seja, ao corretor que se interpõe no negócio.

Elucida o frei que a “Messeteria” tem um livro e cada corretor tem também o dele, devendo o comerciante estar atento a isto; explica que os negócios abrangem tanto os de “terra” (na praça de Veneza) quanto os que provêm do exterior, dando uma idéia da “abrangência”.

A advertência é de que os corretores podem e tendem a errar em favor deles (pesando a mão na pena, como expressa o texto original).

Sobre a “Messeteria” (palavra não mais usada no italiano atual) é preciso, para bem entender a questão, imaginar que os investimentos em mercadorias em Veneza eram diversificados e elas provinham de muitas partes, para serem novamente exportados a outras, com a intermediação distribuidora daquela potência marítima; assim, por exemplo, o açúcar de Palermo era exportado para Londres; é o próprio Paciolo que nos dá exemplo de lançamento, onde o comerciante compra tanto de açúcar, tendo como intermediário uma tal pessoa (Capítulo 18, onde se lê no histórico: “comprei do Sr. João Antônio de Messina, açúcares palermitanos .... sendo intermediário o Sr. João de Gagliardi ....”).

Por sua vez, a venda que se fazia em Londres era reinvestida em lã da França, chegando, todavia, transformada em fios para ser colocada na Itália.

A velocidade comercial, a quantidade de mercadorias, a variedade de praças ou mercados, exigia, sem dúvida, o “apoio” da intermediação e uma “organização onde agiam os intermediários”, com fé pública e controle, em dimensões expressivas, considerada a peculiaridade mercantil de Veneza.

A intervenção do Estado na vida empresarial era notória em Veneza, exercida com o maior vigor (em Florença já isto ocorria com famílias e em Gênova na base de autônomos), sendo, pois, natural a ação nos “Bancos” (Banchi di Scritta, basicamente, no Rialto) e nas Intermediações e viagens Comerciais e logicamente nas “Corretoras de Mercadorias”.

Que os Corretores se reuniam em uma organização, que se remuneravam, que tal organização tinha fé pública e controle sobre os negócios, não há qualquer dúvida diante do que consta, como exemplos, na obra de Paciolo; o que não nos parece claro, nem inequívoco, é que tais instituições tivessem subordinação hierárquica direta ao sistema tributário, ou seja, fossem repartições da República (isto não está expresso na obra do frei e nem ele faz referências claras a respeito, tão como não o fazem importantes historiadores como Pietro Bonfanti, em sua Storia del Commércio, Federigo Melis, em sua Storia della Ragioneria, etc.).

Os corretores, todavia, não só eram obrigados a manter registros contábeis, como eram fiscalizados pelo Poder Público e se comprovada fosse a sonegação de dados eram severamente punidos, como informa Paciolo.

6.19. CAPÍTULO XVIII – COMPRAS, BANCOS E CORRETORES

O capítulo inicia-se com referência aos “escritórios” da aludida “Messeteria” ou organizações de agentes de comércio, e faz conexão com a “Câmara de Empréstimos” dando a entender que a mesma geria, financeiramente, as intermediações, separando-as por “locais” nos quais os intermediários se situavam, ou seja, pelos bairros de Veneza (que dada a sua configuração geográfica de muitas ilhas, possuía pontos distintos de comercialização).

Entende-se, perfeitamente, que: a) era usual a compra e a venda de mercadorias por meio de intermediários; b) que tais intermediários se remuneravam em 2,3, ou 4%; c) que o Escritório da Câmara de Corretores controlava a compra e que pela comissão dever-se-ia creditá-la e que esta retinha a comissão e o seu precentual; d) que tal Câmara era oficial.

Esta é a estrutura que o Capítulo XVIII denuncia.

Toda essa complexidade é exemplificada em lançamentos contábeis

no “Tratado”, advertindo que nos “confrontos” de contas a exatidão se fazia necessária.

Como os registros dos corretores tinham “fé pública”, como se tabeliões fossem, por força de lei, as causas, em juízo, baseavam-se em suas declarações Paciolo alertava, então, que para contrariar tais provas necessária se fazia uma redobrada atenção, lastreada em escrita precisa.

E advertiu que quando se compra uma mercadoria é preciso calcular o custo da corretora, retendo metade, porque a corretora taxa quem compra, por direito seu, garantido em lei.

O que evidencia o texto é a ação “compulsória” de pagar-se na compra à “Messeteria” ou “Corretora Oficial”, rateando o custo pelas partes, mas cobrando do comprador.

Os lucros defluentes das transações limitavam-se aos valores que haviam gerado as taxas pagas à corretora e se o comerciante desejasse mais, nova taxa deveria pagar, assemelhando-se a um ônus sobre o valor de negócio.

O “Escritório” da Corretora Oficial, ao que tudo indica, tinha esse duplo aspecto: de agenciamento e de controle de taxação, embora tal entendimento tenha dividido a opinião de historiadores, pois Fanfani admite que a referida entidade tenha sido coletora de tributos, enquanto Jager a aceita como “Câmara de Corretores” ou “Corretora” apenas (Ernest Ludwig Jager foi o tradutor de Paciolo, em 1876, livro editado em Stutgart sob o título “Paccioli und Simon Stevin nebst linigen jüngeren Schirifstellern über Buchaltung”), e assim também o entende o emérito historiador da Contabilidade Prof. Dr. Esteban Hernández Esteve (obra identificada na Bibliografia deste livro).

Em meu modo de ver, a Câmara poderia somar as duas forças, comercial e tributária porque não haveria razão para que Paciolo afirmasse no Capítulo XVII que os acertos com fiscais aduaneiros motivassem contas com a referida, tão como a corretores.

Parece que a dupla função é a que talvez melhor se adapte ao caso, pelo que se pode perceber pelo texto do “Tratado”. As taxas, todavia, pareciam ocorrer só quando o comerciante apelasse para a Câmara, pois, nesse Capítulo XVIII, a expressão do frei é “quando tu comprares alguma mercadoria por intermédio de corretores” ....

O jogo de contas de tais operações segundo o “Tratado” deve gerar:

a) O débito de mercadorias, pelo valor de aquisição deduzido da taxa da Câmara de Corretores.

b) O crédito ao fornecedor, pelo líquido da aquisição.

c) O débito de mercadorias pela taxa da Câmara.

d) O Crédito da Câmara pela taxa de corretagem.

e) O débito do fornecedor pela parte paga à vista.

f) O crédito de Caixa pelo valor dispendido na compra.

Esse é o curso dos registros exemplificados para o Diário, no qual o custo da mercadoria é a soma do que se deve ao Fornecedor e à “Câmara de Corretores”.

Os exemplos seguintes do “Tratado” os oferece em relação às liquidações, quer ao fornecedor quer à câmara e assim completa o ciclo.

6.20. CAPÍTULO XIX – PAGAMENTOS A BANCOS

Adverte o frei, neste curto Capítulo XIX, sobre modalidades de pagamentos, sugerindo cautelas nos registros, repetindo as recomendações precedentes e acenando com o “caso oposto”, ou seja, o das “vendas”, já que as “compras” tinham sido descritas e oferecido vários exemplos.

6.21. CAPITULO XX – PERMUTAS E PARTICIPAÇÕES

Trocas de mercadorias e participações em negócios são apresentados no Capítulo XX como fatos “especiais”, neles incluídas viagens que representantes fazem em nome da empresa, viagens próprias, despesas financeiras e mudanças de valores em bens que compõe o patrimônio.

Enfoca, todavia, como destaque inicial, a permuta, objetivando as dificuldades naturais de avaliação, mas sugerindo a forma de proceder.

Importante é a referência que faz sobre a possibilidade de manter-se contas especiais para fatos especiais, de modo a destacá-los dos normais ou comuns.

Paciolo lembra que pequenas diferenças são irrelevantes e que o excesso de detalhes termina por não compensar.

6.22. CAPÍTULO XXI – SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO

Enfoca o Capítulo XX o caso típico de "sociedade em conta de participação", ou seja, da ligação transitória em negócios ou de interesses que a terceiros se oferece sobre vendas.

Embora tal transação seja comum até em nossa época e a lei até a considere de forma específica, na época de Paciolo, muito mais se justificava, considerados os muitos problemas de riscos, taxações pesadas e diferenciadas de local para local, etc.

O capítulo apresenta exemplos de entrega de dinheiro e de mercadorias para formar um capital transitório onde bens e sócio deveriam ter contas especiais, ditas "da sociedade".

Mostra o capítulo ser necessário o destaque, tanto ao iniciar quanto ao encerrar a sociedade, criando-se contas particulares. Essas associações eram formas de defesa, muitas vezes mais até que de apenas lucratividade, razão pela qual proliferaram.

6.23. CAPÍTULO XXII – DESPESAS DOMÉSTICAS E COMERCIAIS

Tal capítulo busca estabelecer uma divisão de gastos por naturezas, em razão da apuração de resultados. Despesas Mercantis e Despesas Domésticas Ordinárias são, dentre as contas sugeridas, duas que hoje nos causariam espécie, em razão da convenção que se estabeleceu de separar a pessoa "natural" ou "física", daquela "jurídica"; embora, na prática, tudo fosse uma só coisa, as exigências do capitalismo, em seu despertar no fim da alta Idade Média, foram as que, possivelmente, ensejaram a divisão contábil entre os gastos do negócio e os "da casa", embora um expressivo número de lojas funcionasse como dependência da própria residência do comerciante.

Os princípios da vida Veneziana eram nitidamente comerciais, desde o século IX, habituados que estavam os habitantes a pagar sua sobrevivência com o “sal” e o “pescado”, conquistando a expansão sempre na base das “compras” e “vendas”, dominando o mar Adriático (fim do século X), mantendo importantes relações com Bizâncio (centro de poder, luxo e cultura na alta Idade Média) e conquistando a ilha de Creta (em 960), importante ponto estratégico para a captação dos negócios no Oriente Médio e norte da África (notadamente, Egito).

Não foi sem razão, pois, que seguindo a orientação técnica e aquela da tradição de Veneza, tão como a da característica da época (fortalecimento das companhias) que se apelou para a distinção da “natureza dos gastos”, embora, se continuasse a praticar uma só escrita para o comerciante.

Paciolo justifica afirmando que as classificações visavam destacar “o que se põe ou lança no negócio”.

Alguns estudiosos da matéria, todavia, entenderam “Despesas da Casa” como “gastos administrativos”, fato sobre o qual não possuo convicção para partilhar da mesma opinião, porque Paciolo as define como o gasto de “bens de consumo” e “serviços de utilização”.

Faz, ainda, o capítulo, menção às “despesas extraordinárias”.

O importante, todavia, é que ao definir a função da “despesa mercantil”, Paciolo refere-se à mesma como aquela que atinge no “custo das mercadorias” como: fretes, carretos, barqueiros, aferidores de cargas, etc., e também salários de gerentes, balconistas e auxiliares.

A verdade é que como a obra não apresenta um Plano de Contas nem um elenco organizado delas sequer (coisas que só despontariam nas obras do século seguinte, com Ângelo Pietra), ficou limitada a, pragmaticamente, definir algumas funções das contas.

O “Tratado” caracteriza as despesas mercantis ou comerciais como “gastos do negócio” para possibilitar comprar e vender, tão como, até, para gerir as lojas.

Observação importante, todavia, é a que determina o abandono do excesso de minúcias, afirmando que certas coisas não se convém detalhar demais, por serem irrelevantes.

Outra observação do frei, também, tecnicamente respeitável, é a de que “toda despesa” é conta de “saldo devedor”, este que só no fim do ano se deve encerrar na conta de Lucros e Perdas.

A conta do resultado do exercício, segundo se depreende pela leitura do "Tratado", tinha várias denominações: "Pró e Dano", "Avanços e Regressos", "Lucros e Perdas"; Paciolo alegou, todavia, "Pouco importar o título selecionado", desde que seja uma conta de apuração que vise evidenciar o que o negócio produziu ou rendeu.

Quando o "Tratado" volta a referir-se às "Despesas Comuns Domésticas", destaca que elas são as feitas com farinha, vinhos, lenha, azeite, sal, carne, sapatos, etc., o que derrota a tese de que fosse objetivo atribuí-las à "administração", mas, sim, as da "casa ou residência" do comerciante.

Também, em tais gastos, sugere o capítulo que se debite os utensílios de menor valor como os de cozinha, copos, etc., só destacando em conta separada o que deveras tenha durabilidade (até hoje esta prática continua sendo seguida).

Sugere, todavia, que despesas usuais e maiores devem ter contas em separado ou analisadas, se desejável for conhecer o que se gasta com cada coisa e desde que estas sejam relevantes, voltando a insistir que é desaconselhável a análise para gastos menores ou inexpressivos.

Curiosa é a medida de ordem prática sugerida para as despesas miúdas; Paciolo recomenda que em uma pequena bolsa se coloque uma determinada importância e pelo que dela se tirar em cada dia, pelo global se deve realizar o registro.

Sem dúvida, o princípio é o do "Pequeno Caixa" ou "Fundo de Caixa", até hoje utilizado, mesmo em grandes empresas, nas quais tudo se paga por cheques e só as despesas miúdas se extraem de um pequeno saldo em dinheiro.

Quanto às despesas "extraordinárias", Paciolo entende que possam ser consideradas como "Da Casa" as relativas a diversões (jogos de azar, inclusive), perdas, doações, presentes, roubos, etc., mas registradas "à parte", sempre que assim for desejável.

A obra sugere liberdade plena quanto ao manejo de contas, ou seja, coloca a escrita mais ao sabor "subjetivo" que mesmo "normativo".

O caráter "fechado das escritas", no qual o sigilo tinha o respeito que hoje a sociedade e o Estado não mais consentem, justifica o "subjetivismo"; as normas foram frutos da evolução de uma ética questionável, da intervenção dos poderes econômicos e do Estado nas

atividades particulares, mais que resultado do interesse individual (estes cada vez mais contrariado nos tempos atuais).

6.24. CAPÍTULO XXIII – NEGÓCIOS DE GESTÃO INDIRETA E AS CONTAS ADEQUADAS

Trata o capítulo dos negócios que o comerciante confia a terceiros como o caso, por exemplo, de filiais, consignações, etc. Paciolo, usando de aforismo, leciona que aquele que negocia sem conhecer como vai o seu negócio vê a riqueza voar de suas mãos como se moscas fossem, ou seja, perde o que investe; o frei evoca o ditado para sugerir que por meio da escrita contábil tudo se controle, sendo esta a forma correta de poder dominar as transações ocorridas.

Considera, também, o preposto como se fosse uma "pessoa devedora" pela loja ou pela mercadoria que fora da sede posa a terceiros confiar-se a gestão.

O princípio de "debitar" a uma filial os bens a ela enviados e "creditar" tudo o que dela se recebe, tão singelamente enunciado no capítulo é, até hoje, seguido.

O frei "Personaliza"as contas e as admite como "Fantasias" ou "Pessoas Virtuais" às quais são "confiadas coisas" e delas "recebidas", também, "coisas" e "proventos".

A imaginação personalista daquela época afastou a hipótese de uma consciência da Partida Dobrada em base fenomenológica, de causas e efeitos do patrimônio, fortalecendo a tese de que o processo nasceu como uma "extensão" às "coisas" do tratamento que se dava ao controle com as "pessoas" (pelo menos na concepção do local onde se admite tenha surgido tal critério de registro).

A expressão de Paciolo: "saiba que as contas nada mais são que uma imaginação que cria o comerciante, através das quais, uniformemente mantidos, tudo informam sobre o que ocorreu" coloca o assunto dentro de razões primitivas, dando uma ordem de raciocínio que nos faz sentir a intuição que guiou a condução da escrita (se a mente matemática do frei, eivada de lógica, assim enunciou, não podemos duvidar de sua interpretação).

Por outro lado, todavia, sabendo da vocação didática do autor (que dedicou quase toda a sua vida a ensinar), é também possível admitir como metodologia de ensino a imagem que criou sobre as contas, como algo "Fantasioso", ou seja, o "vestir-se coisas de um caráter pessoal", como se personalidades tivessem.

Outro destaque relevante do capítulo é o conceito de "governo da riqueza" atado ao de "conhecimento do patrimônio".

As expressões do frei relativas ao negócio: "todas as vezes que com o mesmo ajustar contas verás como ele se comporta, se bem, se mal, e assim saberás o que fazer e como haverás de administrá-lo", são, possivelmente, as de uma apologia à "Contabilidade Gerencial", ou o uso do conhecimento contábil para as decisões administrativas (no meu entender uma das aplicações mais importantes de nossa disciplina, tão pouco explorada ainda sob uma visão deveras científica).

Como um critério opcional de registro (cuja liberdade é apregoada, freqüentemente, em toda a obra), sugere-se utilizar contas "do negócio" ou da "pessoa que toma conta do negócio", ou seja, uma "Conta Corrente" do gestor, como se este recebesse e entregasse valores, tal como se fosse um "empréstimo".

Nesse caso, o "pagamento" dessa dívida virtual seria o resultado do que fosse devolvido. Mesmo assim, como cautela, adverte no capítulo que o uso da conta "pessoal", em tal circunstância, depende sempre da autorização ou vontade do gestor ou responsável, como deve suceder em qualquer outro caso que venha a envolver prepostos, por ser imprescindível tal consentimento.

Pelo que se observa do lecionado, a escrita contábil de uma loja fora da residência do comerciante teria contas autônomas não só para mercadorias, mas como se um negócio à parte fosse (contas do imobilizado, financeiras, etc.); inclusive, um Caixa especial é recomendado para tais lojas ou filiais, com prestações de contas em curto prazo (8 a 10 dias).

Insiste o frei que para negócios à parte existe necessidade de controles especiais, presentes e constantes, devendo-se ter tantos deles quantos necessários, com a manutenção de contas próprias para os casos de gestão "indireta", ou seja, os que resultam em delegações de poderes.

6.25. CAPÍTULO XXIV – MOVIMENTOS BANCÁRIO E DE CÂMBIO

A força da atuação bancária no comércio, acentuada na alta Idade Média, de tal forma consolidou-se que se tornou usual e até imprescindível lidar com tais estabelecimentos, como esclarece Paciolo.

Adverte, todavia, ser do máximo interesse a cautela com as operações e registros de tais estabelecimentos, para que se possa ter uma reconciliação justa de contas, estas que devem ensejar conferências constantes (como até hoje se faz necessário), em razão das inseguranças derivadas da incompetência e desatenção dos funcionários que nos Bancos estão sempre mudando.

Fazendo a apologia das contas de movimento, exemplifica registros a débito e a crédito de estabelecimento bancário (Bancos de Depósitos e de operações de giro), apelando sempre para o máximo detalhe na transcrição de todos os dados contidos nos documentos, com todas as suas cláusulas, de tudo conservando excelente arquivo.

No caso de câmbio (bastante comum em Veneza dada a sua ligação com diversos locais, pelo seu intenso comércio), volta a ressaltar sobre a necessidade de detalhes, clareza, documentação sadia, revisões, quer quando se converte em outro País quer na sede do estabelecimento, advertindo sobre a “má-fé” existente naqueles dias (que ainda hoje se mantém ativa e bem ampliada, como um risco a ameaçar as transações).

Como as questões cambiais têm sempre necessidade de demonstrações e extratos de contas, Paciolo adverte que maiores cautelas ainda se fazem necessárias. Refere-se, com particularidade, aos detalhes exigidos pelos correspondentes e que fazem parte de uma praxe que exige muita precaução na escrituração.

O problema era deveras relevante em razão da variedade de moedas (na própria Itália cada região adotava a sua: ducados, florins, etc.) o que fazia aumentar a necessidade da intervenção dos “agentes de câmbio” e também a do controle sobre estes.

6.26. CAPÍTULO XXV – AS PARTIDAS DE ENTRADAS E SAÍDAS E SEU LIVRO PRÓPRIO

A conta de "Entradas e Saídas", segundo o "Tratado", tinha a função de registrar eventos extraordinários, e também servir a outras finalidades, de acordo com a preferência e o interesse do comerciante.

Por vezes, assumia o título específico apenas de "Despesas Extraordinárias", segundo o frei, mas não exclusivamente.

Lembrou que ela poderia até gerar um livro analítico, se assim fosse o desejado, mas o entendeu dispensável porque a conta poderia ser uma analítica de "Despesas Domésticas", sendo que tanto de uma forma quanto de outra tudo se saldaria em Lucros e Perdas.

6.27. CAPÍTULO XXVI – AS PARTIDAS DE VIAGENS

As viagens, na época de Paciolo, possuíam características bem diferentes daquelas da atualidade, pois destinavam-se a negócios em outras praças, exigiam desgastes maiores de tempo e estavam sujeitas a muitos riscos.

Por isso, a obra sugeriu que o empresário levasse consigo livros, para fazer a "escrita da viagem". O mesmo recomendou em caso do envio de alguém que viesse a viajar por conta do comerciante, ou seja, também este deveria fazer uma "escrita da viagem".

Recomendou a apuração de cada evento, ou seja, a abertura de uma conta de Lucros e Perdas da viagem, como se um exercício autônomo fosse. Todavia, no Razão principal da empresa só o "resultado da viagem" era registrado. Quando a viagem era "encomendada" a terceiros, então, na escrita da empresa, aos prepostos se deveria debitar (como hoje se adota ainda).

O capítulo oferece uma sistemática a ser seguida em tais casos, considerando, como me referi, as condições da época.

Era habitual, então, o comparecer a "Feiras", estas que se transformavam em grandes mercados, em determinadas cidades, com especiais vantagens tributárias.

Tais incursões eram consideradas como se “exercícios” fossem, gerando conta específica de resultados, cada uma aberta para cada caso, com a denominação do lugar noqual a atividade havia sido desempenhada.

As peculiaridades da ocasião eram diferentes daquelas de nossos dias e as viagens assumiam um caráter especial e particular.

Por isto, se abriam contas de Lucros e Perdas para tais participações, dado o seu caráter especifico.

Um “Razão” pequeno ou “Razonete” da viagem era costume elaborar-se, como recomenda Paciolo, gerando apuração e um Balanço do evento.

Pode parecer a nós, hoje, uma cautela sem sentido, mas se imaginarmos que as viagens, quando o “Tratado” se editou, duravam longo tempo, aceitaremos tal forma de proceder, ou seja a de que a atuação nas feiras se transformassem em um verdadeiro “exercício comercial”, capaz de originar Balanços e Demonstrações de Lucros e Perdas.

Um “Capital de Viagem” era constituído para cada uma das saídas e havia a conta de “Lucros e Perdas de Viagem” como se fosse uma verdadeira “empresa”. Existiam: Caixas de Viagem, Clientes de Viagem, Fornecedores de Viagem, etc.

Se era um terceiro que empreendia o evento, o comerciante “creditava-se” pelo capital cedido para a turnê. Para ser didático, o frei elucidava que tal como se faz na escrita da empresa, faz-se na escrita da viagem. Na chegada, as contas se “ajustavam” e se “saldavam”.

É de admitir-se, pois que mais de uma conta de Lucros e Perdas se movimentava, pois, as viagens tinham o tratamento de um verdadeiro “exercício comercial”.

Tal hábito, todavia, era milenar e há cerca de 2.500 anos a.C. já era utilizado na Suméria.

Com o advento das “Cambiais”, as viagens ficaram mais protegidas (evitando o transporte de dinheiro) e Melis admite que no século XIV já eram comuns tais títulos, alegando ter conhecimento de antigas como as de 1384, sacada em Zara, que era domínio de Veneza (pág. 64 da obra “Guida alla mostra internazionale di storia della banca”, edição Monte dei Paschi di Siena, Siena, 1972).

Também, por gerarem operações de crédito, Paciolo evoca “débitos e créditos a pessoas”, no curso das viagens (em 1262 já se usavam as cambiais).

O costume de realizar a escrita de viagens já era tradicional à época do frei; vários registros em Razões de “Feiras Comerciais” foram conservados até os nossos dias, como por exemplo, o da Companhia Fini, relativo à “Feira de Champagne (uma das famosas na Idade Média e que se realizava na região que ainda hoje tem esse nome), de 1297.

Veneza possuía Bancos fortes, com muitas casas, operando em várias praças, facilitando as operações de seus comerciantes (banqueiros como Niccoló Cocco, Antônio Mioratti, Andrea Priulli foram notáveis no século XV, embora nenhum destes tenha sido incluído nos exemplos do “Tratado”), realizando freqüentes transações de câmbio (inevitáveis nas viagens).

No Arquivo do Estado de Veneza grande é a quantidade de letras de câmbio que comprovam as operações dos comerciantes daquela cidade em várias outras praças da Europa.

Os créditos comerciais, para provisão de estoques, muito ajudaram o giro longo que suportavam as mercadorias, em razão das viagens e tais operações já existiam em meados do século XIV; Federigo Melis, em sua obra citada, sobre Bancos, indica uma operação de 1354 justificadas, ficando as alegações de Paciolo sobre as “escritas” das viagens.

6.28. CAPÍTULO XXVII – LUCROS E PERDAS

O critério de registro de Lucros e Perdas do exercício, segundo o “Tratado”, é apenas de “encerramento de contas de resultado”, sem passar pelo Diário, sendo apenas, pois, de Razão; o frei não apresenta argumentos em favor de tal procedimento e também não justifica o porquê de tal procedimento.

Em verdade, não oferece qualquer estrutura de lançamento integral, afirmando, apenas, que as contas se saldam e no histórico só se faz referência de que tal se deu, em uma conta de “Pró e Danos”, quer em débito quer em crédito.

A seguir informa que o saldo dessa conta (Pró e Danos) que as outras saldou encerra-se na conta de capital (que tem como a do destino do rédito).

Não há referências, pois, a Reservas, nem a Lucros em Suspenso, nem a Provisões e Fundos.

Distingue Paciolo, pois, as contas de Resultado daquelas Pessoais (e nestas inclui a de capital), seguindo a tradição que justifica o próprio aparecimento da conta da "Companhia".

O Razão passa a evidenciar, assim, em seus saldos, a posição do exercício, mas como assinala muito bem o insigne mestre e historiógrafo Vlaemminck "Paciolo não conhece o balanço de situação tal como hoje pelo mesmo se entende" (Joseph H. Vilaemminck - Historia y Doctrinas de la Contabilidad, versão de J.M.Gonzalez Ferrando, pág. 125, editorial EJES, Madri, 1961).

6.29. CAPÍTULO XXVIII – TRANSPORTES NO RAZÃO

A preocupação com "Fraudes" no Razão leva o frei a recomendações a respeito de transportes de contas cujas páginas se esgotam por estarem totalmente preenchidas.

Percebe-se a apologia do uso de uma só folha para mais de uma conta (quando o movimento delas é menor) e de folhas exclusivas para uma só conta (nas de maior movimento ou número de lançamentos).

A matéria do capítulo é normativa sobre a técnica de escriturar, mostrando preocupação com transportes de contas, sinalizações, detalhes de locais nos quais se deve registrar e como assinalar o já lançado.

Há uma série de repetições de fatos já mencionados em outros capítulos e um excesso de detalhamentos, até primários e aparentemente desnecessários, mas observa-se nisso a extrema preocupação do autor com a clareza; a repetição de textos, no caso, é um recurso didático que muitos outros grandes mestres utilizaram, fazendo-o com a mesma sabedoria.

Tal é a repetição que o próprio autor chega a cometer um erro singelo de subtração, ele que era um matemático famoso e de inequívoco e grande valor, segundo acusa Vincenzo Gitti em comentário à obra (pág. 109, edição Camilla e Bertolero, 1878).

6.30. CAPÍTULO XXIX – ALTERAÇÃO DO ANO NO RAZÃO

O capítulo é dos menores da obra e cuida, apenas, de como registrar a mudança do ano, no Razão, no caso de contas ainda não-saldadas.

Evidencia-se, no caso, a importância que o autor atribuiu a fatos aparentemente sem importância, mas vitais quando as consultas se fazem necessárias.

6.31. CAPÍTULO XXX – EXTRATOS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

Destaca o texto do Capítulo XXX a imagem de seriedade que deve ser dada às contas que registrem fatos relativos a terceiros, com os quais se relaciona o empresário, assim como com todos com os quais este mantém relacionamento.

O pedido de demonstração de ajuste, por meio de extratos de contas, é algo que não se pode negar e que não deve deixar dúvidas, repete Paciolo.

O que ao longo de seu “Tratado” adverte, volta a fazê-lo, ou seja, o caráter de “fé perante terceiros” que a escrita contábil precisa possuir, especialmente para dar credibilidade ao próprio negociante.

Mostra o frei ser necessário, além de documentações a oferecer, saber demonstrar uma “conta”, ou ainda, a importância que existe em conhecer “como apresentar” contas.

Fala, inclusive, na espontaneidade que se deve ter em “prestar contas”, mais até que apenas cumprir a solicitação de apresentação das mesmas.

O texto ressalta que cômputos e discriminações oportunamente apresentadas, bem cuidadas, bem demonstrados, aumentam o conceito e a confiança que terceiros depositam em uma pessoa; mostra que nos registros nada se pode omitir e que, periodicamente, devemos ajustá-los, sempre quando tal se fizer necessário.

Renova as advertências sobre o zelo com que as escritas devem ser mantidas e a responsabilidade que envolvem.

6.32. CAPÍTULO XXXI – ESTORNOS

O erro da escrita, derivado de engano no debitar ou creditar, é o objeto do capítulo e aí, uma vez mais, Paciolo fala em “estornos à florentina”, ou seja, volta a referir-se à sua região (Borgo Sansepolcro, terra do frei, como Florença, pertencem à região da Itália denominada Toscana), personalizando o seu “Tratado”, afastando a hipótese do plágio.

O exemplo que oferece é apenas de um aspecto das retificações, não esgotando o assunto (só mais tarde as obras de outros autores a isso se dedicaram), posto que os erros podem ocorrer em intitulações, em classificações, em valores, etc.

Refere-se aos erros de L.s.g.p. (Liras, soldos, grossos e pequenos, denominação de moedas) e sugere que se assinale com uma cruz o local no qual o erro foi constatado.

6.33. CAPÍTULO XXXII – SALDAMENTOS E TRANSPORTES DE CONTAS DO RAZÃO

O capítulo evidencia ser costume encerrar anualmente os livros.

Para tal fim, recomenda a elaboração do “Balanço do livro” ou “Balancete”, sugerindo que isto se processe com o máximo cuidado para fechar saldos.

Paciolo aconselha que as tarefas de encerramento sejam feitas com um auxiliar, ou seja, com duas pessoas, para que se reduza a margem de erro e porque sozinho, afirma, é quase impossível fazer-se.

Adverte que o contador deve ficar com o Razão e o auxiliar com o Diário, evidenciando a importância maior que no sistema se dava àquele livro.

A conferência, a partir dos números das páginas do Razão, inscritas no Diário, deve ser procedida desde a primeira, afirma o frei, ticando ou pontejando-se para que fique evidente a conferência procedida.

Desce o texto a detalhes de como assinalar e como conferir, para que se tenha certeza sobre a confiabilidade dos registros, tão como fazer para ir fechando cada conta e transportando seu saldo ao novo livro.

O ato de “saldar” a conta, para fins de seu transporte visava não deixar nada em aberto nos livros, nem dar chances a fraudes.

Leciona, também, que os livros devem ser todos conferidos, ou seja, o Memorial ou Borrador, contra o Diário e este contra o Razão; nisto denunciou a própria ordem das transcrições posto que as partidas do Borrador se levavam ao Diário e as do Diário ao Razão.

O capítulo é dos mais extensos do “Tratado” (embora, em geral, os capítulos sejam pequenos) em razão das minúcias de ordem prática que são sugeridas.

6.34. CAPÍTULO XXXIII – FATOS DURANTE O BALANÇO

Enuncia o frei o princípio da temporalidade, instantaneidade ou momentaneidade, como é usual denominar-se, ou seja, “todos os fatos de um balanço, por seus saldos, devem referir-se ao mesmo dia”.

Preocupando-se com detalhes, Paciolo recomenda que os fatos que ocorrem durante a elaboração do balanço devem ser colocados à parte, no Borrador, sem registrar-se no Razão, até que os novos saldos neste estejam já transportados.

Se Borrador novo ainda não houver, complementa, coloque-se em uma folha à parte.

Volta a lembrar que novos livros devem ter novas identificações assim, por exemplo, se o antigo tem a cruz, o novo terá a letra A e assim por diante.

6.35.- CAPÍTULO XXXIV – SALDOS DOS RESULTADOS E A “SUMMA SUMMARIUM”

Trata o capítulo sobre o modo de “encerrar saldos” em um livro, entrando em detalhes formais.

É exaustiva a forma exemplificativa que o Frei apresenta, bastante elementar, evidenciando como se salda para efeito da conta de Lucros e Perdas.

Conceitua, então, o lucro ou a perda a partir do saldo da conta de resultado e recomenda encerrar o saldo na conta de capital. A seguir, fala

da extração dos saldos restantes e que se devem igualar em débito e crédito, o que não ocorrendo denotaria o erro. A relação de tais saldos é a “Summa Summarium”, em seu conceito.

Volta o frei a advertir que tais formas são aquelas que levam ao bom conhecimento dos negócios, o que não ocorrendo pode trazer sérios problemas.

Ressalta, pois, o aspecto do “valor gerencial” por meio de “informes para o gerenciamento” e “aferição destes para o julgamento”.

Sugere que por si só o informe pouco vale, se não interpretado, porque em toda a obra ele se preocupa em ressaltar sobre a necessidade de “conhecimento de como o negócio se desenvolve”.

6.36. CAPÍTULO XXXV – ARQUIVAMENTOS

Inicia o Capítulo XXV com a manifestação da máxima preocupação com o arquivamento, não só para garantir a prova dos livros, mas para que sejam as documentações facilmente localizadas.

Apresenta o frei a metodologia de arquivamento, basicamente por “local” ou “destino”.

Oferece, também, normas da Correspondência Comercial, distinguindo-a daquela particular até nos “locais” nos quais as datas se colocam.

Sugere controle de “respostas” e divide os arquivos em correspondências e outros documentos, tão como os que ainda merecem guarda especial (como letras não-pagas).

Fala da utilidade das Agendas e do cuidado com todas as anotações, inclusive de objetos emprestados.

Obviamente, o valor dos critérios apresentados devem ser julgados em face da época, em que os meios eram escassos para a elaboração de técnicas mais aprimoradas.

Mostra-nos, portanto, como eram limitados os recursos.

Fala-nos, também, do “Livro de Correspondências”, um “Copiador de Cartas”.

Até o início do século XX os Copiadores de Cartas eram bastante utilizados em nossa legislação chegou a ser considerado como um livro obrigatório para as sociedades comerciais.

Observa, ainda, em comentário à parte, uma grande verdade de natureza socioeconômica, ou seja, de que é o empresário quem sustenta as Repúblicas (fato que encerra em si uma grande realidade).

Paciolo buscou, dessa forma, valorizar o "comerciante" como algo relevante nas sociedades humanas (que como já observamos tinha, na época, um misto de atividades, podendo não só comprar e vender, mas, também, fabricar).

6.37. CAPÍTULO XXXVI – REGRAS GERAIS RECAPITULADAS – SUMÁRIO DO "TRATADO"

O último capítulo do "Tratado" de Paciolo dedica-se a sumarizar, abrangendo a tudo aquilo que, minuciosamente, foi desenvolvido no "Tratado".

Inicia com a "colocação" do débito e do crédito: aquele à esquerda e este a direita (como já centenária era fazer-se).
Não é, pois, do frei, tal orientação de posições, não sendo ele o criador da norma, mas, apenas, um seguidor do processo, já proveniente de muitos séculos anteriores.

Repete o princípio de que se for feito um "crédito", deve-se fazer um "débito", e vice-versa, por ser esta a característica das partidas dobradas.

A seguir, oferece toda a formalidade obrigatória às partidas: data, valor e histórico.

Identifica o histórico como "razão do fato", ou seja, "o porquê" ou "Descrição do evento". Enuncia, a seguir, o Princípio da Oportunidade ou Instantaneidade, ou seja o que obriga que "a data" de débito e a do crédito deve ser a mesma.

Recorda que o "Balanço do Razão" (hoje Balancete) é uma relação de saldos devedores e credores e que estes devem serem coincidentes.

Renova a advertência de que a conta "Caixa" só pode ser "Devedora", jamais "credora", pois errado será se assim não for.

Tal posicionamento repetido ao longo do "Tratado" parece ser uma constante preocupação "identificadora" das naturezas do débito e do crédito no processo das Partidas Dobradas.

Outra advertência que mereceu em outros capítulos a observação do autor é a de que só se pode “debitar” ou “creditar” uma pessoa se ela está de acordo (se tem, pois, o “aceite”, figura muito respeitada, até nas leis, mas, atualmente, às vezes, negligenciada).

Paciolo observa, ainda, que os livros devem expressar valores de um só padrão monetário, ainda mais que admite que referenciar a outras moedas, em históricos, não é impeditivo.

Na realidade, o sistema feudal havia instituído um número muito grande de moedas (cada suserano tinha o poder de emitir dinheiro para uso próprio em suas terras) e tal prática se conservava, na ocasião, nas diversas “cidades-estado” de toda a Europa.

O comércio de moedas era tão intenso como o de qualquer outra mercadoria. A especulação, portanto, fez-se por meio das conversões monetárias e de “letras de câmbio”.

As “vendas a termo” formaram, nas grandes praças comerciais (Veneza, Gênova, Lião, Antuérpia, etc.), motivos de verdadeiros “jogos” sobre as suas liquidações de cambiais (Roland Mousnier - Histoire Gánerale des Civilisations - Les XVIº e XVIIº siécles, Presses Universitaires de France, Paris, 4ª edição, 1962) e estavam expressas em diversas moedas.

Era habitual a um comerciante receber e pagar utilizando-se de meios monetários de expressão variada. Por isto, o frei advertiu que na descrição dos fatos poder-se-ia fazer referência a qualquer moeda (ducados, liras, florins, escudos de ouro, etc.), mas ao registrar o valor da partida, obrigatória era a “conversão”, adotando-se “um só padrão” e de maneira “uniforme” (por todo o tempo), ou seja, como ele escreveu: “como começares o Razão assim convém continuar”.

Evoca, também, medidas de simplificação no histórico de Caixa; ou seja, considerando que tal conta, como é a que maior movimento tem, quando houver fato anterior que se repete, basta dizer “tal e qual” ou “idem”.

Outras normas singelas, relativas à ordem da escrita como a de não deixar espaços em branco, jamais escriturar datas que não sejam as da seqüência rigorosa delas, tão como os critérios de estornos, são todos lembrados.

Paciolo considera indício de falsidade o registro de uma data anterior, intercalado entre outras posteriores, por exemplo, estando a escrita em 9

de abril registrar-se a seguir um fato de 7 de março e depois um de 10 de abril, admitindo que isto pode levar à suposição de que o Razão contém falsidades.

Repete as advertências sobre as transposições de saldos, evidenciando a importância que atribui a tal fato, inclusive, referindo-se como identificar os Novos Livros.

O capítulo, é, pois, uma repetição de matérias já explicadas em outros, apresentando-se como um Sumário do que, naturalmente, julgou o autor fosse de maior importância para recapitular-se.

6.38. CASOS EXEMPLIFICADOS PARA O RAZÃO

Sem constituir um capítulo, mas destacando-se como tal, o frei apresenta, após ao XXXVI, um conjunto de advertências sobre o livro Razão.

Dá relevância maior às operações com mercadorias, contas patrimoniais e despesas. É, na realidade, uma sistematização de "grupos de fenômenos".

Inicia sua dissertação pelos "recursos" que são ganhos ou recebidos como doações e que devem ser levados a crédito do próprio comerciante e a débito de Caixa quando tais entradas forem em "dinheiro".

O capital configura-se, pois, como um "crédito a si mesmo", destacando a predominância "personalista do entendimento". O mesmo raciocínio é adotado para as heranças recebidas e ganhos que tivessem resultado em outros bens que não o dinheiro e onde cada conta recebe o seu próprio débito e o comerciante, sempre, o "crédito a si mesmo".

Os elementos do ativo, pois, consideram-se "devedores" e o comerciante o "credor" pelo que ganhou, recebeu em doação ou em herança.

Sugere que as coisas de pequeno valor não devem gerar lançamentos.

Paciolo divide os bens em três grandes classes: "o dinheiro", "os realizáveis" e o "imobolizado".

Embora ele não se utilize de denominações para classificar tais grupos, na realidade, os reúne em sua exposição, evidenciando que assim os considerava.

Não se refere, todavia, a uma apuração de “patrimônio líquido”, nem o conceitua, nem regula registros. Afirma, sim, que as mercadorias adquiridas à vista se creditam ao Caixa a prazo, ao fornecedor ou ao Banco.

Não há omissão das negociações a crédito, mesmo porque elas eram habituais na época.

É óbvio que operações como os juros, por exemplo, eram proibidos pelo clero, o que levava os banqueiros a mascararem tais transações (Paciolo sequer faz menção ao assunto).

Era usual “comprar-se dinheiro” e, então, pagar-se uma espécie de “aluguel” do mesmo, o que era permitido (hoje nos parece absurdo tal tipo de raciocínio e imaginar que a humanidade tenha-se submetido a tais fanatismos, mas, no futuro, também, haverão de parecer absurdas muitas das práticas que hoje se utilizam, como, por exemplo, a de no Brasil se pagar imposto de renda sobre um prejuízo real; o de a lei proibir o cheque pré-datado e o de o Poder Executivo regular como os pré-datados devem ser tratados; o de se proibir a transação particular habitual de moeda estrangeiro, mas, o mercado da mesma ser difundido e apregoado pela imprensa, etc.).

Os registros das aquisições de mercadoria a prazo, tão como as modalidades de compras, são apresentadas por Paciolo, em detalhes.

Quanto às vendas o frei, como já o fizera em capítulos anteriores, evoca um tratamento analógico.

Outros registros como empréstimos particulares (e não menciona juros), seguro de perdas, despesas do negócio, etc., são referidos, evidenciando quando se debitam as contas de gastos e quando se credita a conta de recuperação (no caso, seguros).

O frei faz uma clara distinção entre os gastos que se debitam às mercadorias e aqueles que ficam nas contas de despesas.

Em verdade, na época do “Tratado”, já estava muito bem consolidado o processo de registro de custos, notadamente na região de nascimento de Paciolo (na Toscana já se havia escrito obra sobre a indústria de tecidos, com a descrição dos procedimentos de custo).

Muitas são as matérias que o trabalho não trata, tão como permanece alheia a algumas aplicações das partidas dobradas já em uso há mais de um século (como o próprio custo referido).

6.39. RECOMENDAÇÕES AOS COMERCIANTES

O "Tratado", nessas suas últimas dissertações, realça o grande valor dos controles internos sobre o patrimônio, classificando as imobilizações pela qualidade física de sua composição (ferro, estanho, madeira, latão, etc.).

Lembra a importância do controle de dívidas e de bens dados em custódia, tão como empenhos contratuais.

Percebe-se, nos escritos de Paciolo, o destaque dado ao poder de "abrangência" que a escrita deve ter e a clareza que precisa conservar para plena identificação de tudo.

O controle de todos os componentes patrimoniais (de Ativo e Passivo) é destacado como fundamental.

O princípio que o frei prega é o de "nada omitir", inclusive empréstimos de vasilhames, mercadorias, etc.

Não há dúvida de que o livro se dedica ao pequeno empresário, embora, na época, existissem grandes empresas.

O teor didático, todavia, com inteligência, dedicou-se ao pequeno comerciante, pois mais fácil se tornaria ao aprendiz a assimilação e também porque estes representavam a maioria.

Termina, Paciolo, seu "Tratado", exemplificando partidas de débito e de crédito de contas pessoais e de Caixa.

BIBLIOGRAFIA

ALOE, Armando e VALLE Francisco - Frá Luca Pacioli e seu tratado de escrituração de contas, editora Atlas, São Paulo, 1966

AMORIM, Jaime Lopes - Digressão através do vetusto mundo da Contabilidade, edição Livraria Avis, Porto, s.m.d.

ANTINORI, Carlo - Taxationes dell’arte dei falegnami di Parma per il campo di Padova, (1388-89) , edição La Nazionale, Parma, 1959

ANTINORI, Carlo - Girolamo C. Cardano e il suo trattato di Ragioneria in lingua latina, edição Maccari, Parma, 1988

ANTINORI, Carlo - Luca Pacioli e la Summa de Arithmetica, edição Instituto Poligráfico e Zecca dello Stato, Roma, 1994

ANTINORI, Carlo – L´origine della partita doppia, conferência na IV Convenção Nacional de História da Contabilidade, publicada nos Atos da mesma, edição Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, Pisa-Roma, 2003

ANTONI. Tito - Leonardo Pisano, detto il Fibonacci, matematico e ragioniere, tese ao IV Congresso Internacional de Historia da Contabilidade, edição da Universitá Degli Studi di pisa, Pisa, 1984, pagina 1

ARRIGHI, Gino - Considerazione sul “Liber Abaci” di Leonardo Pisano, in Leonardo Fibonacci, il tempo, le opere, l’ereditá scientifica, edição Pacini, Fundação IBM, Itália, Pisa, Dezembro de 1994

ASTON, Margaret - O século XV, edição Verbo, Lisboa, 1967

BESSERAT, Denise Schmandt – Before writing , edição Texas, Austin, 1992

BESTA, Fábio - La Ragioneria, vols. I, II, III, edição Vallardi, Milão, 1929

BONFANTE, Pietro - Storia del Commercio, 2a. edição, volumes I e II, editor Giappichelli, Turim, 1946

CARVALHO, Antônio Pires de - Comércio e Civilização, edição do autor, Coimbra, 1992

CARVALHO, Carlos de - Luca Paciolo, edição Fundação Alvares Penteado, São Paulo, 1994

CASSANDRO, Michele - Il libro giallo di Ginevra della compagnia fiorentina di Antonio della Casa e Simoni Guadagni, 1453-1454, edição do Istituto Internazionale di Storia Economica F. Datini, Prato, 1977

CECCHERELLI, Alberto - La Logismologia, edição F.Vallardi, Milão, 1915

CONTENEAU, George - A civilização de Assur e Babilônia, coleção Grandes civilizações desaparecidas, co-edição Famot-Otto Pierre, Rio de Janeiro, 1979

COSENZA, José Paulo – A evolução da escrituração contábil através dos tempos, tese de mestrado à UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999

DAGOSTIM, Salézio – A teoria do débito e do crédito e a forma contábil de escrituração mercantil, 1ª. edição, Editora Nova Prova, Porto Alegre, 2003

ESTEVE, Esteban Hernández – De las cuentas y las escrituras, Luca Pacioli, edição AECA, Madri, 1994

ESTEVE, Esteban Hernández - Estudio introdutorio al libro de Luca Pacioli de las Cuentas y las escrituras, edição AECA, Madri, 1994

ESTEVE, Esteban Hernández – Tras las huelas de Bartolomé Salvador de Solorzano, autor del primer tratado español de Contabilidad por partida doble (Madrid 1590) , em Revista de Derecho Mercantil, Madri, Janeiro-Junho de 1983

ESTEVE, Esteban Hernández – El tratado contable De Computis et Scripturis de Luca Pacioli : Dudas sobre la concepción unitaria , em Luca Pacioli, edição da Revista de Contabilidade e Comercio, Porto, 1994

ESTEVE, Esteban Hernández – Vida y obra de Luca Pacioli , Reflexiones en el Quinto Centenario de la publicación de la Summa (1494-1994) em Quinto Centenario de la obra de Luca Pacioli , De las cuentas y escrituras, 1494-1994, edição AECA e Ilustre Colegio Oficial de Titulados Mercantiles y Empresariales de Madrid, Madri, 1994,

ESTRADA, Santiago N. – La Contabilidad, en su evolución histórica , edição do autor, Mendoza, 1996

FANFANI, Tommaso– Note sul partito del sale a Venezia tra XVI e XVIII secolo; aspetti di evasione fiscale .... in Il sistema Fiscale Veneto, problemi- aspetti, XV - XVIII secolo, edição da Universidade de Pádua, Verona, 1982

FORNI, Giuseppe - Trattato Theorico Pratico della vera scrittura doppia con suo esemplare, 2ª. edição Giuseppe Bolzani, Pavia, 1794

GARGIOLLI, Girolamo - L'arte della seta in firenze, trattato del secolo XV, (reedição de uma obra de um anonimo florentino do século XV, com

os comentarios e dialogos) edição G. Barbéra, Florença, 1868

GAYET, Jacques Lacour - Historia del comercio, volumes 1, 2 e 3 , edição Vergara, Barcelona, 1958

GIMPEL, Jean - A revolução industrial da Idade Média, edição Zahar, Rio de Janeiro, 1977

GITTI, Vincenzo – Prefácio e notas sobre o “Trattato de´computi e delle scritture”, edição Camilla e Bertolero, Turim, 1878

GOODY, Jack - A lógica da escrita e a organização da sociedade, edições 70, Lisboa, 1987

GUSDORF, Georges - Da história das ciências ã História do pensamento, Editora pensamento, Lisboa, 1988

HAMDANI, Amar - Suméria a primeira grande civilização, edição Otto Pierre, Rio de Janeiro, 1978

HELLER, Agnes - Uma teoria da história, edição Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1993

HIBBERT, Christopher - Ascensão e queda da casa dos Medici - Renascimento em Florença, edição Companhia das Letras, São Paulo, 1993

JOUANIQUE, Pierre – El processo de cierre de cuentas en la Summa de Arithmetica , em Quinto Centenario de la obra de Luca Pacioli , De las cuentas y escrituras, 1494-1994, edição AECA e Ilustre Colegio Oficial de Titulados, Madri 1994

JOUKOV, e. - Méthodologie en histoire, edição da Académie des Sciences de l’URSS, Moscou, 1982

KATAOKA, Yasuhiko – Padre della Ragioneria, em SUMMA n. 137, edição CNRC, Roma, janeiro de 1999

LAMOUROUX, La influencia de Pacioli durante el siglo XVI , em Luca Pacioli, edição da Revista de Contabilidade e Comercio, Porto, 1994

LEE, Geogrey A . - The coming of age of double entry : the Giovanni Farolfi ledger of 1299-1300 , em The Journal Accounting Historians Journal, edição da Academy of Accounting Historians, Birminghan, 1977

MALDONADO , José – Vigencia de Luca Pacioli en el siglo XXI, Centro editorial Javeriano, Bogotá, 1995

MASI, Vincenzo - La Ragioneria nell’etá medievale, editor Tamari, Bolonha, 1975

MATTESSICH, Richard - Kautilya's Arthasastra, a sanskrit treatise, formulating modern accounting issues some 2.300 years ago, trabalho encaminhado pelo Centro de estudos de Historia da Contabilidade , da APOTEC, Lisboa, 1997

MELIS, Federigo - La scrittura contabile alla fonte della Storia Economica, edição C.Zuffi, Bolonha, 1950

MELIS, Federigo - Nell'archivio di Prato la documentazione piú remota del giornale in partita doppia (1.403), edição G. Bechi, Prato, 1954

MELIS, Federigo - Storia della Ragioneria, editor Cesare Zuffi, Bolonha, 1950

MONTEIRO, Martim Noel - Pequena História da Contabilidade, edição APOTEC, Lisboa, 1979

MOUSNIER, Roland - Histoire Génerale des Civilisations - Les XVIº e XVIIº siécles, Presses Universitaires de France, Paris, 4ª edição, 1962

NEPOMUCENO, Valério – Dos quipus às contas multidimensionais, em Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, n. 95 , outubro dezembro de 1998

NEWTH, Eirik – Breve storia della scienza, editor Salani, Florença, 1998

PACIOLI, Luca – Tractatus XI – De scripturis , em Summa de Arithmetica Geometria Proportioni et Proportionalita, reprodução fotográfica da obra original de 1494, edição restrita feita por Guanda Editore, Parma s.r.d.

PACIOLI, Luca – Tractatus de Computis et Scripturis, editado por Tipografia e Litografia Camilla e Bertolero, Turim, 1878

PEÑA, Enrique Fernandez – Historia de la Contabilidad : Actualidad de su estudio e investigación, , in Revista de Contabilidade e Comércio numero 212, Porto, 4º. trimestre de 1996

PEREDA, Jorge Tua – Alguna reflexiones personales en torno de la historia de la Contabilidad, em Quinto Centenario de la obra de Luca Pacioli , De las cuentas y escrituras, 1494-1994, edição AECA e Ilustre Colegio Oficial de Titulados Mercantiles y Empresariales de Madrid, Madri, 1994

PERROY, Édouard - A Idade Média, os tempos dificeis, edição Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965

RIERA, Angelo - Saggio su della mercatura et del mercante perfetto, edição Istituto di Ragioneria, Siracusa, 1942

SÁ, Antônio Lopes de - A hypothesys on Paciolo's learning of double entries, trabalho apresentado no Convenio Internacional de Celebração do Meio Milênio da obra de Luca Pacioli, edição IPSOA, Veneza, 1995

SÁ, Antônio Lopes de - A Origem da Partida Dobrada, Revista Paulista de Contabilidade, Junho de 1953

SÁ, Antônio Lopes de - Historia da Contabilidade, volumes I,II e III - editora Presidente, Belo Horizonte, 1960-1961

SÁ, Antônio Lopes de – Uma hipótese sobre o aprendizado de Paciolo sobre as partidas dobradas, em Luca Pacioli, edição da Revista de Contabilidade e Comercio, Porto, 1994

SÁ. Antônio Lopes - Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade, Editora Atlas, São Paulo, 2003 e Editora VISLIS, Lisboa, 1998

SÁ, Antônio Lopes de - O verdadeiro sentido do conhecimento histórico em Contabilidade, em RBC n. 107, edição CFC, Brasilia, setembro/outubro de 1997 e em Jornal de Contabilidade, Apotec, ano XXII, nº. 250, Lisboa, Janeiro de 1998

SERRA, Luigi - I religiosi nella letteratura ragioneristica italiana, tese ao VII Congresso Internacional de História da Contabilidade, em Rivista Italiana di Ragioneria e di Economia Aziendale, n. 11/12, Roma, 1997

SERRA, Luigi – Ragioneria e arte, edição Istituto Tecnico Commerciale, Cassino, dezembro de 1998

SILVA, Fernando V. Gonçalves da - Curiosidades, velharias e miudezas contabilísticas, 2ª edição do autor, Lisboa, 1985

SILVA, F.V. Gonçalves da – Luca Pacioli, o homem e a obra, em Luca Pacioli, edição da Revista de Contabilidade e Comercio, Porto, 1994

SOLORZANO, Bartolome Salvador de - Libro de Caxa, reedição da obra de 1590, edição ICAC, Madri, 1990

SOUSA, José Fernandes de - Luca Pacioli (1447-1517) : Alguns aspectos da vida e da obra no quinto centenário da publicação do 1º. Tratado impresso de Contabilidade, trabalho apresentado nas V Jornadas de Contabilidade, edição em Actas do ISCAP, Porto, 1995

STRUIK, Dirk J. – História concisa das matemáticas, edição Gradiva, Lisboa, 1989

TANGHERONI, Marco - Fibonacci, Pisa e il Mediterraneo, in Leonardo Fibonacci, il tempo, le opere, l'ereditá scientifica, edição Pacini, Fundação IBM, Itália, Pisa, Dezembro de 1994

VIANELLO, Vincenzo - Istituzioni di Ragioneria Generale, 9A. edição Albrighi, Segati, Milão, 1935

VLAEMMINCK, Joseph H. - Historia y Doctrinas de la Contabilidad, versão espanhola de José Maria Gonzalez Ferrando, edição EJES, Madrid, 1961

ZERBI, Tommaso - Le origini della Partita Doppia, editor Marzorati, Milão, 1952

ZERBI, Tommaso - La banca nell'ordinamento finanziario visconteo, daí mastri del Banco Giussano gestore della tesoreria di Piacenza, 1356-1358, edição Casa Editrice EMO Cavalleri, Como, 1935

ZURDO, José Maria Cañizares – Ensayo Histórico sobre Contabilidad , edição AECA e Ilustre Colegio Oficial de Titulados Mercantiles y Empresariales de Madrid, Madri, 1996